



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
CAMPUS POETA TORQUATO NETO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS (CCHL)
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

Vanessa Maia de Azevedo

A Disciplina de História em Debate: Uma Perspectiva do Movimento Escola Sem Partido.

Teresina – PI

2024

Vanessa Maia de Azevedo

A Disciplina de História em Debate: Uma Perspectiva do Movimento Escola Sem Partido.

Trabalho de conclusão de curso apresentado à banca examinadora como requisito obrigatório para obtenção do título de Licenciatura em História na Universidade Estadual do Piauí, campus Poeta Torquato Neto. Sob orientação do Prof. Dr. Antonio Maurení Vaz Verçosa de Melo.

Teresina – PI

2024

A994d Azevedo, Vanessa Maia de.

A disciplina de história em debate: uma perspectiva do Movimento
Escola Sem Partido / Vanessa Maia de Azevedo. – 2024.
86 f. : il.

Monografia (graduação) – Universidade Estadual do Piauí –
UESPI, Licenciatura em História, *Campus* Poeta Torquato Neto,
Teresina-PI, 2024.

“Orientador Prof. Dr. Antonio Mauren Vaz Verçosa de Melo.”

1. Movimento Escola Sem Partido. 2. Educação. 3. Política.
4. Ensino de história. 5. Práticas educacionais. I. Título.

CDD: 981

Vanessa Maia de Azevedo

A Disciplina de História em Debate: Uma Perspectiva do Movimento Escola Sem Partido.

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Piauí, sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Maureni Vaz Verçosa de Melo, para avaliação da disciplina de Monografia II.

Aprovado em: 28 de maio de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio Maureni Vaz de Verçosa de Melo (Orientador - UESPI)

Prof. Dra. Salânia Maria Barbosa Melo (Banca Examinadora- UESPI)

Prof. Esp. Gabriel Domingues Rocha e Silva (Banca Examinadora –

(NEAD/UESPI)

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente aos meus pais, Roseane e Valdir, por terem me apoiado e incentivado a ingressar na universidade, mesmo diante de todos os desafios. Seus constantes encorajamentos e palavras de confiança foram fundamentais para que eu alcançasse este momento.

Expresso minha gratidão a duas pessoas essenciais para a realização deste trabalho: Keivilangea e Rafael, que não apenas me acolheram em seu lar, mas também me proporcionaram os recursos necessários para que eu pudesse entregar um trabalho de qualidade, além de me transmitirem uma fé inabalável. E, sobretudo, agradeço ao meu companheiro, Rafael Júnior, cujo apoio e positividade foram essenciais para superar os momentos difíceis.

Ao Prof. Dr. Antonio Maureni, meu orientador, agradeço pela sua persistência em me auxiliar, mesmo diante de suas ocupações. Seu incentivo e apoio foram cruciais para que eu seguisse adiante com esta pesquisa, superando os obstáculos que surgiram pelo caminho.

Por fim, expresso minha gratidão a minha área profissional da educação, por me motivar a buscar constantemente melhorias e a realizar um trabalho significativo no ensino da história. Sem o apoio e contribuição de vocês, este trabalho não teria sido possível. A todos, meu sincero obrigado!

RESUMO

Esta pesquisa se dedica à análise do Movimento Escola Sem Partido, buscando uma compreensão sobre sua ascensão no cenário político brasileiro, no contexto de polarização política entre os lados antagônicos, direita e esquerda. O foco central deste trabalho reside na compreensão e análise das perspectivas do movimento no que tange ao ensino de história, notadamente a negação da história como ciência, a rejeição da subjetividade histórica e a minimização do papel crucial do professor em sua prática educacional, o que resulta na ampla criminalização do docente, pelo movimento. Ao examinar estes elementos, foi delineado um panorama abrangente das manobras e implicações do Movimento Escola Sem Partido, destacando sua atuação no âmbito legislativo e intelectual brasileiro, propondo alterações em leis educacionais de âmbito nacional, preexistentes. Além disso, ressaltamos como as visões do movimento prejudicam significativamente a formação histórica e cidadã dos estudantes, ao negar a riqueza da pluralidade no ensino. Esta análise aprofundada revelou que este movimento ligado ao intenso embate ideológico no Brasil, que afeta incessantemente o campo educacional, negligencia disciplinas como a história, fundamentais no processo de formação cidadã dos indivíduos, pois esta é uma meta crucial ideologia do projeto. Essa negligência também culminou na formação de uma mentalidade antidemocrática em parte da sociedade.

Palavras-chave: Movimento Escola Sem Partido; Educação; Ensino de história; Política; Práticas Educacionais.

ABSTRACT

This research is dedicated to the analysis of the Escola Sem Partido Movement, seeking an understanding of its rise in the Brazilian political scene, in the context of political polarization between the antagonistic sides, right and left. The central focus of this work lies in understanding and analyzing the movement's perspectives regarding the teaching of history, notably the denial of history as a science, the rejection of historical subjectivity and the minimization of the crucial role of the teacher in their educational practice, which results in the broad criminalization of teachers, by the movement. By examining these elements, a comprehensive overview of the maneuvers and implications of the Escola Sem Partido Movement was outlined, highlighting its performance in the Brazilian legislative and intellectual sphere, proposing changes to pre-existing national educational laws. Furthermore, we highlight how the movement's views significantly harm students' historical and civic education, by denying the richness of plurality in teaching. This in-depth analysis revealed that this movement linked to the intense ideological clash in Brazil, which incessantly affects the educational field, neglects subjects such as history, fundamental in the process of developing individuals as citizens, as this is a crucial goal of the project's ideology. This negligence also culminated in the formation of an anti-democratic mentality in part of society.

Keywords: Escola Sem Partido Movement; Education; History teaching; Policy; Educational Practices.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 – Canal de Denúncia	18
Imagem 2 – O Conde Gramsci.....	19
Imagem 3 – “Carrapatus Paulofreiri”	20
Imagem 4 – Goela Abaixo	25
Imagem 5 – Doutrinação nas Escolas	34
Imagem 6 – O Ensino Superior.....	35
Imagem 7 – Capa e Legenda.....	59
Imagem 8 – O Livro por Dentro	59

LISTA DE SIGLAS

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade	IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro	LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
BNCC – Base Nacional Comum Curricular	LGBTQIAPN+ – Lésbicas, <i>Gays</i> , Bissexuais, Transgêneros, <i>Queer</i> (Questionando), Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-binários, mais outras identidades
CNE – Conselho Nacional de Educação	MDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação	MEC – Ministério da Educação
CONAE – Conferência Nacional pela Educação	MESP – Movimento Escola Sem Partido
CONPEFIL – Conjunto de Pesquisa Filosófica	ONU – Organização das Nações Unidas
CONTEE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino	PCN's - Parâmetros Curriculares Nacionais
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio	PL – Partido Liberal
ESP – Escola Sem Partido	PNE – Plano Nacional de Educação
FNE – Fórum Nacional de Educação	PNLD – Programa Nacional do Livro Didático
FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação	PROUNI – Programa Universidade para Todos
FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério	PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
	PT – Partido dos Trabalhadores
	PUC – Pontifícia Universidade Católica
	REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
	STF – Supremo Tribunal Federal
	USP – Universidade De São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	1
2	GÊNESES DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO.....	5
2.1	O CONTEXTO DO MESP.....	5
2.2	EDUCAÇÃO, SEUS CAMINHOS E DESCAMINHOS COM O MESP.....	13
3	OS PROFESSORES QUE CONSTROEM A HISTÓRIA.....	31
3.1	A ABORDAGEM DIDÁTICA DO PROFESSOR DE HISTÓRIA: A EXIGÊNCIA DE UMA NEUTRALIDADE PELO MESP.....	31
3.2	A INFLUÊNCIA E DESDOBRAMENTOS DO MESP NO CURRÍCULO ESCOLAR DE HISTÓRIA E SUA INCONSTITUCIONALIDADE.....	46
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
	REFERÊNCIAS.....	68

1 INTRODUÇÃO

O objeto de estudo desta pesquisa é o Movimento Escola Sem Partido (MESP), uma iniciativa que surgiu há 20 anos e continua sendo amplamente disseminada por grupos políticos conservadores e reacionários. O estímulo inicial para aprofundar-me neste tema originou-se do impacto provocado pelo filme norte-americano *Sociedade dos Poetas Mortos*¹, lançado em 1989. Neste filme, o personagem central é o professor de literatura, John Keating, que trabalha na *Welton School*, uma instituição de ensino privada para meninos, que se orgulha de sustentar quatro pilares fundamentais: tradição, honra, disciplina e excelência.

Embora a abordagem pedagógica do professor Keating seja marcada por um evidente romantismo, uma propensão à rebeldia burguesa, e um descompromisso com as discussões sobre machismo, é importante considerar o contexto temporal do filme, situado no final dos anos 60, uma época em que as mulheres eram frequentemente objetificadas. Seus métodos de ensino, que se afastam das normativas institucionais, provocam rapidamente inquietação na hierarquia administrativa e entre os pais desta comunidade. Essa reação os leva a perceber Keating como uma figura problemática na formação dos estudantes da Welton.

Sr. Keating é visto como subversivo pelos seus colegas de profissão, devido ao seu questionamento à pedagogia tradicional da escola e ao currículo obsoleto determinado pela direção da escola. Ao ser interpelado sobre suas metas educacionais e a influência que exerce no fomento à criação de ideias independentes nos alunos, ele defende: “Acho que a ideia da educação é aprender a pensar por si só.” Surpreso com tal postura, o diretor o confronta novamente, questionando: “Na idade destes rapazes, de jeito nenhum?” Observa-se um claro confronto entre a administração escolar e as famílias dos alunos, com os métodos inovadores do professor, especialmente quando os estudantes começam a compreender e abraçar suas individualidades e aspirações, desafiando assim as expectativas e os padrões impostos por seus pais e pela sociedade vigente da época.

Ao assistir ao filme em questão, refleti que não há nada mais revolucionário que o ensino de história quando ancorado em uma abordagem humanista, integrado a um sistema educacional democrático, amalgamado ao professor de história, ocupando um papel crucial no processo de ensino e aprendizagem. No decorrer das transformações

¹ SOCIEDADE dos Poetas Mortos. Direção: Peter Weir. Produção de Touchstone Pictures & Silver Screen Partners IV. Estados Unidos: Walt Disney Pictures, 1990. Star Plus. O filme consta no elenco principal os atores: Robin Williams, Ethan Hawke e Robert Sean Leonard.

acerca do ensino de história, o professor em questão, continua sendo o foco das discussões sobre seu papel na sala de aula, independentemente do ambiente de trabalho, seja em uma escola pública ou privada, como exemplificado no filme. Este pensamento destaca não apenas a importância crucial do ensino de história como instrumento de transformação de diversas realidades sociais, mas também ressalta a constante contestação enfrentada pelos por eles ao longo do tempo.

Logo, iniciei uma investigação sobre a concepção do ensino de história no Brasil, seus elementos e suas ramificações, especialmente durante e após o período da ditadura militar (1964 – 1985). Durante essa pesquisa exploratória, deparei-me com o meu objeto de estudo, o Movimento Escola Sem Partido.

O movimento compreende o professor em sala de aula como um potencial e perigoso doutrinador ideológico. É crucial destacar antecipadamente que essa doutrinação, ao contrário do que o nome do movimento sugere, não é de forma alguma apartidária. O MESP se articulou tanto pelos meios legislativos-políticos quanto intelectuais, com uma nova leva de pensadores, muitos deles alinhados à extrema-direita, ou simplesmente conservadores e reacionários.

No filme o professor Keating, usou sua liberdade de cátedra para estimular o desenvolvimento dos alunos diante do mundo, incentivando-os a fazerem suas próprias escolhas, acabou sendo demitido por ser considerado uma influência negativa na formação daqueles alunos, formação esta que objetivava ser estritamente técnica, visando apenas a perpetuação dos alunos na sociedade elitista presente. No contexto brasileiro, os professores, em relação ao MESP, são percebidos de maneira semelhante. Eles são vistos como manipuladores e influências prejudiciais, representando uma ameaça à liberdade de consciência dos alunos e à autonomia das famílias sobre a educação de seus filhos. Essa percepção os colocava em uma categoria política e cultural específica: o chamado "marxismo cultural", ou seja, uma leva de educadores rotulados como comunistas.

Como graduanda do curso de Licenciatura em História, percebo que essa temática impacta diretamente a minha formação. A licenciatura em história já se esclarece como uma área desvalorizada no mundo acadêmico, na sociedade e ademais no aspecto salarial e pedagógico. Ser rotulada como uma profissional sem ética e associada a um grupo político específico é especialmente preocupante, considerando que em nossa profissão, a essência da ética profissional reside na valorização da pluralidade de pensamento. Diante disso, dediquei-me profundamente a explorar esse tema.

A partir deste ponto, estabeleci objetivos fundamentais para a condução desta pesquisa. Um dos propósitos é analisar como o Movimento Escola Sem Partido se

configura como um dispositivo que penetra nos mecanismos estatais que normatizam a educação, buscando direcionar o ensino a uma forma não pluralizadas, estritamente tecnicista e unilateral, restrito exclusivamente às perspectivas vigentes das famílias dos alunos. Adicionalmente, visa-se compreender os discursos e os elementos político-sociais presentes entre os fundadores, apoiadores do Movimento e nos projetos Escola Sem Partido. Essa análise busca identificar suas motivações e objetivos, proporcionando uma compreensão mais profunda dessas influências no cenário educacional.

O ponto crucial de investigação nesta pesquisa reside na discussão acerca do questionamento sobre o ensino de história promovido pelo MESP. Essa abordagem implica em uma análise aprofundada das mudanças ocorridas sob a influência dos grupos apoiadores do movimento na elaboração da vigente Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de história e no último Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014. Além de alguns projetos sugerirem modificações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Ao examinar esses aspectos, pretende-se compreender o impacto direto do movimento na construção e padronização de um conhecimento histórico enciclopédico. Isso inclui a posição de apoiadores do MESP, em negar a adoção de um ensino de história que contemple diversas perspectivas culturais nas escolas, além do forte negacionismo de se conceber a história como ciência. Essa influência se estende às políticas educacionais de âmbito nacional e público, promovendo uma visão conservadora e reacionária do ensino de história.

A abordagem metodológica desta pesquisa é ancorada na análise qualitativa, documental e dialética de variadas fontes, como periódicos virtuais, documentos legislativos da câmara dos deputados, informações de sites e redes sociais do MESP, bem como recursos audiovisuais, como entrevistas e registros de comissões legislativas dos projetos do movimento em questão. Adicionalmente, foi incorporado uma revisão bibliográfica detalhada sobre a concepção teórica das práticas educacionais no ensino da história, e sua natureza como ciência.

Durante a produção desta pesquisa, deparei-me com algumas dificuldades, uma vez que este objeto de estudo é próximo e contemporâneo a quem escreve, com fatos ainda bastante recorrentes. Entre as fontes que utilizei, destacam-se as redes sociais, que desempenharam um papel fundamental na disseminação do movimento.

Foi durante o período em que as redes de comunicação ganharam força, com perfis e um montante de seguidores, que o espaço virtual se tornou um importante canal de captação de apoiadores e influência de ideias, até mais que os jornais e revistas. Além disso, devido ao caráter virtual dos registros, que são amplamente difundidos na rede, a

metodologia adotada baseou-se na captura e arquivamento de fontes, uma vez que há o risco de contas serem apagadas, resultando na perda de todo um acervo histórico.

Durante a pesquisa, observei que o site oficial do movimento estava inativo, e seu acesso foi desativado por um período. Meu último acesso foi em novembro de 2023. No entanto, em abril de 2024, o site voltou a estar disponível, mas até o momento não está sendo utilizado pelo movimento, o que sugere que seus criadores o abandonaram e migraram para plataformas de redes sociais, reconhecidas como mais eficazes. Isso evidencia como as fontes históricas na era digital são efêmeras e sujeitas a um intenso processo de evolução tecnológica.

Podemos ainda inquirir que a desativação do site se deu devido à perda de influência do movimento diante do novo contexto brasileiro. Como discutiremos na pesquisa, os grupos que o apoiam são majoritariamente da extrema-direita política e ideológica. Com o retorno da esquerda ao poder executivo, as chances de projetos com grande teor político avançarem são menores, visto a fragilidade dos debates na câmara e as discussões entre o grupo e a oposição.

Diante disso, a estrutura deste trabalho se organiza da seguinte maneira: O capítulo inicial, intitulado como “Gêneses do Movimento Escola Sem Partido” está dividido em dois subcapítulos. No primeiro subcapítulo, é trabalhado a contextualização do surgimento e propagação do MESP, analisando suas motivações e fundamentos. O segundo subcapítulo abordará detalhadamente os projetos de lei propostos pelo MESP, destacando suas características fundamentais e realizando uma análise comparativa com o documento nacional vigente sobre educação brasileira.

O segundo capítulo, intitulado "Historiadores e Professores de História", está dividido em dois subcapítulos. O primeiro subcapítulo visa realizar uma análise aprofundada sobre o papel do professor em sala de aula, com um enfoque especial no professor de história. Serão examinadas as perspectivas e restrições impostas pelo MESP, incluindo o estudo da história como ciência, o arcabouço intelectual do MESP caracterizado pelo forte negacionismo da área e pela criminalização dos professores de história. O segundo subcapítulo abordará os impactos dessas dinâmicas nos currículos nacionais da BNCC, focando especialmente na disciplina de história, e os processos que impactaram a implementação destes currículos.

Embora o recorte temporal deste trabalho não tenha sido precisamente delimitado, concentramos a análise proposta principalmente no período de 2014 a 2019, durante o qual o movimento se articulou de forma mais proeminente e influente.

2 GÊNESES DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO

Cada movimento no Brasil, independentemente de seus aspectos e objetivos, possui suas gêneses em movimentos anteriores amalgamados a uma ideologia específica. Para compreendermos o Movimento Escola Sem Partido (MESP), é crucial examinar as influências que acarretaram seu surgimento e o contexto que o originou. A compreensão desses elementos nos permite não apenas entender o funcionamento do MESP, mas também compreender o sentimento por trás de uma proposta que aspirava influenciar profundamente as instituições de educação pública brasileiras. Neste capítulo, mergulharemos nas origens do MESP, explorando suas bases ideológicas, os eventos que o precederam e os protagonistas envolvidos. Ao fazer isso, esperamos fornecer uma análise abrangente sobre o nascimento e a evolução desse movimento, esclarecendo suas motivações subentendidas e suas implicações no cenário legislativo e educacional do país.

2.1 O CONTEXTO DO MESP

A gênese do movimento Escola Sem Partido está inserida no contexto pós redemocratização, no ano de 2004, no início de uma nova onda política no Brasil, onda essa em que toda a América do Sul estava caminhando, a chamada “onda rosa”², na qual a ideologia política de esquerda começava a predominar. No entanto, apesar do fim do governo ditatorial (1964-1985) no Brasil, os resquícios ideológicos de seus apoiadores não se dissiparam nos cargos remanescentes nas câmaras legislativas, no poder executivo e judiciário, o grande conservadorismo cultural e o neoliberalismo predominou fortemente até nas eleições de 2002, na qual o candidato Luís Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT) foi eleito no contexto dessa crescente onda rosa.

Em 2004, o Movimento Escola Sem Partido foi criado por pelo advogado Miguel Nagib³, diante de sua própria indignação quando numa tarde de setembro de 2003 sua filha chegou da escola afirmando que o professor de história de sua classe havia comparado Che Guevara, um dos líderes da Revolução Cubana, à São Francisco de Assis, um dos santos mais populares da Igreja Católica, como forma de analogia a personagens

² Designa o fenômeno político sul-americano do início do século XXI de ascensão à liderança dos políticos de esquerda, por meio de eleições diretas e democráticas, em contraposição às lideranças políticas da década de 1990 que promoveram reformas neoliberais e o Estado com poder minimizado.

³ Miguel Nagib, advogado e fundador do extinto Movimento Escola sem Partido, compartilha suas reflexões e opiniões por meio de suas redes sociais, como evidenciado em seu perfil no (X)Twitter: https://twitter.com/miguel_nagib. Interessante mencionar que Nagib é casado com Ruth Kicis, irmã da deputada federal Bia Kicis, autora de um dos projetos de leis vinculados ao Movimento Escola sem Partido. Essa conexão familiar destaca a interseção entre atores políticos e o movimento, lançando luz sobre as relações e influências que podem moldar o cenário educacional.

que largaram tudo por uma ideologia.⁴ A organização inicial do movimento pode ser observada a partir da divisão estabelecida na citação a seguir:

[...] o ESP divide-se em duas entidades distintas que trabalham em frentes diferentes, [...] a primeira é o Programa Escola Sem Partido, que é responsável pela disponibilização de projetos de leis a parlamentares e pela luta a favor da aprovação desses projetos nos variados âmbitos; a segunda é o Movimento Escola Sem Partido, que se configura como uma associação informal de pais e alunos que atua em casos práticos de “doutrinação” e que disponibiliza em seu site uma infinidade de artigos sobre o tema.⁵

Trabalharemos aqui, as duas frentes, fundamentadas nas mesmas perspectivas e objetivos, trabalhando frequentemente juntas para acabar com a doutrinação nas escolas, no entanto, apenas a direcionada a conteúdos e temáticas que abordam ideologias como o comunismo e socialismo, ou discussões de gênero, pluralismo cultural, moral cívica e religiosa. Perceberemos durante o texto, um conservadorismo proeminente nas ideias do Movimento Escola Sem Partido.

Em relação ao contexto educacional do governo vigente a criação do MESP, o atual presidente Lula em seus anteriores mandatos, investiu em políticas para o ensino superior como a ampliação do acesso a faculdades particulares em 2004 através do Programa Universidade para Todos (PROUNI), que promoveu bolsas e reserva de vagas para alunos de baixa renda, e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) em 2007, que criou novos campi e novas universidades federais e expandiu cursos e vagas.

Em 2006 o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) ampliou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, (FUNDEF) já existente para o ensino básico, fundamental e médio. Aos instrumentos de avaliação foi acrescido em 2007 o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que permitiu ampliar a avaliação até então focada nos alunos, para os sistemas de ensino e escolas. No ano de 2009, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) passou a ter função adicional de prova como acesso ao ensino superior público.

⁴ T.B. Movimento Escola Sem Partido, “O professor da minha filha comparou Che Guevara a São Francisco de Assis”. **El País Brasil**, São Paulo, 25 de junho de 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/23/politica/1466654550_367696.html. Acesso em: 15 de out. 2023.

⁵ FERRARI, Dener Gabriel; SANTOS, Márcia Andrea dos. O movimento/projeto Escola Sem Partido: reflexões a partir do projeto de lei 246/2019. **Signo y seña**, n. 36, p. 148-160, 2019. p. 150. Disponível em: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/sys/article/view/6587>. Acesso em: 15 de out. 2023.

Diante dessas ampliações na esfera educacional, no fim do segundo mandato de Lula, o número de egressos nas universidades públicas e particulares aumentou consideravelmente, o Brasil registrou em 2010, 6.379.299 estudantes matriculados em um dos 29.507 cursos de graduação ou pós-graduação de 2.377 instituições, principalmente nas regiões norte e nordeste, no entanto, sendo a maioria das matrículas em universidades particulares, segundo dados do Censo de Educação Superior de 2011. Ademais, também é possível observar no censo o aumento do número de institutos federais e escolas públicas.⁶

O Censo ainda apresenta que dentre as matrículas nos cursos de graduação, 56,0% são bacharelados, 26,0% são licenciaturas, 18,0% são cursos tecnológicos, podemos perceber que a área da pesquisa, conjuntamente a formação de professores direcionados a educação básica, tiveram mais adesão do que no início do governo. Diante disso, houve uma grande mudança nos currículos acadêmicos na formação de professores e consequentemente nos currículos pedagógicos para educação básica, com novas tendências pedagógicas, de modo a se atingir um ensino mais democrático e diversificado para formação dos estudantes.

O MESP começou a se articular politicamente e ser debatido com mais frequência a partir de 2010, no ano de eleições, no qual a candidata ao governo federal de Dilma Rousseff foi eleita, sua política mais significativa foi a aprovação em 2012 da Lei de Cotas, reservando 50% das vagas das universidades e institutos federais para alunos de escolas públicas, de baixa renda, negros, pardos e indígenas. Conforme o Ministério da Educação (MEC), em 2013, o percentual de vagas para cotistas foi de 33%, índice que aumentou para 40% em 2014. Do percentual de 2013, os negros ficaram com 17,25%. O número subiu para 21,51% em 2014.⁷ Esses dados nos permitem perceber que os alunos mais marginalizados pela sociedade começaram a adentrar o espaço educacional, a partir da criação de políticas públicas que visavam reduzir a desigualdade étnico e social.

Durante o governo de Dilma, as discussões políticas se acirravam cada vez mais por uma hegemonia política entre os partidários de esquerda e direita, e isso se refletiu no

⁶ TEIXEIRA, Anísio; ESTATÍSTICAS, Diretoria de. **Censo da Educação Superior 2004 - Resumo Técnico**. Brasília: INEP, 2009. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2009/resumo_tecnico_2009.pdf. Acesso em: 15 de out. 2023.

⁷ BRASIL, Ministério da Educação. **Em três anos, Lei de Cotas tem metas atingidas antes do prazo**. Todas as notícias, Educação Superior. 28 de agosto de 2015. Brasília, MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/30301-em-tres-anos-lei-de-cotas-tem-metas-atingidas-antes-do-prazo>. Acesso em: 16 de out. 2024.

cenário educacional, ademais a presença das constantes manifestações contrárias ao governo vigente, visto a crise econômica que assolava o país.

Nessas manifestações, estavam presentes movimentos sociais de todo tipo, ainda que, nas jornadas de 2013, tenha havido repúdio e hostilidades aos partidos políticos presentes. Em certo sentido, havia uma negação da política. Conforme Perez (2020, p. 1), que pesquisou as jornadas em Teresina (PI), os coletivos criticavam “partidos políticos e organizações tradicionais pela presença de hierarquias e ineficiência”.⁸

O que estava nascendo com esse processo de manifestações, era o Brasil polarizado hodierno, além dos trabalhadores mais pobres e de classe média, estavam nessas manifestações contra o governo vigente, os setores altos e dominantes da sociedade, que reivindicavam pautas conservadoras, fundamentalistas e moralistas, baseados constantemente no discurso da anticorrupção direcionado ao PT e outros partidos de esquerda.

No meio de seu segundo mandato em 2016, Dilma Rousseff sofre um processo de *impeachment*⁹, provocado por acusações sobre desrespeito à lei orçamentária e à lei de improbidade administrativa por parte da presidente, além de lançarem suspeitas de envolvimento da mesma em atos de corrupção na Petrobrás, que eram objeto de investigação pela Polícia Federal, aliada a Operação Lava Jato. Os problemas decorrentes do final do governo Dilma, também podem ser justificados pela seguinte questão:

Nos oito anos do Governo Lula da Silva, e nos quatro anos de sua sucessora Dilma Rousseff, os grandes empresários e o capital financeiro não foram confrontados, pelo contrário, continuaram ganhando até mais do que no Governo Fernando Henrique Cardoso, especialmente no período de forte expansão da economia brasileira.¹⁰

O governo de esquerda não se isentava dos males da república vigente, a corrupção assolava todo o sistema político, o capitalismo ainda continuava sendo o sistema predominante no mundo, e é nesse cenário que a política neoliberal penetra ainda mais nos mecanismos do Estado, pautados no discurso prioritário sobre o lucro e alto consumo nacional e globalizado, promoção a propriedade privada, a educação deveria ser

⁸ BRANDÃO, Raquel Araújo Monteiro. **Escola sem partido e o ataque à liberdade de ensino:** a expressão do pensamento reacionário da extrema-direita na educação. Tese de Doutorado, Núcleo de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, 2021. p. 56.

⁹ É o processo de destituição político-criminal que visa destituir alguém de um cargo governativo em países com modelos de governo presidenciais, por grave delito ou má conduta no exercício de suas funções. No Brasil pós-ditadura militar já houveram dois processos, o primeiro sobre o ex-presidente Fernando Collor.

¹⁰ FRIGOTTO, Gaudêncio. **A gênese das teses do Escola sem Partido:** esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LLP. 2017. p. 23.

o promotor inicial para o sucesso desse modelo econômico, concomitante à três regras principais:

1. Atrelar a educação escolar à preparação para o trabalho e a pesquisa acadêmica ao imperativo do mercado ou às necessidades da livre iniciativa. Assegurar que o mundo empresarial tem interesse na educação porque deseja uma força de trabalho qualificada, apta para a competição no mercado nacional e internacional. [...] 2. Tornar a escola um meio de transmissão dos seus princípios doutrinários. O que está em questão é a adequação da escola à ideologia dominante. [...] 3. Fazer da escola um mercado para os produtos da indústria cultural e da informática, o que, aliás, é coerente com idéia de fazer a escola funcionar de forma semelhante ao mercado, mas é contraditório porque, enquanto, no discurso, os neoliberais condenam a participação direta do Estado no financiamento da educação, na prática, não hesitam em aproveitar os subsídios estatais para divulgar seus produtos didáticos e paradidáticos no mercado escolar.¹¹

A partir destes pontos podemos conceber que a educação necessária para o neoliberalismo funcionar é apoiada também na máquina estatal, para propagar uma ideologia homogênea na sociedade através da escola pública que é obrigatória, e ainda perpetuar uma divisão entre pessoas qualificadas e não preparadas para o mercado de trabalho, visto a desigualdade de oportunidades e acesso à educação básica ainda hoje em um governo de esquerda.

Dentre os principais apoiadores do MESP, incluindo o próprio criador coordenador do movimento, seguiam a veia da oposição ao governo Dilma. Seus discursos refletiam uma postura ainda mais liberal, defendendo o afastamento do Estado do ambiente educacional, como ilustrado na seguinte citação:

Nagib declara públicas simpatias em sua rede social do *Facebook* por políticos promotores do afastamento da Presidente Dilma Rousseff, como o Deputado Estadual e fundador do Movimento Brasil Livre (MBL), Marcel Van Hattem,¹⁶ e o controverso líder da direita, Deputado Federal Jair Bolsonaro. É importante assinalar que Nagib, com certa periodicidade, participa de eventos de corte conservador, pró-impeachment, além de exercer forte militância contra o Partido dos Trabalhadores (PT) e a esquerda brasileira.¹²

Neste período de intensas discussões ideologias, sociais, culturais e econômicas, o impeachment de Dilma Rousseff, considerado aqui como um golpe promovido pela extrema-direita em ascensão, apresentou o apoio do MESP por essa corrente político

¹¹ MARRACH, Sonia Alem. **Neoliberalismo e Educação**. In: GUIRALDELLI JUNIOR, P. (Org.). *Infância, Educação e Neoliberalismo*. p. 42-56. São Paulo: Cortez, 1996. p. 46-48.

¹² ESPINOSA, Betty R. Solano; QUEIROZ, Felipe B. Campanuci. **Breve análise sobre as redes do Escola sem Partido**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LLP. 2017. p. 56.

ideológica. Podemos refletir, a partir disto, que os próprios apoiadores possuíam suas próprias ideologias, sugerindo uma falha semântica e paradoxal diante da principal proposta do movimento, o apartidarismo.

Em meio a este conturbado período de crise no Brasil, o sistema educacional emerge como um dos setores mais afetados, particularmente nas instituições públicas de ensino básico e superior, nesses locais, persistem desafios como a forte desigualdade social, a escassez de recursos essenciais como material didático e alimentação adequada, além da infraestrutura precária das escolas e do próprio currículo inadequado as necessidades cognitivas da divergência de alunos.

Além disso, a escassez de professores efetivos, decorrente da significativa desvalorização da formação docente, considerada essencial para as demandas do mercado, perpetuando a alta defasagem salarial, fenômeno compreensível no contexto do capitalismo brasileira. Embora esses problemas sejam frequentemente destacados como prioridades em discursos políticos tanto de esquerda quanto de direita, muitas vezes permanecem apenas como projetos no papel, enquanto os recursos dos impostos públicos são desviados.

Apesar dos governos de Lula e Dilma, tenham se destacado por suas agendas políticas, com o enfrentamento desses problemas estruturais do sistema educacional brasileiro, como a proposta do ensino integral no nível do ensino-médio estabelecendo novos currículos e novas organizações de carga horária para os alunos, as disputas pela hegemonia política se intensificavam, cada vez mais alimentadas por grandes empresários e membros de grandes igrejas brasileiras que ampliaram seu poder e passaram a influenciar diretamente a legislação brasileira, impulsionando uma agenda neoliberal e conservadora em costumes nos currículos, e promovendo a ampliação de escolas de rede privada de ensino, conforme seus ideais.

Esse atual governo federal não tem projeto para a educação. Aquilo que foi desenhado pelos últimos governos também não ajuda. A BNCC do Ensino Médio, por exemplo, desmontou com as disciplinas clássicas dessa etapa de ensino. Assim, pode-se perguntar como se dará a formação de um jovem, se essa formação não contempla uma sólida base de História, de Filosofia e de Geografia, para citar somente três exemplos.¹³

Conforme a fala acima, da professora Carlota Boto, em entrevista ao jornal da Universidade De São Paulo (USP), ela expõe um resultado de um seminário internacional

¹³ ROLLEMBERG, Marcello. Caminhos e descaminhos da Educação no Brasil. **Jornal da USP**. São Paulo, 14 de abril de 2022. Atualidades/Cultura. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/caminhos-e-descaminhos-da-educacao-no-brasil/>. Acesso em: 17 de out. 2023.

realizado em 2019 na Faculdade de Educação da USP, especialmente em relação ao governo de 2019, de Jair Messias Bolsonaro, a educação continuou a sofrer com o descaso do Estado, agravado pela influência dos grandes empresários neoliberais. Isso resultou em uma crescente interferência nos projetos educacionais e nas bases curriculares, além de contribuir para o substancial desfalque salarial entre os profissionais da educação da rede pública.

No entanto, esses diversos problemas, apesar de sua urgência, são negligenciados pelo MESP, e não se configuram como principais fatores para a atual deterioração das escolas públicas e das universidades. O verdadeiro alvo do MESP, é a acomodação da escola como um lugar que propague a concepção plural de ideias e conhecimento e a autonomia do aluno.

É também nesse período conturbado do Brasil, que o Movimento Escola Sem Partido se aproveitou da polarização política para articular e propagar suas ideias, principalmente por meio de suas redes sociais, como páginas no *Facebook*¹⁴ e *Instagram*¹⁵, e um canal oficial de vídeos no *YouTube*¹⁶, criadas pelos idealizadores e integrantes do MESP, além de um site oficial para o movimento criado em 2004.¹⁷ O movimento passou a ser mais disseminado no espaço midiático brasileiro em 2014, quando Miguel Nagib passou a ter reuniões com diversos parlamentares, no intuito de planejar um projeto de lei, conseqüentemente, o site passou a ser mais acessado, principalmente, ao ser publicado modelos oficiais para eventuais projetos de leis, diretrizes e normas pedagógicas aos professores, além de publicarem os principais objetivos do movimento.

Com toda essa disseminação, ele passou a ser mais discutido em campos de debate sobre educação, como em núcleos de estudo em pós-graduação em educação e em áreas específicas da licenciatura de diversas universidades brasileiras. Além do início de articulações para que esse movimento fosse institucionalizado em um projeto político legislativo, como em várias reuniões da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados de 2014 a 2017, o debate sobre o MESP começou a tramitar na Câmara dos deputados em 2014, mediante uma Audiência Pública visando discutir os temas de doutrinação

¹⁴ **Miguel Nagib.** 2014. Facebook. Disponível em: https://www.facebook.com/miguel.nagib.9/photos?locale=pt_BR. Acesso em: 19 de out. 2023.

¹⁵ **Escola Sem Partido Oficial.** Dezembro, 2016. Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/escolasempartidooficial/>. Acesso em: 19 de out. 2023.

¹⁶ **Escola sem Partido.** Outubro, 2011. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/@escolasempartido8933>. Acesso em: 19 de out. 2023.

¹⁷ **ESCOLA SEM PARTIDO.** Atualizado em 2019. Disponível em: <http://escolasempartido.org/>. Acesso em: 19 de out. 2023.

política e ideológica nas escolas e em materiais didáticos, solicitada pelo ex-deputado federal Izalci Lucas¹⁸.

Em outubro de 2015, a Comissão de Educação realizou audiência pública para debater o assédio ideológico nas escolas brasileiras na educação básica, cujo autor foi o ex-deputado Rogério Marinho¹⁹, ele justificou a realização da comissão a partir dos dados catastróficos em relação à defasagem de leitura escrita e matemática básica no ensino básico, afirmando que este cenário se deve principalmente à forte doutrinação presente nas escolas a partir do abuso do direito de cátedra, contrariando a Constituição Federal, prejudicando o direito de aprender.²⁰

Esta Comissão contou com diversas reuniões deliberativas no intuito de debaterem propostas de lei, o coordenador do MESP, Miguel Nagib também compareceu a algumas destas reuniões com seu projeto, juntamente as requisições de Izalci Lucas sobre “ideologia de gênero na escola” e nas requisições de Rogério Marinho.

O abuso da liberdade de cátedra²¹ a qual Marinho se refere em audiência, acontece nas escolas brasileiras, independentemente da ideologia ou escolha partidária do professor que o faça, pode ser observado a partir da amostra de vídeos e depoimentos gravados por alunos e familiares insatisfeitos, disseminados principalmente por Miguel Nagib, que apresenta diversos exemplos na comissão de educação em 2015, e em publicações nas plataformas midiáticas. É crucial combater essa prática, contudo, a abordagem deve ser pluralizada e democrática, considerando a diversidade do país em todos os seus aspectos. O enfrentamento do abuso de poder deve ser conduzido de maneira justa, respeitando a liberdade de expressão do professor, e promovendo ambientes educacionais inclusivos, onde diversas perspectivas e ideias possam coexistir de maneira harmoniosa.

¹⁸ Nasceu em Minas Gerais (1956), é um contador, professor graduado em pedagogia e político brasileiro, atualmente é senador do DF, filiado e presidindo o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/4931/biografia>. Já se envolveu em processos judiciais sobre supostos esquema de desvio de recursos públicos no Programa de Inclusão Digital, da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP/DF). Izalci afirmou ser inocente frente ao inquérito.

¹⁹ Nasceu no Rio Grande do Norte em 1963, é um economista e político brasileiro, filiado ao Partido Liberal (PL). É senador da República pelo estado do Rio Grande do Norte desde 2023. Foi ministro do Desenvolvimento Regional de 2020 a 2022, durante a presidência de Jair Bolsonaro Anteriormente, foi deputado federal pelo Rio Grande do Norte. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/141535/biografia>.

²⁰ MARINHO, Rogério. **Rogério Marinho debate assédio ideológico nas escolas do país**. 06 de outubro de 2016. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QCNQWqLdeug>. Acesso em: 20 de out. 2023.

²¹ No Brasil, a Constituição Federal de 1988 garante essa liberdade, no Cap. III - Seção I – Art. 206 § II. Veja em: BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. DF, Brasília, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/legislacao/constituicao-federal>. Acesso em: 20 de out. 2023.

2.2 EDUCAÇÃO, SEUS CAMINHOS E DESCAMINHOS COM O MESP

No ano anterior as comissões legislativas sobre educação, foram realizadas reuniões entre Miguel Nagib e o deputado Flávio Bolsonaro do Partido Liberal (PL)²², visando elaborar um projeto de lei que cumprisse com o regimento do MESP, foi apresentado à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), o Projeto de Lei (PL) n.º 2.974/2014, direcionada apenas ao âmbito do ensino no estado do Rio de Janeiro. Apresento a seguir o primeiro artigo do projeto:

Art. 1º. Fica criado, no âmbito do sistema de ensino do Estado do Rio de Janeiro, o Programa Escola Sem Partido, atendidos os seguintes princípios:

- I - neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado;
- II - pluralismo de ideias no ambiente acadêmico;
- III - liberdade de aprender, como projeção específica, no campo da educação, da liberdade de consciência;
- IV - liberdade de crença;
- V - reconhecimento da vulnerabilidade do educando como parte mais fraca na relação de aprendizado;
- VI - educação e informação do estudante quanto aos direitos compreendidos em sua liberdade de consciência e de crença;
- VII - direito dos pais a que seus filhos menores não recebam a educação moral que venha a conflitar com suas próprias convicções.²³

Podemos perceber que no item 3 do projeto de lei, é ratificado uma diretriz já estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, reeditada em 2017, “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber”.²⁴ No entanto, podemos perceber algumas mudanças significativas, a introdução de uma “projeção específica educacional”, implica dizer que deve se haver um tipo ideal de ensino em que os professores e os conteúdos devem se pautar, provavelmente aos ideais políticos dos redatores do documento, ademais o projeto também redefine em caráter de exclusão em seu documento, outro artigo da lei nacional, que consta “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas”.²⁵ No Projeto de Lei, consta apenas

²² Filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, atualmente é Senador Federal pelo estado do Rio de Janeiro. Flávio e seu assessor parlamentar Fabricio Queiroz foram denunciados por peculato, lavagem de dinheiro e organização criminosa em novembro de 2020. Disponível para mais informações em: https://www.ebiografia.com/flavio_bolsonaro/.

²³ RIO DE JANEIRO. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. **Projeto de Lei. n.º 2974/2014, de 13 de maio de 2014.** Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1115.nsf/e4bb858a5b3d42e383256cee006ab66a/45741a7e2ccdc50a83257c980062a2c2>. Acesso em: 20 de out. 2023.

²⁴ BRASIL. Senado Federal. **LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional.** Contendo as Leis Federais 9.394/1996 e Lei no 4.024/1961. DF, Brasília, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p. Título II - Art. 3º § 2º. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_led.pdf. Acesso em: 20 de out. 2023.

²⁵ *Ibid.*, Título II - Art. 3º § 3º.

o pluralismo em ambiente acadêmico, ou seja, em pesquisas, retirando as concepções pedagógicas, no item 2, que definem o trabalho do professor em sala de aula, um trabalho que se leva em conta as diferenças em turmas, as dinâmicas individuais e grupais dos alunos, e as próprias normas educacionais vigentes.

Ainda no item 3, é retirado “a liberdade de ensinar”, deixando apenas a liberdade de aprender. O que implica na exclusão do papel do professor, como facilitador do processo de ensino e aprendizagem, junto ao aluno, desvalorizando a docência como um fator imprescindível, estabelecendo assim uma atitude antidemocrática que fere a liberdade de cátedra do professor legislada.

Além disso, no item 5 do projeto, afirma-se que o aluno é um ser vulnerável em sala de aula, ele é visto como a parte mais fraca na relação escolar colocada apenas como unilateral, assim como no modelo tradicional pedagógico, visto que o aluno é apenas um receptáculo, e o professor a figura imponente e distante do aluno, que pode facilmente doutriná-lo e inseri-lo em uma ideologia nociva, dependendo claro de suas convicções pessoais.

Para além desse projeto de lei, houve no estado de Alagoas, em 2016, o projeto que recebeu o nome de Lei da Escola Livre, indicado pelo Deputado Ricardo Nezinho (MDB)²⁶, entre seus objetivos estavam a censura da prática pedagógica e da liberdade e autonomia dos professores, fundamentados em um ensino neoliberal acrítico voltado apenas para formação de contingente ao mercado de trabalho, convergindo com os mesmos princípios do Escola sem Partido, ele foi o primeiro projeto de lei ordinária aprovado e convertido na Lei n.º 7800/2016²⁷. Ademais, o projeto propõe no Art.3, item V, que salvo nas escolas confessionais, o professor deverá abster-se de introduzir, em disciplina ou atividade obrigatória, conteúdos que estejam em conflito com os princípios da lei em questão.

No entanto, no mesmo ano, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) ajuizaram, no Supremo Tribunal Federal (STF), uma Ação Direta

²⁶ Natural de Arapiraca (AL), está no seu quinto mandato consecutivo na Assembleia Legislativa. É médico veterinário, formado pela UFRPE. Ingressou na vida pública em 1992 quando foi eleito vereador por Arapiraca, cargo que exerceu por quatro mandatos consecutivos. Presidiu, por duas vezes, a Câmara Municipal. É deputado estadual pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro desde 2007. Disponível em: <https://sapl.al.al.leg.br/parlamentar/21>.

²⁷ ALAGOAS. Assembleia Legislativa de Alagoas. **Projeto de Lei n.º 7.800/2016, de 05 de maio de 2016**. Alagoas, 2016. Disponível em: <https://sapl.al.al.leg.br/norma/1195>. Acesso em: 20 de out. 2023.

de Inconstitucionalidade (ADI), contra a referida lei, posteriormente em 2017, ocorrendo a suspensão da lei.²⁸

Em agosto de 2020, o caso foi pautado em julgamento virtual, o Ministro e Presidente do STF, Luís Roberto Barroso se manifestou pela inconstitucionalidade do “Escola Livre”, destacando que “a ideia de neutralidade política e ideológica da lei estadual é antagônica à de proteção ao pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e à promoção da tolerância”. O projeto foi derrubado, por unanimidade.²⁹ Além de Alagoas, na mesma época, cidades como Campo Grande (MS) e Picuí (PB) também aprovaram o Escola Sem Partido. Em ambos os casos, as leis foram vetadas após protestos de grupos opositores compostos por membros sindicais e organizações independentes da comunidade escolar.³⁰

Dentre os projetos de leis mais importantes que foram elaborados pelo poder legislativo, o projeto n.º 7180/2014³¹, de autoria do ex-deputado Erivelton Santana³², deu origem a uma longa tramitação na Comissão Especial da Câmara dos Deputados entre 2017 a 2018, ocorrendo em sua última reunião, o encaminhamento para o arquivamento oficial do projeto de lei no dia 11 de dezembro de 2018³³, após inúmeros conflitos entre a oposição e os apoiadores. Durante as audiências públicas para debater o texto do projeto, a comissão ouviu 31 especialistas, entre advogados, educadores, estudantes, religiosos e familiares. Dos 31 convidados, apenas 10 eram da oposição, revelando um desequilíbrio no debate e corroborando a versão dos que são contra o projeto³⁴.

²⁸ PEREIRA, Ana Carolina de Oliveira Nunes; DE SOUZA LIRA, Jailton. Educação e controle de constitucionalidade: O projeto “escola livre” em Alagoas. **Retratos da Escola**, v. 13, n. 27, p. 715-727, 2019.

²⁹ CONTEÚDO, Estadão. Supremo derruba lei de Alagoas inspirada no ‘Escola Sem Partido’. **Estado de Minas**. 22 de agosto. 2020. Política. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/08/22/interna_politica,1178514/supremo-derruba-lei-de-alagoas-inspirada-no-escola-sem-partido.shtml. Acesso em: 20 de out. 2023.

³⁰ FLECK, Giovana. O Escola Sem Partido não foi aprovado, mas suas ideias estão no cotidiano. **Brasil de Fato**. Rio Grande do Sul. 24 de dezembro 2018. SUL 21. Educação. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/12/24/o-escola-sem-partido-nao-foi-aprovado-mas-suas-ideias-estao-no-cotidiano>. Acesso em: 21 de out. 2023.

³¹ BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n.º 7180/2014, de 24 de fevereiro de 2014**. Brasília, 2014. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1230836&filename=PL%207180/2014. Acesso em: 21 out. 2023.

³² Nasceu em Salvador em 1965, é um servidor público, licenciado em história pela instituto de Ciências Humanas da Universidade Católica de Salvador, e político brasileiro e foi Deputado Federal até 2015 pelo Estado da Bahia, atualmente filiado ao Patriota. Além disso, é um pastor evangélico ligado à igreja Assembleia de Deus, onde já desempenhou o cargo de diretor financeiro da instituição. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/99654/biografia>.

³³ DEPUTADOS, Câmara dos. **PL 7180/14 – ESCOLA SEM PARTIDO – Votação do Relatório**. Brasília, 11 de dezembro de 2018. YouTube. Disponível em: <https://youtu.be/gQ1QnMf-S3E>. Acesso em: 21 de out. 2023.

³⁴ MATUOKA, Ingrid. Por que o Escola sem Partido Vai Contra o Papel da escola. **Centro de Referência em Educação Integral**. 24 de maio de 2018. Notícias-Reportagens. Disponível em:

Assim, a disparidade em números de plenários contrários e favoráveis a proposta de lei, assegurava a hegemonia dos apoiadores do projeto, evitando diálogo com perspectivas diferentes, ou monopolizando as discussões, comprometendo assim a democracia. As principais premissas do projeto giravam em torno dos deveres do professor em sala de aula, reafirmando os mesmos princípios do projeto de lei de Flávio Bolsonaro.

Após o fim da tramitação do projeto de lei 7180/14, a Câmara dos Deputados recebeu, em fevereiro de 2019, um novo texto relativo ao MESP, o projeto de lei n.º 246/2019³⁵, de autoria da Deputada Federal Bia Kicis³⁶, a proposta chega para atualizar e melhorar o projeto anterior, “o projeto entende ser necessário e urgente adotar medidas eficazes para prevenir uma suposta prática de “doutrinação política e ideológica” nas escolas, bem como a usurpação dos direitos dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que corresponda com suas próprias convicções”.³⁷ Este projeto trará algumas novidades em relação ao anterior:

[...] a possibilidade de os alunos gravarem as aulas, “a fim de permitir a melhor absorção do conteúdo ministrado e viabilizar o pleno exercício do direito dos pais ou responsáveis de ter ciência do processo pedagógico e avaliar a qualidade dos serviços prestados pela escola”, segundo trecho do novo PL; e a proibição de manifestação político-partidária nos grêmios estudantis.³⁷

Com base nessas diretrizes e deveres estabelecidos nos projetos do MESP, poderíamos interpretar o nome do movimento, como reflexo uma luta contra a doutrinação de qualquer ideologia ou convicção política imposta e disseminada por professores, principalmente no que se refere a apresentação de propagandas políticas em sala de aula, convenientes a qualquer partido político. O próprio Miguel Nagib em um debate para o Canal Futura juntamente com o professor Fernando Araújo Penna, que falaremos mais ao longo do texto, afirmou que a proposta do Movimento Escola Sem

<https://educacaointegral.org.br/reportagens/por-que-o-escola-sem-partido-vai-contrario-o-papel-da-escola/>.

Acesso em: 21 de out. 2023.

³⁵ BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n.º 246/2019, de 04 de fevereiro de 2019**. Brasília, 2019. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1707037&filename=PL%20246/2019. Acesso em: 21 de out. 2023.

³⁶ Nasceu no Rio de Janeiro em 1961, é uma política brasileira, formada em direito pela UNB, filiada ao Partido Liberal (PL) e atualmente deputada federal pelo Distrito Federal. E é procuradora aposentada do Distrito Federal. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/204374/biografia>.

³⁷ MACHADO, Katia. Escola sem partido X Escola sem mordaca. **EPSJV/Fiocruz**. Rio de Janeiro, atualizado em 01 julho de 2022. Reportagem. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/escola-sem-partido-x-escola-sem-mordaca>. Acesso em: 24 de out. 2023.

Partido “é apartidária, 100% sem partido”³⁸. Seus principais objetivos, com a legitimação desse movimento, são combater o uso do sistema educacional para fins políticos, ideológicos e partidários, a imposição de uma hegemonia ideológica, a fim de criminalizar o abuso da liberdade de cátedra do professor, instituindo uma escola “neutra”.

No entanto, as principais formas de doutrinação estabelecidas por professores em sala de aula, consoante o que Miguel Nagib apresenta nas comissões e em suas redes sociais são as discussões de gênero, diversidade étnica e religiosa, aulas de sociologia e história focadas nas teorias marxistas e revoluções socialistas, pois defende que essas discussões estão inseridas apenas no papel e no direito único dos pais dos alunos sobre a educação ética e moral de seus filhos, como está resguardado no item 7 do projeto de lei de 2014, apresentado anteriormente.

No entanto, o grande problema está na alegação de um apartidarismo, pois eles só apresentam um lado político a ser combatido, apenas ideias de cunho socialistas, negando o papel da escola de continuar a formação do aluno além do seio familiar, apresentando o pluralismo de ideias, culturas, religiões, identidades, garantindo a tolerância e o respeito a essa diversidade, e possibilitar que aquele aluno exerça seu papel de um bom cidadão.

O MESP também estabeleceu canais de denúncia extrajudiciais, permitindo que os estudantes que se sentissem “vítimas” de doutrinação ou assédio moral por parte dos professores pudessem relatar diretamente suas experiências ao movimento em questão. Essas denúncias anônimas seriam enviadas para a Secretaria de Educação do município ou estado, analisadas e encaminhadas para o Ministério Público. Isso poderia resultar na aplicação de sanções, multas e até mesmo no afastamento dos professores de suas funções.

Ainda é possível visualizar estes canais de denúncias no site oficial não mais utilizados pelo movimento, a partir das imagens disponibilizadas no arquivo virtual (Internet Archive). Além disso, outro exemplo destes canais de denúncias pode ser encontrado em uma publicação recente feita pelo Instagram oficial do movimento. Nessa publicação, os alunos são incentivados a gravarem seus professores e a fazerem denúncias utilizando o número de telefone fornecido na imagem. Observe a seguir:

³⁸ DEBATE. **Escola Sem Partido - Sala Debate – Canal Futura**. 19 de julho de 2016. YouTube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=J2v7PA1RNqk>>. Acesso em: 24 de out. 2023.

Imagem 1 – Canal de Denúncia



742 curtidas

escolasempartidooficial 🧑🏫🧑🏫 são agentes da classe “opressora”, logo devem ser filmados e denunciados. 🧑🏫🧑🏫 são agentes de conscientização e emancipação da classe dos “oprimidos”, logo devem ter o direito à privacidade no exercício da sua pregação revolucionária. 🖐️ Assim funciona a mente de um esquerdista.

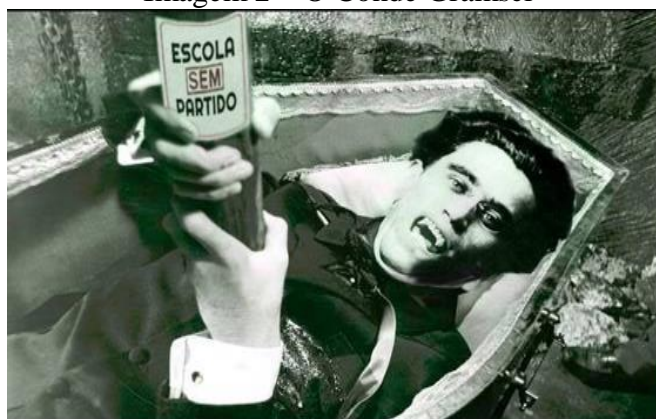
Fonte: (Instagram: Escola Sem Partido Oficial, 2020)³⁹

Além das informações visíveis na imagem, a legenda da publicação revela uma opinião extremamente crítica em relação aos professores. Essa crítica vai além da simples denúncia de doutrinação ideológica, retratando os professores como agentes opressores que exercem influência negativa sobre os alunos. Ao associá-los a uma mentalidade esquerdista, a publicação sugere que os professores estão promovendo uma agenda política específica em sala de aula, em detrimento da imparcialidade e do papel educacional objetivo que se espera deles.

A seguir estão mais duas publicações feitas por Miguel Nagib, em sua página pessoal no *Facebook*, visando alcançar mais pessoas ao MESP. Nestas publicações, é perceptível um ataque direcionado apenas a um lado político-ideológico, considerado por eles, o responsável pelos principais problemas enfrentados pela educação brasileira. Através delas, torna-se claro que o coordenador do movimento se posiciona como não apartidário em suas críticas, apesar do nome do movimento sugerir o contrário.

³⁹ OFICIAL, Escola Sem Partido. [Policiais] são agentes da classe “opressora”, logo devem ser filmados e denunciados. [Professores] são agentes de conscientização e emancipação da classe dos “oprimidos”, logo devem ter o direito à privacidade no exercício da sua pregação revolucionária. [Apontando] Assim funciona a mente de um esquerdista. 24 de fevereiro de 2020. Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B89AQPmJ8Ga/>. Acesso em: 06 de fev. 2024.

Imagem 2 – O Conde Gramsci



Miguel Nagib

30 de agosto de 2015 · 🌐

Conde Gramsci, o vampiro que vampiriza a educação brasileira, com a ajuda de Paulo Nosferatu Freire, pode estar com seus dias contados.

Fonte: (Facebook: Miguel Nagib, 2015)⁴⁰

Na imagem, o filósofo marxista Antonio Gramsci⁴¹ é representado como um vampiro sendo morto por uma estaca de madeira, que simboliza o Movimento Escola Sem Partido. Acompanhando a imagem, há uma legenda que descreve Gramsci como um grande perigo para a educação brasileira e ainda faz uma sátira ao educador Paulo Freire, sugerindo que ambos contaminam a educação do país com suas ideias marxistas. Além disso, Miguel inclui um aviso indicando que o tempo das ideologias desses pensadores no ensino público está chegando ao fim.

Na seguinte publicação, podemos perceber outro ataque direcionado ao educador Paulo Freire⁴², ele é retratado como uma doença ideológica, um simples partidário do PT marxista que é contraventor da família tradicional brasileira, e um corruptor de crianças:

⁴⁰ NAGIB, Miguel. **Conde Gramsci, o vampiro que vampiriza a educação brasileira, com a ajuda de Paulo Nosferatu Freire, pode estar com seus dias contados.** 30 de agosto de 2015. Facebook. Disponível em: https://www.facebook.com/photo.php?fbid=425336157671680&set=pb.100005858980838.-2207520000&type=3&locale=pt_BR. Acesso em: 06 de fev. 2024.

⁴¹ Antonio Gramsci foi um teórico e ativista político marxista italiano Itália, estudou na Universidade de Turim e em 1913 se filiou ao Partido Socialista Italiano, participou da fundação do Partido Comunista da Itália. Foi preso e condenado pelo regime fascista. Morreu em 1937. Enquanto preso, redigiu vasta quantidade de anotações em 33 cadernos, que originaram uma nova leva filosófica sobre o marxismo revolucionário.

⁴² Paulo Freire nasceu em Recife – PE em 1921, foi um dos mais importantes pedagogos brasileiros. O educador criou um método de ensino inovador acreditando que a educação era uma ferramenta essencial para a transformação da sociedade. Ele era contrário à visão tradicional da educação (de transferência de conhecimento), que vê o professor como aquele que possui a sabedoria e o aluno como aquele que recebe essa bagagem. Ele propôs um método onde professores e alunos dialogavam e o aprendizado se fazia com base nas necessidades diárias reais dos alunos. A lei brasileira número 12.612, criada em 2012, definiu Paulo Freire como o patrono da educação brasileira.

Imagem 3 - “Carrapatus Paulofreiri”



Fonte: (Facebook: Miguel Nagib, 2021)⁴³

Ambas as imagens e suas respectivas legendas, apresentam a ideia fundamental combatida pelo MESP, a doutrinação dos conceituados como petistas, comunistas ou marxistas. Apesar da extrema-direita ter arquitetado a deposição de Dilma Rousseff da presidência, a ideia de combater o controle do Estado pela esquerda ainda é a ideia que persiste nos discursos dos movimentos deste lado político, com foco no sistema educacional, desde da formação de professores até a educação básica. Se estabelecendo assim um discurso pautado no ódio, de modo a criminalizar professores que expõem em suas aulas filosofias divergentes a esses grupos.

É importante destacar também o contexto dessas publicações, por fazerem parte de um conjunto de produções que ganharam destaque significativo na década de 2010. São os chamados memes satíricos, e eles têm como principal objetivo disseminar ideias de maneira cômica e irônica, exercendo influência sobre aqueles que os visualizam e interpretam. Devido ao amplo alcance desses memes, especialmente entre os mais jovens, crianças e adolescentes, muitas vezes eles não são interpretados como expressões subjetivas, mas sim como fatos estabelecidos. Isso resultou na aceitação acrítica dessas ideias por parte do público virtual.

Em relação ao filósofo Antonio Gramsci, satirizado na primeira publicação apresentada anteriormente, em uma de suas obras, é apresentado a principal ideia de escola em sua filosofia dialética, ela se estabelece em:

⁴³ NAGIB, Miguel. **Pra quem não conhece, esse é o famoso Carrapato Estrela (“Carrapatus paulofreirii”), o parasita ideológico da educação brasileira.** 24 de maio de 2021. Facebook. Disponível em: https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1598219573716660&set=pb.100005858980838.-2207520000&type=3&locale=pt_BR. Acesso em: 06 de fev. 2024.

Na escola ativa é o Estado que deve ser o responsável pela formação das novas gerações. Por Estado deve-se entender a Ditadura do Proletariado, agindo ativamente, coercitivamente sobre os setores renitentes e que disponibilize um único tipo de escola, uma escola classista. Esta escola única, classista e ativa teria como objetivo “disciplinar, portanto a nivelar, a obter certa espécie de conformismo, que pode ser chamado de dinâmico”.⁴⁴

Gramsci apresenta aqui, a ideia de que a escola deve se alinhar aos objetivos pertencentes a ditadura do proletariado visando alcançar a fase final posterior ao socialismo, ou seja, comunismo. Essa ideia está ligada à superação de um modo de produção inferior, o capitalismo, em direção a uma sociedade superior e avançada, essa transição exige uma homogeneização no âmbito escolar e na organização de uma nova cultura do proletário. Neste contexto a escola desempenharia um papel crucial no processo revolucionário. A organização dessa nova cultura, implica a superação da cultura da exploração ligada tanto a infraestrutura quando a superestrutura⁴⁵.

Diante disso, o MESP parece entrar em contradição com sua ideia central, ao se posicionar contrário a Antonio Gramsci, pois o filósofo propõe que a escola se estabeleça livre de partidos políticos, buscando superá-los. Essa abordagem contraditória sugere uma possível incoerência em relação aos próprios princípios do movimento.

[...] os primeiros elementos de uma intuição de mundo liberta de toda magia ou bruxaria, e fornece o ponto de partida para o posterior desenvolvimento de uma concepção histórico-dialética do mundo, para a compreensão do movimento, do devenir, para a valorização da soma de esforços e de sacrifícios que o presente custou ao passado e que o futuro custa ao presente, para a concepção da atualidade como síntese do passado, de todas as gerações passadas, que se projeta no futuro. É este o fundamento da escola elementar.⁴⁶

A proposta educacional de Gramsci, com a escola elementar presente na citação acima, parte da construção da hegemonia da classe proletária. Ademais, podemos relacioná-la com as ideias que construíram a base da Escola Nova, tendência esta que ganhou notoriedade a partir do século XX, essa tendência: “propõe um ensino que valoriza a autoeducação (o aluno como sujeito do conhecimento), a experiência direta

⁴⁴ GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, RJ: 2. Ed. - Civilização Brasileira, 1978. p. 124.

⁴⁵ Conforme Marx explica em *A Ideologia Alemã* (2010), a infraestrutura abrange as relações de produção, ou seja, as dinâmicas de classes presentes em uma determinada sociedade específica, a partir dessa estrutura social, surge a superestrutura, que compreende as formas de consciência social em geral, como política, filosofia, cultura, ciências, religião e artes. Além disso, a superestrutura abarca os modos de pensamento, visões de mundo e outros elementos ideológicos de uma classe. A componente ideológica é denominada superestrutura ideológica, enquanto o Estado é referido como superestrutura legal ou política, incorporando elementos como polícia, exército, leis, tribunais e burocracia.

⁴⁶ GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, RJ: 2. Ed. - Civilização Brasileira, 1978. p. 131.

sobre o meio pela atividade; um ensino centrado no aluno e no grupo”.⁴⁷ No entanto, a implementação dessa tendência nas escolas se esclarece como um desafio, pois:

Os professores têm na cabeça o movimento e os princípios da escola nova. A realidade, porém, não oferece aos professores condições para instaurar a escola nova, porque a realidade em que atuam é tradicional. [...] Mas o drama do professor não termina, aí. A essa contradição se acrescenta uma outra: além de constatar que as condições concretas não correspondem à sua crença, o professor se vê pressionado pela pedagogia oficial que prega a racionalidade e produtividade do sistema e do seu trabalho, isto é, ênfase, nos meios (tecnicismo); [...] Ai o quadro contraditório em que se encontra o professor: sua cabeça é escolanovista a realidade é tradicional; “[...] rejeita o tecnicismo porque sente-se violentado pela ideologia oficial; não aceita a linha crítica porque não quer receber a denominação de agente repressor”.⁴⁷

Novamente, o MESP parece contradizer a ele mesmo, uma vez que o que prevalece nas escolas brasileiras é a abordagem tecnicista alinhada aos interesses do mercado burguês. Essa tendência é amplamente promovida nos discursos dos membros do MESP, refletindo os objetivos de suas agendas neoliberais no sistema educacional, agendas estas que são antidemocráticas e ultrapassadas. O projeto pedagógico predominante nas escolas é o da extrema-direita acrítica.

Logo, a guerra travada com filósofo Antonio Gramsci se dá apenas à sua defesa, a revolução comunista hegemônica, que representa uma mudança radical na ordem social e econômica da lógica capitalista. Essa revolução de esquerda tem em vista desafiar os princípios da direita liberal, que privilegiam o lucro de poucos em detrimento do bem-estar coletivo.

Em relação ao ataque a Paulo Freire, educador que também foi alvo do governo autoritário e discricionário da Ditadura Militar de 1964, sendo considerado por eles, um subversivo ao sistema vigente. Em um de seus textos, ele nos alerta para que:

Diante de um “universo de temas” em contradição dialética, os homens tomam posições contraditórias; alguns trabalham na manutenção das estruturas e outros, em sua mudança. Na medida em que cresce o antagonismo entre os temas que são a expressão da realidade, os temas da realidade mesma possuem tendências a serem mitificados, ao mesmo tempo que se estabelece um clima de irracionalidade e sectarismo. Este clima ameaça arrancar dos temas sua significação profunda e privá-los do aspecto dinâmico que os caracteriza. Numa tal situação, a irracionalidade criadora de mitos converte-se, ela própria, em tema fundamental. O tema que se lhe opõe, a visão crítica e dinâmica de mundo, permite “des-velar” a realidade, desmascarar sua mitificação e

⁴⁷ LIBÂNEO, José Carlos. **Tendências pedagógicas na prática escolar**. In: Democratização da Escola Pública – a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1992. p. 1 - 3.

chegar à plena realização do trabalho humano: a transformação permanente da realidade para a libertação dos homens.⁴⁸

Paulo Freire corrobora com a concepção dialética da história, no qual os homens se expressam e pensam diferente, de acordo com seus variados contextos sociais. Diante dessa dinâmica social, alguns estão voltados para conservar essa ordem social, e outros querem modificá-la, a transformação da ordem social, possibilitaria a libertação dos mesmos. E o fator que possibilita essa libertação, é a educação. Freire propõe uma educação dialógica, que difere a educação tecnicista neoliberal. Na qual se estabelece como uma prática transformadora, uma ação política do sujeito em formação escolar, e não simplesmente inserido num processo de transferência e obtenção de conteúdo. Essa prática pretende a libertação e autonomia do sujeito em relação à opressão no sistema capitalista.

A pedagogia da autonomia representa uma ameaça para as elites brasileiras e os setores políticos vinculados a elas. É notório que, além da direita, a esquerda também se beneficia desse modelo de educação tecnicista, por ganharem popularidade ao promover políticas públicas em vez de buscar transformações estruturais.

À medida que a produção em larga escala aumenta, impulsionada pelo consumismo desenfreado no Brasil já globalizado, especialmente direcionado para a classe média-baixa com produtos de qualidade questionável, e diante da predominância de uma formação pós-escola voltada apenas para a capacitação de mão de obra barata para a produção em massa, a pedagogia da autonomia se torna uma ameaça ainda mais significativa para a elite. Isso porque ela propõe uma transformação profunda nessa estrutura estabelecida. Paulo Freire, em suas reflexões, enfatiza que o papel do professor não é se abster, mas sim possibilitar a liberdade intelectual de seus alunos, como afirmou:

O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão. Uma de suas tarefas primordiais é trabalhar com os educandos a rigorosidade metódica com que devem se “aproximar” dos objetos cognoscíveis. E esta rigorosidade metódica não tem nada que ver com o discurso “bancário” meramente transferidor do perfil do objeto ou do conteúdo. É exatamente neste sentido que ensinar não se esgota no “tratamento” do objeto ou do conteúdo, superficialmente feito, mas se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível.⁴⁹

⁴⁸ FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**, uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes, 1980. p. 29.

⁴⁹ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra. Coleção Leitura, 1996. p. 47.

O MESP, enquanto um movimento vinculado à extrema-direita conservadora em costumes e de tendências neoliberais, defende a proteção dos estudantes contra a suposta doutrinação de esquerda, adotando uma posição claramente partidária em relação a seus objetivos. Na visão do movimento, os estudantes são vistos como peças do processo destinadas a preservar um sistema que beneficia seus líderes, tratando-os como mercadorias sujeitas a competir por um salário mínimo. A escola é concebida como uma fábrica encarregada de produzir essa mercadoria, o trabalhador especializado, e o professor alinhado à escola pública não deve desafiar esse sistema. No entanto, para Paulo Freire, “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção”.⁵⁰ A ideia deste ensino bancário, não deve ser sustentada, pois não promove mudanças na realidade nem estimula questionamentos e processos de evolução nos estudantes.

Outra temática combatida pelo MESP é o que eles denominam de “ideologia de gênero”, que propõe a exclusão de temáticas acerca da diversidade de gênero, no ambiente de sala de aula e de toda a comunidade escolar, em geral. Essa ideia compreende as discussões de gênero como uma influência negativa para os alunos, considerando-as uma imposição sexual por parte dos professores e alegando que banalizam valores morais das famílias dos alunos.

O próprio conceito de “ideologia de gênero” já se esclarece como equivocado, pois a compreensão sobre gênero e sexualidade vai além de uma formulação ideológica imposta por um grupo específico de pessoas. São questões sociais, culturais e, acima de tudo, individuais, que independem da influência externa. Elas são naturalizadas a partir do contexto e das experiências de vida de cada indivíduo. Portanto, rotular essas questões como meramente ideológicas é simplista e desconsidera a complexidade das identidades e das vivências humanas.

Na publicação a seguir, retirada do *Instagram* oficial do movimento ainda em atividade pelos colaboradores contemporâneos, a ideia de doutrinar e impor sobre identidade de gênero ou orientação sexual é apresentada de forma satírica em uma charge, observe:

⁵⁰ FREIRE, 1980, *loc. cit.*, p. 13.

Imagem 4 – Goela Abaixo



Fonte: (Facebook: Miguel Nagib, 2016)⁵¹

A concepção presente na publicação acima é corroborada por muitos grupos políticos conservadores, no entanto, este conceito de “ideologia de gênero”, pode ser reinterpretado conforme o argumento a seguir:

Diferentemente do sintagma retórico inventado pelos “defensores da família”, o conceito sociológico de ideologia de gênero (sem aspas) pode ser útil para identificar, compreender e criticar a naturalização das relações de gênero, as hierarquizações sexuais, a heterossexualização compulsória, a inculcação das normas de gênero, entre outras coisas. São exemplos de manifestações da ideologia de gênero o machismo, o sexismo, a misoginia, o heterossexismo, a transfobia, assim como a pugna religioso-moralista e antifeminista contrária à adoção da perspectiva de gênero nas políticas públicas. Podemos dizer, portanto, que são eles, os cruzados antigênero, que agem como genuínos promotores da ideologia de gênero. Paradoxalmente, a partir de uma manobra de inversão, esses “defensores da família” atribuem a outrem exatamente aquilo que praticam. O discurso antigênero nomeia como “ideologia de gênero” aquilo que é precisamente a sua crítica.⁵²

Na visão do autor citado, a abordagem dos grupos reacionários em relação ao conceito de ideologia de gênero é simplista e nega uma série de questões complexas relacionadas a esses temas. Eles reduzem esses processos apenas aos seus preceitos

⁵¹ NAGIB, Miguel. **Sem Legenda.** 17 de janeiro de 2016. Facebook. Disponível em: https://www.facebook.com/photo/?fbid=459518404253455&set=pb.100005858980838.-2207520000&locale=pt_BR. Acesso em: 07 de fev. 2024.

⁵² JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A “ideologia de gênero” existe, mas não é aquilo que você pensa que é. In: CÁSSIO, Fernando (Org.). Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar, v. 1, p. 135-140, São Paulo: Boitempo, 2019. p. 130.

morais religiosos, ignorando as dimensões de luta, violência e busca por direitos das pessoas integrantes das identidades mais marginalizadas.

O combate a “ideologia de gênero” foi promovido pela Igreja Católica, visando resistir ao avanço dos direitos e às demandas da comunidade atualmente representada pela sigla (LGBTQIAPN+) que se refere a Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Transgêneros, *Queer* ou Questionando, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-binários entre outras identidades. Além do evidente processo de emancipação feminina promovido por alguns grupos feministas, esse avanço estava se intensificando no Brasil no início dos anos 2000, especialmente durante o governo de Dilma Rousseff.

Nesse período, o Programa Escola Sem Homofobia, em parceria com o Ministério da Educação (MEC), foi estruturado para combater a discriminação e promover a diversidade nas escolas, de acordo com um trecho retirado do próprio projeto:

“os materiais que compõem o kit educativo do Projeto procuram contribuir para a desconstrução de imagens estereotipadas sobre lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, e promover como ganho a convivência e o respeito em relação às diferenças [...]”⁵³

No entanto, os materiais elaborados para esse projeto seriam destinados somente a alunos do ensino médio, e não possuíam nenhum tipo de conteúdo com teor sexual, foram pejorativamente rotulados de *Kit Gay*, principalmente pelos grupos de oposição, religiosos conservadores contrários a uma educação mais progressista que abordasse questões de gênero. Essa oposição favorável à ideia da soberania e proteção da chamada família tradicional brasileira, levou à suspensão do projeto pelo governo federal, diante da significativa oposição e preconceito.

No momento em que a “ideologia de gênero” se sobrepõe à “doutrinação marxista”, o discurso do MESP dá outra guinada. A defesa de uma educação “neutra”, que era predominante até então, cede espaço à noção da primazia da família sobre a escola. A reivindicação é impedir que professoras e professores transmitam, em sala de aula, qualquer conteúdo que seja contrário aos valores prezados pelos pais.⁵⁴

Conforme a citação acima, a agenda do MESP passou a aderir o combate a “ideologia de gênero”, ao se unir à luta contra a doutrinação marxista, para eles essas ideias nascem da mesma ideia doutrinária. Esse alinhamento ficou evidente no projeto de

⁵³ MEC. **Caderno “Escola Sem Homofobia”**. DF, Brasília. 2009. Disponível em: https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/bGjtqbyAxV88KSj5FGEExAhHNjzPvYs2V8ZuQd3TMGj2hHeySJ6cuAr5g_gvfw/escola-sem-homofobia-mec.pdf. Acesso em: 07 de fev. 2024.

⁵⁴ MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordada no parlamento brasileiro. **Revista Direito e práxis**, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016. p. 601. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25163>. Acesso em: 07 de fev. 2024.

lei da ALERJ, que apresentará o “direito dos pais a que seus filhos menores não recebam a educação moral que venha a conflitar com suas próprias convicções”. Essa premissa defende que temas como moralidade, oriundos de religião ou aspectos culturais, devem ser transmitidos exclusivamente pelos pais dos alunos, assim como questões de gênero que estejam em conformidade a determinados valores religiosos dos mesmos.

Essa luta contra a “ideologia de gênero” ganha seu espaço político ao ser propagada principalmente pela chamada “bancada evangélica”, na qual muito dos integrantes são apoiadores do MESP. Integrando essa bancada, os já mencionados aqui, os deputados Izalci Lucas, Erivelson Santana e Flávio Bolsonaro, entre outros presentes nas comissões do projeto 7180/14. Podemos observar este fundamentalismo religioso profundamente enraizado em uma declaração feita em uma dessas assembleias por um dos integrantes, o deputado Lincoln Portela⁵⁵, que votou a favor do impeachment de Dilma. Na declaração, ele esclarece que:

[...] 30 anos de invasão de uma esquerda marxista radical no nosso Brasil, procurando fazer lavagem cerebral nas nossas crianças, procurando induzir as nossas crianças a desorientação sexual. A LDB maquiavelmente, a partir de 2016, obriga nossas crianças serem matriculadas a partir de 4 anos. A escola pode ajudar na personalidade, mas agora ela quer ditar caráter a partir dos 4 anos. Seu filho está lá, pra ele dizer para ele [...] que quem se mexe com cruz é retrogrado, é criminoso, é bandido [...] O que eles fazem hoje nas escolas? Rejeitam questões religiosas, rejeitam a família monogâmica, não respeitam o texto constitucional, constitucional, de tolerância. Nada contra quem quer ter orientação sexual que quiser, desde que não seja imposto as nossas crianças, desde que nossas crianças não sejam abusadas dentro das escolas incentivadas a a uma erotização precoce. Estaremos aqui debatendo, cadê a esquerda, é cadê a esquerda, cadê os deputados da esquerda, vem um aqui de vez em quando, cadê? Não querem o debate porque são intolerantes.⁵⁶

Seu discurso além de ser ignorante perante as questões de orientação sexual e identidade de gênero, ele culpa diretamente a LDB, ao considerar a escola o condutor que destrói e abusa da inocência das crianças, onde os professores alicerçados a “esquerda radical” incitam os alunos a uma erotização sexual precoce. A grande questão aqui sempre vem da moralidade religiosa, de não ser permitido discutir sexualidade e gênero em sala de aula, apenas no seio familiar. No entanto, é a negligência dessas discussões, que se

⁵⁵ Nasceu em Belo Horizonte (1953) é um teólogo, radialista, apresentador de TV e atualmente é deputado federal filiado ao Partido Liberal. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/74585/biografia>. É pastor e presidente da Igreja Batista Solidária. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20190722033652/http://igrejabatistasolidaria.com.br/quem-somos/>.

⁵⁶ DEPUTADOS, Câmara dos. **PL 7180/14 - ESCOLA SEM PARTIDO - Audiência Pública**. Brasília, 15 de fevereiro de 2017. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vRRiUbWKGyQ>. Acesso em: 08 de fev. 2023.

estabelece com um dos grandes fatores causadores de homofobia e preconceito no ambiente escolar, persistindo na sociedade. Logo, essa retórica se intensificará também nos debates recentes sobre a elaboração do currículo nacional, com a reforma da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017, que foi contestada a partir da ideia de “Ideologia de Gênero”. Falaremos mais sobre no decorrer do texto.

Na fala de Portela, é evidente a constante crítica direcionada aos partidos de esquerda, denotando-os de intolerantes, pela ausência de seus representantes durante a comissão, no debate democrático. Ele ainda afirma que a corrente marxista de esquerda, presente no governo da época, buscava fazer uma lavagem cerebral nos estudantes, visando assegurar sua permanência no poder. Com o fim da fala do deputado Portela, a palavra é direcionada a outro apoiador do projeto de lei, também integrante da bancada evangélica, o Deputado Federal Marco Feliciano⁵⁷, onde ele manterá a mesma postura de Portela em seu discurso:

Nosso país há 30 anos, está entregue na mão de comunistas. Seus ideais não funcionaram em lugar nenhum do mundo mataram duzentas milhões de pessoas. [...] vão usar aqui que a igreja matou, a igreja queimou em todo o processo desse momento obscuro da igreja, menos de vinte cinco mil pessoas sofreram em contrapartida, duzentas milhões de pessoas foram assassinados por esse pensamento [...] Só o fato de podemos falar a população, a sociedade só o fato deles saberem as coisas que acontecem, já começa a meter medo nesses esquerdoides que deveriam ter vergonha de habitar num país democrático, onde eles dizem que lutam pela democracia, mas democracia é uma chapa branca deles, só é democrático quando você pensa como eles, quando você foge do pensamento deles, você é autoritário, você não é democrático. Nós não aguentamos mais isso que Paulo Freire fosse hegeliano [...] tudo bem, mas onde estão os que os aqueles que pensam em outro pensamento aqueles que seguem Kierkegaard, por exemplo, que se contrapunha a hegelianos queremos uma escola plural de verdade, mas uma escola onde o menino e a menina não tem o seu direito cerceado, porque ele tem um pensamento onde a professora disse al que é ridículo. Ser cristão, é ridículo? Ser espírita é ridículo? Ser testemunha de Jeová ridículo, ser ateu é ridículo? Ora isso é uma escolha pessoal. O que não pode dentro da escola usar-se da ferramenta usar do poder autorizado pelo governo, usar de uma de uma autarquia para que se imponha de cima para baixo um pensamento ideológico. É só isso que nós não queremos. Está aí salas de aulas completamente destruídas, [...] é que na mente do um esquerdopata [...] qualquer bandido revolucionário em forma embrionária. [...] a mente de um esquerdopata tinha que ter tratada dentro de um manicômio, são loucos.⁵⁸

⁵⁷ Nasceu em São Paulo, é um teólogo, pastor evangélico, foi presidente da Igreja Assembleia de Deus em Orlândia, (SP) em 2009, e político brasileiro, atualmente é deputado federal filiado ao Partido Liberal (PL). Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/160601/biografia>.

⁵⁸ DEPUTADOS, Câmara dos. 2017. *loc. cit.*

Em sua declaração, a ideologia de esquerda é novamente alvo de crítica. Marco Feliciano compara a ideologia a uma doença psiquiátrica, que afeta todos os seus representantes e seguidores, rotulando-os com sufixos patológicos como “esquerdopatas”, lançando ataques a ideias propagadas por ditos doutrinadores, como nocivas, citando novamente o educador Paulo Freire. Além disso, ele ratifica o que Portela falou, ao dizer que o Brasil vem sendo destruído pelo comunismo e suas ideias ao longo de trinta anos, manipulando os estudantes nas escolas e formando docentes em doutrinadores.

Podemos perceber que nas comissões referentes ao projeto de lei 7180/14, o projeto em si é o menos discutido nas falas de seus apoiadores, essas comissões se inserem na luta que vem acontecendo antes mesmo do *impeachment* em 2016 da ex-presidente Dilma, é a luta pela hegemonia política e ideológica, a esquerda recorrendo ao forte populismo e sua concepção de democrática emergencial, enquanto a direita se enlaça aos grandes proprietários de terra e a elite, se firmando na moral e ética conservadora, especialmente aos valores cristãos, apesar do que muitos deles esquecem, o Brasil é um Estado laico com uma rica diversidade cultural e religiosa. Como está previsto na Constituição Federal de 1988:

É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:
 I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;
 II - recusar fé aos documentos públicos;
 III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.⁵⁹

Além disso, surge a comparação pelo fato de alguns dos principais defensores do MESP, como Flávio Bolsonaro e toda sua família, incluindo seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro, já serem favoráveis a um movimento que cerceavam nas escolas e universidades, as ideias de diversidade e pluralismo social, a ditadura militar de 1964. Vale ressaltar que Jair Bolsonaro, durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff, prestou homenagem, durante seu voto, a um dos generais mais violentos da ditadura, e nunca se retratou dessa declaração⁶⁰, esclarecendo seu apoio ao movimento ditatorial.

Os princípios dessa ditadura abrangiam a perseguição e vigilância de professores, acusados de suposta doutrinação ideológica de esquerda em todos os níveis educacionais,

⁵⁹ BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. *loc. cit.*, Título III – Cap. I – Art. 19.

⁶⁰ UOL. **Bolsonaro elogia Ustra e diz que citação no impeachment de Dilma foi por “dever de consciência”**. 27 de março de 2022. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6KVcjNqAXjw&t=56s>. Acesso em: 08 de fev. 2023.

exercendo também o controle sobre instituições escolares e universitárias tal como diretrizes curriculares, visando formar uma sociedade desprovida de criticidade e obediente ao poder vigente. Observe essas ideias presentes na lei estabelecida na ditadura militar, a seguir:

A Lei n. 5692/71 simbolizou a consolidação de um projeto educacional excludente, tecnicista e privatista, que visava estabelecer diferentes níveis de escolaridade entre a população, restringindo à educação técnica às classes populares e reservando a educação superior e as fatias mais qualificadas do mercado a grupos privilegiados. O setor privado, beneficiado com o desmantelamento do financiamento público da educação e pelos incentivos fiscais, foi o grande beneficiário desse modelo.⁶¹

A elite contemporânea, com muitos integrantes ligados à bancada evangélica e à extrema-direita no Brasil, se beneficia dos projetos que promovem uma formação tecnicista, reduzindo a população à condição de mão de obra barata. A lei acima instituiu diretrizes educacionais que impactaram diretamente o currículo da época. Destaco algumas medidas do Estado, como a fusão das disciplinas de história e geografia, denominadas Estudos Sociais, que consistiam em um amontoado de conteúdos enciclopédicos. Também foram criadas licenciaturas curtas, com duração de aproximadamente dois anos, incluindo disciplinas obrigatórias como Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira. Essas disciplinas refletiam a ideologia autoritária e ufanista predominante na época, contrária à diversidade do Brasil.

Segundo Araújo⁶², “docentes e discentes, o professor de História em especial, deveriam estar a serviço da Ditadura. ” Eles seriam responsáveis por disseminar as histórias e ideais dos líderes que conduziram o golpe, resultando em uma sociedade acrítica e passiva diante dos eventos. Os princípios disseminados por esta ditadura exerceram grande influência nas práticas do MESP, promoveu a intimidação e perseguição de professores, a alteração e construção de currículos educacionais em favor de seus próprios interesses, buscando a manutenção de um domínio político e econômico.

⁶¹ PINHEIRO, Francisco Felipe de Aguiar. **O ensino de História no Ceará durante a ditadura militar: entre o prescrito e a memória de práticas docentes**. 2017. 171 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017. p. 54.

⁶² ARAÚJO, Fátima Maria Leitão; PINHEIRO, Francisco Felipe de Aguiar; SOUSA, Joilson Silva de. O projeto “Escola sem partido” e o ensino de história no Brasil: inquietações do tempo presente. **Educação & Formação**, v. 3, n. 9, p. 141-158, 2018. p. 153. Disponível em: <https://doi.org/10.25053/redufor.v3i9.860>. Acesso em: 08 de fev. 2024.

3 OS PROFESSORES QUE CONSTROEM A HISTÓRIA

Neste capítulo, exploraremos os desafios e perspectivas impostos aos professores pelo Movimento Escola Sem Partido (MESP), principalmente diante da incisiva demanda por neutralidade e imparcialidade diante dos conteúdos e das fontes históricas, além de abordarmos o intenso negacionismo em relação à história como disciplina científica e como promotora de pensamento crítico na formação básica dos alunos. Ademais, analisaremos como o movimento influenciou a elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), visando excluir determinados debates dos parâmetros de ensino de história.

3.1 A ABORDAGEM DIDÁTICA DO PROFESSOR DE HISTÓRIA: A EXIGÊNCIA DE UMA NEUTRALIDADE PELO MESP

No arquivo virtual do site oficial, no ano de 2014, pode ser visualizado uma “Biblioteca Politicamente Incorreta”⁶³, nela há a divulgação de um livro chamado “Professor não é educador” escrito pelo filósofo Armindo Moreira⁶⁴, ele apresenta a ideia de que educar e instruir são coisas muito diferentes, o professor em sala de aula não possui o papel de educar o aluno, pois ele não possui nenhum laço afetivo ou familiar com o mesmo. O professor deve apenas instruir, repassar conhecimentos e habilidades prontas. Para o autor, educar significa:

Educar é criar hábitos e sentimentos que permitam ao educando adaptar-se ao meio social em que há de viver, para nele ser feliz sem impedir a felicidade dos outros. Acontece que o professor não sabe e nem adivinha em que meio social vai viver seu aluno; daí que não preveja os hábitos e os sentimentos de que vai precisar o educando. E esta é a primeira razão pela qual o professor não pode educar.⁶⁵

Essa concepção de sentidos provoca uma diferenciação no papel pedagógico do professor, principalmente para aqueles docentes que seguem as tendências educacionais contemporâneas progressistas e construtivistas do ensino, que se difere da tendência

⁶³ ESCOLA SEM PARTIDO. **Apresentação “Biblioteca Politicamente Incorreta.”** Setembro de 2014. Internet Archive. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20140911025945/http://www.escolasempartido.org:80/artigos?start=3>. Acesso em: 09 de fev. 2024.

⁶⁴ Nascido em Portugal, possui graduação e mestrado pela Universidade Pontifícia de Salamanca na Espanha e tem mais de 40 anos como professor – lecionando desde o ensino fundamental até ao ensino superior. Atualmente, é professor aposentado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, onde lecionou as disciplinas de Filosofia da Ciência e de História do Pensamento Brasileiro. Veja em: MOREIRA, Francisco. **Professor não é Educador - Resenha do Livro**. InfoEscola. 06 de março de 2014. Disponível em: <https://www.infoescola.com/educacao/professor-nao-e-educador/>. Acesso em: 09 de fev. 2023.

⁶⁵ MOREIRA, Armindo. **Professor não é educador**. Toledo, PR: Indicto, 2012. p. 6.

pedagógica defendida pelo MESP e pelo autor acima, ela se volta a tendência neoliberal e tecnicista do ensino, mesclada a uma tendência tradicional conservadora, na qual negligência o aluno como um ser em construção e nega o importante papel do professor na formação crítica e social do indivíduo.

Conforme a LDB vigente, é evidenciado que “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.⁶⁶ Ou seja, responsabilidade de educar a criança deve ser compartilhada entre a família dos educandos e o Estado, sendo este representando pelo ensino público e demais instituições de inserção de crianças em idade escolar, concomitante as leis e as diretrizes curriculares-pedagógicas, na finalidade de desenvolver o aluno, segundo os objetivos da LDB, previstos também na Constituição. Na perspectiva de se preparar o aluno para o exercício da cidadania, ambas as partes que detém o dever de educar, devem estar preparados e possuem a responsabilidade, esse processo possui diversas camadas, visto o modo de cada indivíduo se inserir em sociedade.

No texto de Armindo, o Estado utiliza desse dever para a controlar a população, impondo suas ideias, propagando um Estado fascista, para ele o Estado deveria apenas instruir por meio da escola, observe o trecho abaixo:

Ora, os governantes devem promover a instrução, mas não devem educar. Se eles educam, dificilmente vencem a tentação de mentalizar o povo para que aceite o fascismo. Um governo só pode educar mediante funcionários públicos que são escolhidos por concurso e, num concurso, a educação do concorrente não é nem pode ser avaliada. Entretanto, este nosso planeta vai-se enchendo de Ministérios da Educação com milhões de funcionários fazendo por um salário o que só por amor pode ser feito: educar!⁶⁷

A ideia de Moreira, na verdade, corrobora com o próprio texto da constituição federal de 1988, no qual ele prevê a: “valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas.”⁶⁸ Como expõe Armindo, os professores devem ser encarregados à docência a partir de concursos públicos, e não

⁶⁶ BRASIL. Senado Federal. **LDB**. *loc. cit.*, Título II – Art.2º.

⁶⁷ MOREIRA, Armindo. *loc. cit.*, p. 5.

⁶⁸ BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. *loc. cit.* Cap. III - Seção I – Art. 206 § V.

mediante ligações políticas pessoais, se isso acontecesse se configuraria em um regime essencialmente fascista.

O que deve ser pensado aqui é como os apoiadores do MESP entendem o papel do professor, principalmente o de História na tarefa de proporcionar a criticidade do aluno e os prepará-los para a cidadania, haja visto a LDB e nossas bases curriculares, conjuntamente a família, ou até mesmo a escola pública vinculada ao Estado assumindo esse papel de forma totalitária, quando esse aluno não possui uma base familiar estruturada ou nenhum familiar, que se define grande parte das conjunturas sociais brasileiras.

Além das publicações apresentadas no capítulo anterior, as redes sociais do movimento também estão repletas de analogias, piadas e críticas negativas ao trabalho dos professores em sala de aula. Ademais, há a presença de vários vídeos gravados por alunos, nos quais os professores são mostrados participando de projetos ou aulas que abordam discussões sobre gênero e diversidade cultural brasileira, sendo essas abordagens consideradas crimes de doutrinação ideológica nas legendas dos vídeos publicados.

No entanto, não podemos ignorar a existência de outros vídeos que mostram professores fazendo propaganda política para certos candidatos e difamando outros, além de casos de professores sem qualificação adequada atuando em sala de aula. Porém, existe uma questão preocupante associada a essas imagens e gravações. Muitas delas são capturadas por alunos sem o consentimento prévio dos professores, levantando sérias questões de privacidade e ética.

É importante ressaltar que a maioria desses alunos são adolescentes, aumentando a complexidade do problema. A disseminação dessas imagens representa uma forma de agressão coletiva virtual, e a falta de supervisão adequada por parte dos pais e da escola agrava ainda mais a situação. A ausência de disciplina e orientação sobre o respeito à privacidade e aos direitos individuais contribui para a proliferação desse comportamento prejudicial.

Na publicação a seguir, retrata-se uma professora recortando os pensamentos de seus alunos, ao formar em suas mentes ideias pré-concebidas sem reflexão prévia dos mesmos. Isso é simbolizado pelo uso do símbolo do socialismo soviético e de uma bandeira que representa a comunidade diversificada de gêneros e sexualidades. A professora é representada como uma doutrinadora sem escrúpulos, que impõe suas ideologias aos alunos, reduzindo-os a meros receptáculos passivos, sem meios adequados de se defenderem desta imposição.

A professora é apresentada moldando as mentes dos alunos de acordo com suas próprias convicções pessoais. Isso é simbolizado pelo uso do símbolo do socialismo soviético imbricado a uma bandeira que representa a diversidade de gênero e sexualidade atualmente. O que implica dizer que além de conceituar estas ideias como ofensivas para o ambiente escolar, elas são englobadas em uma totalidade intelectual, abrangendo o comunismo a luta de diversidade social, como se a própria ideologia mencionada não possuísse heterogeneidade de perspectivas.

Imagem 5 – Doutrinação nas Escolas



Fonte: (Instagram: Escola Sem Partido Oficial, 2017)⁶⁹

Além da criminalização de suas funções em sala de aula, como representado na imagem anterior, nas redes sociais e no desativado site oficial do movimento, é possível encontrar cartilhas que estabelecem os deveres do professor, a qual serviu como fundamentação para a elaboração do já mencionado projeto da ALERJ de Flávio Bolsonaro, e está incorporada no documento, ela também está presente no projeto de lei n.º 246/2019. Estes deveres estão incorporados na proposta da disposição de cartazes em todas as salas de aula das escolas públicas brasileiras. Abaixo está o transcrito da cartilha referida:

DEVERES DO PROFESSOR

I - O Professor não abusará da inexperiência, da falta de conhecimento ou da imaturidade dos alunos, com o objetivo de cooptá-los para esta ou aquela corrente político-partidária, nem adotará livros didáticos que tenham esse objetivo;

II - O Professor não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, religiosas, ou da falta delas;

III - O Professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas;

⁶⁹ A referida publicação foi removida do perfil do *Instagram*, no entanto, no entanto, percebi a necessidade de deixar neste trabalho, visto a forte representação do MESP. A captura da publicação está disponível em meu arquivo pessoal: OFICIAL, Escola Sem Partido. **Diga não à ideologia de gênero nas escolas**. 13 de setembro de 2017. *Instagram*. Disponível em: [Captura de Tela - Doutrinação de Gênero nas Escolas - Instagram .png](#). Acesso em: 17 de jan. 2024.

IV - Ao tratar de questões políticas, sócio-culturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade –, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito; e

V - O Professor não criará em sala de aula uma atmosfera de intimidação, ostensiva ou sutil, capaz de desencorajar a manifestação de pontos de vista discordantes dos seus, nem permitirá que tal atmosfera seja criada pela ação de alunos sectários ou de outros Professores.⁷⁰

A discussão acerca destes deveres do professor, concentra-se na necessidade de garantir que o professor mantenha uma postura imparcial e neutra diante dos conteúdos abordados. Na perspectiva do MESP, a obtenção dessa imparcialidade, se dá com o professor se abstendo de determinadas discussões e conteúdos, assegurando que a sala de aula não se torne um espaço propício para debates polarizados ou que provoque mudanças nos paradigmas familiares dos alunos. Diante disso, o MESP também compreende a formação de professores no Brasil da mesma maneira que na educação básica, evidenciando um ciclo contínuo de doutrinação. Nesse ciclo, a hierarquia dos cursos de pedagogia e licenciatura é vista como propagadora de uma hegemonia “comunista”.⁷¹

Na publicação a seguir, também publicada no *Instagram* oficial do movimento, contém uma charge, ela preconiza essa perspectiva direcionada para a universidade pública, de que os graduandos saem do ambiente acadêmico repetindo apenas o que os professores da universidade os doutrinaram a repetir, transformando-os em indivíduos acríticos e homogêneos. Observe abaixo:

Imagem 6 – O Ensino Superior



Fonte: (Instagram: Escola Sem Partido Oficial, 2017)⁷²

⁷⁰ RIO DE JANEIRO. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. 2014. *loc. cit.*

⁷¹ Qualquer comunidade divergente ao capitalismo científico, como grupos estudantis, movimentos sindicalistas ou contrários ao conservadorismo político e o neoliberalismo econômico, são chamados assim pelos grupos de extrema-direita.

⁷² OFICIAL, Escola Sem Partido. #escolasempartidoja #escolasempartido. 28 de agosto de 2017. Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BYV5TT3Fddq/>. Acesso em: 19 de fev. 2024.

Essa visão reflete a preocupação do movimento em relação à suposta doutrinação ideológica nas instituições de ensino superior, onde os alunos seriam moldados por uma única perspectiva, limitando sua capacidade de pensar de forma crítica e independente. No entanto, o que eles combatem como doutrinação, é o que eles nomearam de infiltração do “marxismo cultural”, um dos principais percursores dessa ideia é o ensaísta e entusiasta da extrema-direita brasileira, Olavo de Carvalho⁷³. O trecho abaixo foi retirado de um artigo publicado pela primeira vez no jornal *O Globo* em 2002 e republicado no blog do autor, novamente em 2020, ele expõe que:

[...] Os frankfurtianos [...] Denominaram sua filosofia de “teoria crítica” porque se abstinha de propor qualquer remédio para os males do mundo e buscava apenas destruir: destruir a cultura, destruir a confiança entre as pessoas e os grupos, destruir a fé religiosa, destruir a linguagem, destruir a capacidade lógica, espalhar por toda parte uma atmosfera de suspeita, confusão e ódio. Uma vez atingido esse objetivo, alegavam que a suspeita, a confusão e o ódio eram a prova da maldade do capitalismo. [...] Em poucas décadas, o marxismo cultural tornou-se a influência predominante nas universidades, na mídia, no show business e nos meios editoriais do Ocidente. Seus dogmas macabros, vindo sem o rótulo de “marxismo”, são imbecilmente aceitos como valores culturais supra ideológicos pelas classes empresariais e eclesiásticas cuja destruição é o seu único e incontornável objetivo. Dificilmente se encontrará hoje um romance, um filme, uma peça de teatro, um livro didático onde as crenças do marxismo cultural, no mais das vezes não reconhecidas como tais, não estejam presentes com toda a virulência do seu conteúdo calunioso e perverso.⁷⁴

Neste texto, Olavo de Carvalho compreende a ideia de marxismo cultural a partir do resultado das ideias da Escola de Frankfurt⁷⁵ mescladas a psicanálise de Freud, derivando-se na propagação da ideologia hegemônica de que toda a cultura ocidental capitalista seria uma doença psiquiátrica, sendo necessário a propagação contra hegemônica da necessidade de uma revolução socialista-comunista. No entanto, para o autor, a capacidade lógica que temos de obter e construir o conhecimento deriva-se da cultura ocidental capitalista, e as ideias marxistas, seriam responsáveis pela deterioração dessa capacidade.

⁷³ Nasceu em Campinas (SP) (1947-2022) foi um escritor, jornalista e astrólogo brasileiro. Era considerado um polemista e um dos poucos representantes do pensamento conservador no Brasil. Foi influenciador dos apoiadores de Jair Bolsonaro. Disponível: https://www.ebiografia.com/olavo_de_carvalho/.

⁷⁴ CARVALHO, Olavo de. **Do Marxismo Cultural**. *O Globo*, 8 de junho de 2002. SAPIENTIAM AUTEM NON VINCIT MALITIA. 2020. Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/do-marxismo-cultural/>. Acesso em: 19 de fev. 2024.

⁷⁵ A Escola de Frankfurt foi um grupo de pensadores e teóricos sociais que emergiu na Universidade de Frankfurt, na Alemanha, durante a primeira metade do século XX. Esse grupo se dedicava a combinar a teoria marxista com uma análise crítica da sociedade e da cultura.

Segundo o autor, “Gramsci exige que toda a atividade cultural e científica se reduza à mera propaganda política, mais ou menos disfarçada”.⁷⁶ Ou seja, assim como para Gramsci, precursor da ideia hegemônica socialista, no qual toda cultura produzida, é destinada a um fim, a revolução do proletário, os demais processos culturais e intelectuais contrário ao capitalismo devem ser conceituados como marxismo cultural, para Olavo de Carvalho.

Esse forte combate a revolução comunista se dá a dois fatores, a ideia de que as experiências socialistas e seus líderes eram mais ligados ao socialismo utópico⁷⁷ com capital internacional ainda muito participativo e governos fascistas que falharam em cumprir integralmente o processo revolucionário, com o comunismo. Os líderes se apresentavam como socialistas na teoria, mas na prática histórica, eles apenas propagaram a destruição com o liberalismo globalizado e a hegemonia política, ideológica e cultural de um nacionalismo não socializado. O outro fator é o próprio discurso negacionista de Olavo de Carvalho, a ideia de justiça social propagada pelo marxismo científico.

Para o autor, essa homogeneização no Brasil, começou no período de redemocratização, após ditadura militar, e provocou uma “imbecilidade”⁷⁸ nas gerações futuras, impedindo uma liberdade intelectual, ameaçando a democracia. Ele ainda afirma que: “Gramsci é, em suma, é o profeta da imbecilidade, o guia de hordas de imbecis para quem a verdade é a mentira e a mentira a verdade”.⁷⁹ São estes fatores que dão margem para os grupos de extrema-direita no Brasil, rotularem subjetivamente partidos brasileiros que carregam como meta política a social-democracia de esquerda e um forte intervencionismo estatal, de comunistas disfarçados.

É importante destacar que a hegemonia política à qual ele se opõe, nunca foi unanime, o Brasil encontra-se mergulhado em um bipartidarismo problemático há anos, no qual os antagonistas da política nacional se enxergam como inimigos, propagando ideias divergentes sobre o significado de democracia e cidadania, e sobre qual caminho o povo deveria escolher, e ao contrário de suas teorias, o liberalismo econômico e o conservadorismo cultural, seguem sendo hegemônicos ao longo dos anos, contrariando que as propostas do socialismo científico estejam à frente da política brasileira, ou até

⁷⁶ CARVALHO, Olavo de. **A Nova Era e a revolução cultural**. 4ª edição. São Paulo: Vide Editorial, 2014. p. 29.

⁷⁷ O socialismo utópico, de acordo com Engels em seu texto de 1977, “*Do socialismo utópico ao socialismo científico*”, não compreende a lógica do capital e não tenta intervir ou revolucionar essa lógica, por outro lado, o socialismo científico possui essa meta.

⁷⁸ Termo muito utilizado por Olavo, sendo nome de uma de suas obras literárias, *O Imbecil Coletivo*.

⁷⁹ CARVALHO, Olavo de. **A Nova Era e a revolução cultural**. *loc.cit.*, p. 29.

mesmo no âmago das universidades e escolas brasileiras. Podemos observar na citação a seguir, o que essa ideia preconiza na área de história e demais ciências humanas:

O governo Bolsonaro desde o começo apresentou as Ciências Humanas como suas inimigas, explicitando o entendimento de que essas áreas do conhecimento cumpriram apenas o papel de doutrinar crianças e jovens, atribuindo a áreas como a História e Sociologia um caráter de ideologia “esquerdista”. Para o governo e muitos de seus apoiadores, as Ciências Humanas seriam áreas do conhecimento dominadas pelas ideias de pensadores considerados perigosos, como Marx e Paulo Freire.⁸⁰

Olavo de Carvalho apesar de ter estudado filosofia no Conjunto de Pesquisa Filosófica (CONPEFIL) da Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio), não obteve formação acadêmica completa, e em nenhuma outra área a que se propôs trabalhar, portanto, o ensaísta foi um estudioso autodidata, sua visão se esclarece como partidária ao neoliberalismo econômico e político, por discordar da interferência discricionária do Estado. Além disso, foi um grande apoiador do Movimento Escola Sem Partido, inclusive consta como palestrante a favor do projeto de lei n.º 7180/2014 na Comissão de Educação em 2015⁸¹, requerida por Rogério Marinho, juntamente com Miguel Nagib.

O escritor também foi convidado pelo ex-ministro da educação, Ricardo Vélez Rodríguez, no início do governo de Jair Bolsonaro, presidente este, que o considerou como o guru da extrema-direita, para participar de sua cerimônia de posse e integrar a pasta de desenvolvimento educacional. Na ocasião, o ex-ministro menciona em seu discurso:

Combateremos o condenado o marxismo cultural, hoje presente em instituições de educação básica e superior. Trata-se de uma ideologia materialista, alheia aos nossos mais caros valores de patriotismo e de visão religiosa do mundo. [...] Começo fazendo referência aos jovens que integram nossas secretárias e que receberam a bem faceira formação humanística de dois grandes educadores, Antônio Paim e Olavo de Carvalho, deles emerge a inspiração liberal conservadora das nossas propostas educacionais.⁸²

⁸⁰ SILVA, Michel Goulart da. Reflexões sobre o “marxismo cultural”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 1, n. 3, p. 77-82, 2020. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/165/168>. Acesso em: 19 de fev. 2024.

⁸¹ BRASIL. Câmara dos Deputados. **Comissão de Educação**: Relatório de Atividades. Brasília, dezembro de 2015. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ce/relatorios-de-atividades/relatorio-preliminar-da-comissao-de-educacao-2015/view>.

Acesso em: 24 de abr. 2024.

⁸² NEWS, Jovem Pan. **Marxismo cultural ‘faz mal à saúde’, diz Vélez Rodríguez após assumir o MEC**. 3 de janeiro de 2019. YouTube. Disponível em: <https://youtu.be/M7MHMv8MQPI>. Acesso em: 19 de fev. 2024.

Como relatado no discurso acima, o chamado “marxismo cultural” impacta negativamente na formação de professores, o ex-ministro trata a ideologia materialista como ofensiva aos seus valores conservadores e reacionário e ainda os englobam a toda a nação brasileira, no entanto, na esfera científica essa ideologia materialista a que ele se refere, nada mais é que a base filosófica e epistemológica do materialismo histórico-dialético, que se pressupõe como condição imprescindível nos cursos de licenciatura nas universidades, principalmente no curso de história, observe a citação abaixo:

Assim, a moral, a religião, a metafísica e todo o restante da ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, perdem logo toda a aparência de autonomia. Não têm história, não têm desenvolvimento; ao contrário, são os homens que, desenvolvendo sua produção material e suas relações materiais, transformam, com a realidade que lhes é própria, seu pensamento e também os produtos do seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência.⁸³

Marx e Engels afirmam de antemão que toda ideologia, fé ou pensamentos metafísicos, ou seja, toda a superestrutura social, não compreende toda a realidade em si, o conhecimento real parte do materialismo, da produção humana, da realidade material do próprio indivíduo em sociedade a partir disso ele constrói outras ideias e arca com suas lutas, cada indivíduo se diverge um do outro, ele se estabelece como um produto social de condições subjetivas que vão além de sua autonomia. E assim se compreende a história dos homens no tempo.

[...] desde o processo de formação inicial dos professores, a fim de que os mesmos vislumbrem possibilidades de compreensão da profissão, da luta por condições mais dignas de trabalho e de uma intervenção didático-pedagógica. É aqui que se aponta o método do materialismo histórico-dialético, como fundamental nesse processo.⁸⁴

O materialismo histórico-dialético proposto pelos autores mencionados, permite a compreensão de nossas diversas realidades e contradições impostas pela sociedade, as lutas dicotômicas, as explorações do homem, as pluralidades. A perspectiva de Marx e Engels, pensa a educação como emancipatória no processo revolucionário, para a libertação do homem, em oposição aos sistemas burgueses, podemos entender essa perspectiva na citação abaixo:

⁸³ ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998. Título original: Die Deutsche Ideologie (Erster teil). p. 19-20.

⁸⁴ FRANCISCO, Marcos Vinicius; FÁTIMA PONCE, Rosiane de. Doutrina ideológica ou falsa neutralidade no processo de formação inicial de professores? Interlocuções com o materialismo histórico-dialético. **Nuances: Estudos sobre Educação**, p. 60-77, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/8283>. Acesso em: 19 de fev. 2024.

A universalidade do indivíduo não se realiza já no pensamento nem na imaginação; está viva em suas relações teóricas e práticas. Encontra-se, pois, em condições de apreender sua própria história como um processo e de conceber a natureza, com a qual forma realmente corpo, de maneira científica (o que lhe permite dominá-la na prática). Através dele, o processo de desenvolvimento se produz e concebe como premissa. Porém, é evidente que tudo isto exige o pleno desenvolvimento das forças produtivas como condição da produção: é preciso que as condições de produção determinadas deixem de aparecer como obstáculos ao desenvolvimento das forças produtivas.⁸⁵

Com base nesta tese acerca do materialismo, podemos conceber que, na escola, o aluno passa por um processo simultâneo de individualização e socialização. Nesse contexto, a compreensão do conhecimento histórico surge a partir de suas interações no ambiente escolar, em casa, em suas amizades e na formação de suas ideias, contribuindo para sua formação como um indivíduo social. Se esclarecendo como um processo dialético, de debate.

O professor de história em formação acadêmica, que se fundamenta no processo epistemológico materialista e dialético, compreende que seu trabalho pedagógico e historiográfico implica em escolhas políticas, éticas, didáticas e cognitivas a partir de cada público alvo escolar. Além das escolhas do professor, é importante destacar que a própria escola pública não é uma instituição neutra, ela carrega consigo um propósito de formar um tipo de cidadão vinculado as ideias do Estado. O projeto político pedagógico da escola já denota intenções para com a comunidade escolar.

Assim como a própria intenção do MESP de transformar o professor em um contador de histórias que se findaram, também não se compreende como uma abordagem neutra, ela carrega consigo uma ideologia reacionária. O objetivo subentendido é o de despolitizar a prática do professor em sala de aula, formando indivíduos acríticos e conformados à realidade em que vivem sem a intenção de transformá-la ou questioná-la. Considerando os projetos do movimento que mencionamos aqui, “como fica o compromisso do professor de história da educação básica em inserir crianças e jovens em um mundo público frente às propostas de legislação que visam impedi-lo de tratar de questões pertinentes da atualidade?”⁸⁶

Assim como a escola, o conhecimento histórico não está isento de intenções, toda forma de saber é moldada por uma variedade de filosofias, refletindo as complexas

⁸⁵ ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Textos sobre Educação e Ensino**. Campinas, SP: Navegando, 2011. p. 59.

⁸⁶ PENNA, Fernando de Araújo; SILVA, Renata da C. A. da. **As operações que tornam a história pública**. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (Org.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 177.

perspectivas que permeiam sua construção. Tanto os professores, como os livros didáticos e as fontes históricas são desprovidas de neutralidades por serem dialéticas ao mundo e subjetivas ao olhar de quem está analisando e de quem as produz. E é por isso que a história como ciência enfrenta uma falta de credibilidade acadêmica e social há anos, seu processo de construção de conhecimentos sobre a humanidade é negado sobre a perspectiva de ser objetiva e neutra, por movimentos como o Escola Sem Partido. A ideia a seguir compreende esse forte negacionismo em relação à produção historiográfica e o ensino de história:

A justificativa-padrão utilizada pelos promotores da doutrinação ideológica nas escolas é a de que “não existe imparcialidade”, já que “todo mundo tem um lado”. Para os professores e autores militantes, isto resolve o problema, pois, se não existe neutralidade, cada um que cuide de “puxar a brasa para a sua sardinha”. A dose de má-fé embutida nesse raciocínio é extraordinária. O fato de o conhecimento ser vulnerável à distorção ideológica – o que é uma realidade inegável, sobretudo no campo das ciências sociais – deveria servir de alerta para que os educadores adotassem as precauções metodológicas necessárias para reduzir a distorção. Em vez disso, a militância utiliza esse fato como salvo-conduto para a doutrinação. A perfeita objetividade científica pode ser impossível; mas perseguir o ideal da objetividade científica é não apenas possível, como moralmente obrigatório para um professor.⁸⁷

O trecho anterior, destaca a demanda do MESP por uma história objetiva e imparcial, concomitante a história positivista e metódica que preconizava o enciclopedismo de fatos cronológicos e fontes objetivas, considerando-se científicos e irrefutáveis, numa perspectiva que proibia revisionismos e defendia a obrigatoriedade da imparcialidade da escrita e construção da história. Contudo, a ideia de revisionismo ressurgiu no Brasil, aliada à necessidade de alguns grupos políticos e intelectuais, visando estabelecer verdades inovadoras e pessoais, é o chamado revisionismo ideológico.

O período histórico entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial foi marcado pelo considerável contingente de novos historiadores e cientistas sociais que refletiam sobre a época, explorando como a história permeava aqueles momentos repletos de tensões. Isso levou à necessidade de substituir a abordagem metódica e cronológica contínua dos períodos históricos, repensando a maneira de estudar a história a partir daquela

⁸⁷ Trecho retirado da aba de perguntas e respostas do arquivo online do site oficial do movimento. Conferir em: ESCOLA SEM PARTIDO. **Perguntas frequentes**. Atualizado em 2019. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20240420070227/http://www.escolasempartido.org/perguntas-e-respostas/>. Acesso em: 20 de fev. 2024.

conjuntura. Logo a Escola de Annales⁸⁸, ganha força, no qual a subjetividade histórica posicionada no presente, escreve variados passados, sobre diversas temáticas, e um leque de fontes. Conforme Silva, “a presentificação da história traz a reflexão sobre o envolvimento subjetivo do historiador em seu objeto de estudo e a incompletude da objetividade historiadora”.⁸⁹

Essa abertura científica para com a história se abrange também com o marxismo cultural⁹⁰, representado pela Escola de Frankfurt, além dos historiadores do marxismo revisionista pautado no materialismo histórico, contudo focado no termo ausente de Marx, a experiência cultural e individual do ser em sociedade, os principais são E.P. Thompson e Eric Hobsbawm, no entanto, a narrativa histórica, continua objetiva diante dessas perspectivas.

Já nos anos 80 e 90, a historiografia e o ensino de história iniciam um novo processo de idealizações, novamente a objetividade e imparcialidade voltam aos debates.

Na história dessa disciplina, a ruptura da continuidade do tempo histórico expresso pela noção de progresso (KOSELLECK, 2006) instala numa posição central identidade e memória, impondo aos historiadores uma remodelação de uma identidade nacional em crise.⁹¹

A ideia de ruptura se fortalece no final da década de 90, com a virada do milênio e o processo de intensa globalização e desenvolvimento tecnológico acelerado, os historiadores começam a escrever uma história que seja a representação dessa memória coletiva, provocando a identificação de um povo nesse contexto.

A memória e identificação são funções sociais da história, tanto na historiografia como no ensino, o processo de memorização advém de outras experiências humanas, ou seja, no processo de ensino e aprendizagem contemporâneas, o professor de história como mediador não pode ser neutro, ele deve fazer com que compreendam que aquela memória compartilhada em sala, a partir daí as diversas memórias individuais são construídas a partir de diversos fatores sociais e percepções de mundo, e não implantadas nas mentes dos alunos.

⁸⁸ A Escola dos Annales foi um movimento historiográfico que surgiu na França durante a primeira metade do século XX, a História começou a ser reconhecida como uma ciência, os métodos de escrita e pensamento histórico, o de analisar fontes, passaram por significativas evoluções.

⁸⁹ SILVA, Patrícia Nogueira. **História, uma Disciplina sob Suspeita: Objetividade e Imparcialidade em Tempos de Escola Sem Partido e em Outros Tempos**. ANPUH - Brasil - 30º Simpósio Nacional de História. Recife, 2019. p. 13.

⁹⁰ Não é a mesma teoria pejorativa usada pelos pensadores da extrema-direita, o marxismo cultural estuda as bases marxistas além da infraestrutura, como formador individual. Além de criticar o marxismo intelectual, em diversos textos sob a falta de adesão e continuidade no processo revolucionário no período entre guerras.

⁹¹ SILVA, Patrícia Nogueira. *op. cit.*, p. 14.

Não existe no processo de construção do conhecimento histórico, validações inquestionáveis, existem fontes e historiadores, em contextos diversos, existem interpretações científicas a partir dos métodos, assim como afirma Barros, “a História constrói sentidos e pode legitimar discursos”⁹². Aqueles que têm a responsabilidade de escrever a história e ensiná-la em sala de aula, deve aceitar os desafios inerentes à subjetividade histórica. Quando o professor de história assume seu papel, é crucial garantir que suas opiniões sobre os conteúdos ministrados em sala de aula sejam fundamentadas de maneira científica no processo de ensino-aprendizagem. Isso também se aplica aos alunos, incentivados a estudarem fontes diversas e seguirem uma abordagem dialógica da didática histórica, didática esta que será abordado mais adiante.

Contundo, a subjetividade histórica ainda enfrenta desafios significativos, incluindo um intenso negacionismo e o marcado revisionismo ideológico, conforme Napolitano nos diz: “discursos negacionistas na História se alimentam dos mesmos princípios da “má ciência”, ou seja, discursos que querem se passar por científicos, mas na verdade são falseadores da crítica, da descoberta da verdade e da reflexão”.⁹³

O revisionismo ideológico se pauta no anacronismo (projetar no passado os valores do presente) e na seletividade intencional de fontes primárias e de excertos retirados do seu contexto argumentativo. Essa é a raiz da distorção, mesmo quando os revisionistas colocam questões instigantes e críticas, muito sedutoras principalmente aos leitores leigos e as correntes de opinião conservadora.⁹⁴

Nessa perspectiva do revisionismo ideológico, alguns políticos disfarçados de historiadores revisionistas contribuem para a distorção de diversas narrativas históricas, afim de afirmarem anseios ideológicos e partidários, podemos observar com frequência, em redes sociais e na mídia em geral, uma marcada presença de membros da extrema-direita revisando alguns processos históricos como a escravidão negra na colônia e império brasileiro e a ditadura militar de 1964 a 1985.

Um exemplo significativo desse revisionismo ideológico pode ser observado em algumas declarações do ex-presidente Jair Bolsonaro, um grande apoiador do MESP e de seus projetos correspondentes. Em uma entrevista ao *Roda Viva*, ele foi questionado sobre as ações afirmativas de cotas raciais, Jair Bolsonaro afirmou que as cotas promovem uma

⁹² BARROS, Neide Célia Ferreira. O Movimento Escola Sem Partido e a popularização do ódio aos docentes. *Revista Em Tese*, v. 18, n. 2, p. 142-167, 2021. p. 151. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1806-5023.2021.e78349>. Acesso em: 20 de fev. 2024.

⁹³ NAPOLITANO, Marcos. **Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI**. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. *Novos combates pela História: desafios, ensino*. São Paulo: Contexto, 2021. p. 96.

⁹⁴ NAPOLITANO, Marcos. *Ibid.*, p. 100.

divisão injusta na sociedade, contestando a existência de dívidas históricas do Brasil com os afrodescendentes, pois de acordo com ele “Se for ver a história realmente, o português nem pisava na África, foram os próprios negros que entregavam os escravos”.⁹⁵

Em outra entrevista ao *Jornal da Band*, jornal este que possibilita visibilidade a muitos membros e ideias da extrema-direita, Jair Bolsonaro foi questionado acerca de suas declarações polêmicas sobre a ditadura militar e respondeu:

[...] Eu estou muito feliz porque eu mostrei que realmente hoje em dia, grande parte da população entende que o período militar não foi ditadura, como a esquerda sempre pregou. Você pode ver. Até mesmo a imprensa. Trata Fidel Castro, ou tratava Fidel Castro como ex-presidente. E Figueiredo como ditador. Não tem cabimento isso daí. Quando você fala em ditaduras, uma das características da ditadura é uma imprensa única. A própria TV Globo nasceu em 65, a revista *Veja* nasceu em 68. [...] agora, por que tinha censura muitas vezes? De acordo com o articulista, a palavra-chave que estava naquela matéria era para executar um assalto a banco ou até mesmo executar uma autoridade em cativeiro. Então essa foi a censura.⁹⁶

Com base nessas declarações, observa-se que, para esses grupos da extrema-direita, a ditadura, ou melhor, a revolução necessária de 64, não é interpretada como um movimento autoritário e nem violento. Pelo contrário, é considerado um período essencial para o desenvolvimento econômico do Brasil. Além disso, argumentam que não se tratou de um golpe de estado, mas sim a expressão da insatisfação popular em favor da ditadura.

Essa reflexão sempre recai para as narrativas históricas, uma vez que é ela que registra esse período. Para os educadores, a tarefa de ensinar e abordar esses períodos ditatoriais em salas de aula, enfrentando suas próprias ideologias políticas e os negacionismos associados a esses temas, torna-se um desafio. Surge a necessidade de estabelecer um diálogo com os alunos, promovendo uma compreensão crítica e humanizada desse contexto histórico.

E como os professores de história podem se proteger contra estes tipos de negacionismos ideológicos e evitarem serem alvos de suspeitas de doutrinação em sua abordagem didática? Esta análise deve focar nas ações que o professor de história pode adotar em sala de aula, respaldadas em sua liberdade de cátedra e ética profissional. Isso envolve a aplicação de um método historiográfico que questione e delimite as fontes encontradas, no uso adequado de arquivos, sejam eles virtuais ou físicos, simultâneo a isso, os resultados destas análises na transposição didática em sala de aula.

⁹⁵ VIVA, Roda. **Roda Viva | Jair Bolsonaro**. 30 de julho de 2018. YouTube. Disponível em: <https://youtu.be/IDL59dkeTi0>. Acesso em: 20 de fev. 2024.

⁹⁶ JORNALISMO, Band. **Bolsonaro: Período militar não foi ditadura**. 29 de outubro de 2018. YouTube. Disponível em: <https://youtu.be/IMJPNIOqQTI>. Acesso em: 20 de fev. 2024.

É essencial contrapor visões estabelecidas nos conteúdos, na historiografia e no imaginário dos alunos sobre diversas temáticas históricas. Além disso, é crucial evitar anacronismos, garantindo que suas interpretações do passado não sejam influenciadas de modo geral por perspectivas contemporâneas. Reafirmo a importância dessa ética, respaldada pela seguinte citação:

Não se trata de se despolitizar o discurso do professor, uma vez que não há discurso apolítico, mas de dotá-lo de equilíbrio e ponderação. O conhecimento histórico, por si próprio, carrega profundo potencial transformador, dispensando interpretações apressadas, feitas sob o impacto de circunstâncias acaloradas. Cabe ao professor [...] aproximar o aluno dos personagens concretos da História, sem idealização, mostrando que gente como a gente vem fazendo História. Quanto mais o aluno sentir a História como algo próximo dele, mais terá vontade de interagir com ela, não como uma coisa externa, distante, mas como uma prática que ele se sentirá qualificado e inclinado a exercer. O verdadeiro potencial transformador da História é a oportunidade que ela oferece de praticar a “inclusão histórica”.⁹⁷

O trecho acima destaca que o ensino de história não pode ser apolítico, pois a política é intrínseca ao processo de formação histórica-social do ser humano. A pluralidade ideológica, os antagonismos sociais, as concepções de direito e cidadania fundamentam nossa política democrática, e essa pluralidade se desenvolveu ao longo de nossas variadas histórias. Conforme Napolitano⁹⁸ o conhecimento histórico deve “ir além de uma historiografia de “esquerda” ou de “direita”, é preciso reconhecer que essas nuances ideológicas existem na comunidade de historiadores e professores de História, e atuam na escolha de objetos e interpretações. ” Logo, podemos conceber então, que a história e nem sua prática de ensino são neutras.

A partir dessa concepção, a abordagem didática do professor de história deve adotar alguns parâmetros. Todo conhecimento compartilhado em sala de aula, deve fazer sentido para o aluno, considerando que cada um deles possui compreensões e experiências de vida distintas. Esse conhecimento não deve ser apresentado como absoluto; pelo contrário, trata-se de respeitar a subjetividade histórica e a do próprio estudante. A didática deve ser compreendida como um processo que envolve as interações entre diversos sujeitos individuais em grupos. Dentro desta perspectiva, a historiadora Maria Auxiliadora Schmidt preconiza a ideia da educação dialógica, atribuída como uma abordagem didática para a história, a citação abaixo exemplifica tal abordagem:

⁹⁷ PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **Por uma história prazerosa e consequente**. In: KARNAL, Leandro (Org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: 5.ed. – Contexto, 2007. p. 28.

⁹⁸ NAPOLITANO, *loc. cit.*, p. 106.

Ressalta-se que aprender a pensar historicamente não prescinde da escolha do conteúdo ou do passado que se quer aprender, para que o processo de subjetivação na relação com o conhecimento seja significativo e tenha sentido para os envolvidos na relação ensino e aprendizagem. No entanto, persiste a difícil dinâmica da relação entre a concepção de aprendizagem e o método de ensino, fundamental para a efetivação do percurso relativo à forma pela qual professores e alunos realizam, no decorrer do processo ensino e aprendizagem, a apropriação do método e da produção do conhecimento histórico, tendo em vista a reconstrução do passado a partir da vida prática no presente.⁹⁹

A perspectiva abordada pela autora é a didática histórica dialógica, que propõe que o processo de ensino e aprendizagem em história integre a cultura histórica da humanidade à vida prática da comunidade escolar e familiar. Isso implica na escolha de conteúdos e fontes que serão utilizadas em sala de aula e na problematização de conceitos pré-estabelecidos. Conforme observa Motter, “em história, como em todas as áreas do conhecimento, a pesquisa se articula com um lugar sócio-econômico-político e cultural.”

¹⁰⁰ E como já debatido aqui, as fontes também são dialógicas ao trabalho do historiador, elas são provenientes de variados contextos históricos e interesses sociais e individuais.

As legislações educacionais, são mecanismos de coerção social do Estado, possuem como objetivo principal direcionar um tipo de formação aos alunos da rede pública e definir qual categoria ideal de cidadão que desejam desenvolver aos seus próprios interesses. No entanto, é essencial analisar essa questão sob uma perspectiva plural, em vez de se apoiar em uma suposta neutralidade que, na realidade, é inalcançável.

3.2 A INFLUÊNCIA E DESDOBRAMENTOS DO MESP NO CURRÍCULO ESCOLAR DE HISTÓRIA E SUA INCONSTITUCIONALIDADE

No contexto de ascensão do MESP e de seus projetos de lei, o movimento também visou penetrar nas instituições responsáveis pelas diretrizes curriculares de ensino, conforme já discutido anteriormente acerca as reivindicações incisivas para alterarem itens da LDB, com o intuito de concretizarem seus objetivos. Isso ocorreu em colaboração com os setores políticos responsáveis, fundamentados em uma agenda neoliberal para a normatização curricular educacional no país.

Durante a 2ª Conferência Nacional pela Educação (CONAE), organizada pelo Fórum Nacional de Educação (FNE) em 2014, foi elaborado um documento contendo

⁹⁹ SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. Didática Reconstructivista da História e a formação da consciência histórica dialógica. **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 14, n. 2, p. 166-184, 2021. . p. 179. Disponível em: <https://doi.org/10.22228/rtf.v14i2.1149>. Acesso em: 21 de fev. 2024.

¹⁰⁰ MOTTER, Maria Lourdes. **Ficção e História: imprensa e construção da realidade**. São Paulo: Arte & Ciência – Villipress, 2001. p. 29-30.

propostas e reflexões destinadas à educação brasileira. Esse documento tornou-se um novo referencial para o processo de criação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), iniciado no ano seguinte, com a produção de duas versões iniciais que foram discutidas por professores, gestores e especialistas no Brasil inteiro, e mais uma versão final do documento, que foi homologada em 2017, sendo analisada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), e disponibilizada para o público em 2018.

A BNCC surge como uma ampliação e integração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) anteriormente lançados pelo governo federal. Seu principal objetivo é estabelecer o conjunto de conhecimentos que todos os estudantes da Educação Básica devem adquirir. Além disso, é um documento de referência obrigatório para a formulação dos currículos escolares e propostas pedagógicas, até mesmo para escolas da rede privada. Com base na citação a seguir, destacam-se as pretensas articulações do MESP no processo de criação da BNCC:

O MESP atuou em duas frentes em relação às demandas desse documento. A primeira colocou em xeque a competência do Conselho Nacional de Educação (CNE) para sua aprovação, restringindo-o ao âmbito curricular e minando sua atuação em termos da inserção dos direitos humanos e civis na BNCC. A segunda frente diz respeito ao conteúdo da BNCC, no tocante aos objetivos de aprendizagem e de ensino, de modo que ampliou o caráter reativo de suas proposições ao defender: a) a transferência da educação para o espaço privado da família; b) o controle ideológico; c) o apagamento e a censura da diversidade nos currículos; d) o ocultamento das abordagens de gênero.¹⁰¹

Ademais, o movimento se adentrou na elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014¹⁰², que tem vigência até o final deste ano, com a mobilização de diversas entidades religiosas, políticas e econômicas. Eles conseguiram eliminar o termo “Gênero” do documento. Em um artigo disponível no arquivo virtual do site oficial do MESP, redigido pelo escritor Rodrigo Constantino¹⁰³, o PNE é caracterizado como:

¹⁰¹ SANTOS, Marina Silveira Bonacazata *et al.* Escola sem Partido e as discussões de gênero e sexualidade: impactos curriculares. **Linhas Críticas**, v. 27, 2021. p. 9. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-04312021000100134&script=sci_arttext. Acesso em: 21 de fev. 2024.

¹⁰² BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. LEI FEDERAL Nº 13.005/2014. DF, Brasília: MEC, 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 21 de fev. 2024.

¹⁰³ Presidente do conselho deliberativo do Instituto Liberal e membro fundador do Instituto Millenium, nasceu no Rio de Janeiro, em 1976. Formou-se em economia pela PUC-RJ em 1998 e obteve o MBA em finanças pelo IBMEC em 2000. Frequentemente polêmico, como articulista, colunista e comentarista, foi colaborador de importantes meios de comunicação, como *Veja*, *Valor Econômico*, *O Globo*, *Isto é*, *Jovem Pan*, entre os vários livros que escreveu, incluem-se *Esquerda Caviar*, *contra a maré vermelha* e *Confissões de um ex-libertário*. Informações contidas no site:

O Plano Nacional de Educação (PNE) se transformou num monstro após passar por tantas modificações, especialmente na Câmara. O projeto inicial acabou totalmente alterado, dando ares mais autoritários, coletivistas e estatizantes, que colocam em xeque nossas liberdades e atacam o núcleo familiar, transferindo poder desmedido ao estado.¹⁰⁴

Para o MESP, o PNE se tornou um mecanismo oferecido pelo Estado como controle ideológico, para eles as ideias previamente mencionadas aqui, são consideradas de cunho esquerda partidário, e deveriam ser excluídas do documento oficial, como, por exemplo, as ideologias marxistas no ensino de história e nas demais ciências humanas, além do ocultamento das temáticas de gênero e sexualidade, baseando-se na premissa de que as escolas, ao seguir o currículo, estariam supostamente promovendo a homossexualidade entre outras diversidades, os defensores do MESP argumentam que tais abordagens destroem a moral e os valores cristãos. Sobre a diversidade nos currículos, Miguel Nagib expõe em um artigo de opinião no jornal *Gazeta do Povo* que:

O último desabamento foi provocado pela proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Dias atrás, o historiador Marco Antonio Villa demonstrou, em artigo publicado no jornal *O Globo*, que, se a proposta do MEC for aprovada, os estudantes brasileiros que quiserem aprender alguma coisa sobre o antigo Egito, a Mesopotâmia e a Grécia; o Império Romano e o nascimento do cristianismo; a Idade Média, o Renascimento, a Revolução Industrial e até mesmo a Revolução Francesa serão obrigados a se virar por conta própria. Na sala de aula, terão de estudar os mundos ameríndios, africanos e afrobrasileiros; interpretar os movimentos sociais negros e quilombolas; valorizar e promover o respeito às culturas africanas e afroamericanas. É um assombro.¹⁰⁵

O relato de Nagib, provoca alguns questionamentos, por exemplo, a falta de necessidade para ele, em introduzir temas historicamente negligenciados no ensino de história brasileiro, e que essa introdução representaria um marco assombroso para a educação. Me questiono, se Nagib compreende a localização do Egito e até mesmo a configuração política e espacial do império romano? Suas ideias revelam a persistência de preconceitos arraigados e destaca novamente o negacionismo desse movimento, em relação às questões relacionadas aos grupos étnicos do continente africano, dentre suas riquezas culturais que influenciaram a formação brasileira, assim também para com a

https://books.google.com.br/books/about/Pensadores_da_liberdade.html?id=YOf4zwEACAAJ&source=kp_author_description&redir_esc=y.

¹⁰⁴ CONSTANTINO, Rodrigo. **Plano Nacional de Educação: uma ameaça à liberdade**. Escola Sem Partido, 15 de abril de 2014. Internet Archive. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20201023103855/http://escolasempartido.org/blog/plano-nacional-de-educacao-uma-ameaca-a-liberdade/>. Acesso em: 21 de fev. 2024.

¹⁰⁵ NAGIB, Miguel. Quem deve aprovar a BNCC? *Gazeta do Povo*, 16 de janeiro de 2016. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaao/artigos/quem-deve-aprovar-a-bncc-462lhgu7ev4ytnvq6r2vc0lio/>. Acesso em: 21 de fev. 2024.

influência dos povos originários. A partir disso, podemos deduzir mais uma vez uma afronta a LDB, pois o documento garante desde a promulgação da lei 11.645/2008 que: “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.”.¹⁰⁶

O ex-Deputado Izalci Lucas Ferreira (PSDB-DF), já mencionado anteriormente por seu grande envolvimento no MESP, apresentou à câmara legislativa o Projeto de Lei 1859/2015¹⁰⁷, que estabelecia em seu texto:

Art. 1º Esta Lei acrescenta Parágrafo Único ao art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) para prever a proibição de adoção de formas tendentes à aplicação de ideologia de gênero ou orientação sexual na educação.¹⁰⁸

O autor do projeto e seus apoiadores justificam a proposta com base no Art. 227 da Constituição Federal, que assegura proteção da criança à família, no entanto, ao Estado também. Na leitura da primeira versão da BNCC em 2013, os integrantes do MESP continuaram a se articular contra o que consideravam uma ameaça à liberdade da família e aos direitos humanos, fundamentadas no artigo acima.

A BNCC estabelece em seu texto, as habilidades e competências a serem desenvolvidas em cada conteúdo escolar. Analisaremos agora as mudanças ocorridas entre a primeira e a segunda versão do documento, com ênfase nos componentes curriculares de história e nos aspectos históricos das ciências humanas. Na primeira versão de 2015, as questões relacionadas a pluralidade cultural foram abordadas da seguinte forma:

O estudo da História contribui para os processos formativos de crianças, jovens e adultos inseridos na Educação Básica, considerando suas vivências e os diversos significados do viver em sociedade. Desse modo, favorece o exercício da cidadania, na medida em que estimula e promove o respeito às singularidades e às pluralidades étnico-raciais e culturais, à liberdade de pensamento e ação e às diferenças de credo e ideologia, como requer, constitucionalmente, a construção da sociedade democrática brasileira.¹⁰⁹

¹⁰⁶ BRASIL. Senado Federal. **LDB**. *loc. cit.*, Título V – Cap. 2 – Seção 1 - Art. 26-A.

¹⁰⁷ BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n.º 1859/2015, de 10 de junho de 2015**. Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1302894>. Acesso em: 21 de fev. 2023.

¹⁰⁸ *Ibid.*

¹⁰⁹ BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Primeira Edição. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2015. p. 241. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico>. Acesso em: 21 de fev. 2024.

Na versão final da BNCC em 2018, a pluralidade não deixa de ser assegurada, assim conforme a LDB vigente:

Entre os saberes produzidos, destaca-se a capacidade de comunicação e diálogo, instrumento necessário para o respeito à pluralidade cultural, social e política, bem como para o enfrentamento de circunstâncias marcadas pela tensão e pelo conflito. A lógica da palavra, da argumentação, é aquela que permite ao sujeito enfrentar os problemas e propor soluções com vistas à superação das contradições políticas, econômicas e sociais do mundo em que vivemos.¹¹⁰

Em ambas as versões, é possível observar que a pluralidade cultural, política e étnico-racial é uma pauta curricular integral no ensino de história. Essa abordagem se reflete nos conteúdos, competências e habilidades, com ênfase no ensino fundamental. No 5º ano do fundamental, por exemplo, dentre as dimensões políticos-cidadãs, se destaca como objetivo no documento de 2015: “(CHHI5FOA057)¹¹¹. Reconhecer a pluralidade da origem da população brasileira, manifesta por meio de sua diversidade cultural”.¹¹² Isso evidencia a importância de reconhecer e respeitar as diversas manifestações construídas ao longo da história do país, iniciando logo no 5º ano, quando lidamos com crianças em formação inicial ao processo de cidadania.

No 7º ano do ensino fundamental, o ensino de história foca nas temáticas ligadas à formação e características do povo brasileiro, dando destaque às miscigenações, dos povos de origem africana e a participação de nossos povos originários, ambos grupos continuam sendo marginalizados pela sociedade contemporânea. Essa abordagem é colocada como algumas habilidades específicas do currículo, enfatizando a importância de compreender e debater a diversidade étnico-racial e cultural do país, como podemos observar abaixo:

CHHI7FOA089. Conhecer e compreender os sentidos, os significados e as representações do movimento abolicionista no Brasil (século XIX), verificando-se motivações e consequências do 13 de maio para a população negra e a formação do movimento negro.

CHHI7FOA090. Conhecer e compreender os sentidos, os significados e as representações dos movimentos Indígenas no Brasil (séc XX).¹¹³

¹¹⁰ BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação é a Base. Edição Final. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2018. p. 400. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 21 de fev. 2024.

¹¹¹ A código alfanumérico da versão de 2015 se referia aos componentes e habilidades respectivamente da Área de conhecimento das Ciências Humanas (CH), o Componente curricular de História (HI), o Nível e a Etapa de ensino, 5º ano do Ensino Fundamental (5F) o Objetivo de Aprendizagem (AO) e a Ordem do Objetivo (057). E assim é a configuração dos demais códigos da versão de 2015, na etapa do ensino médio após o número do nível coloca-se (M) para representar a etapa do Ensino Médio.

¹¹² BRASIL. Ministério da Educação. **BNCC**. 2015. *loc. cit.*, p. 250.

¹¹³ BRASIL. Ministério da Educação. **BNCC**. 2015. *loc. cit.*, p. 253.

Diante dessas dimensões, é possível notar que a abordagem dos debates sobre religião, sob uma perspectiva cultural e pluralista, estava integrada nas ciências humanas do ensino médio na primeira versão, conforme evidenciado nas habilidades do 1º e 3º do ensino médio a seguir:

CHHI1MOA012. Avaliar as relações África-Brasil em suas diferentes dimensões: do comércio transatlântico de pessoas, das culturas material e imaterial, do desenvolvimento econômico do Brasil, da polissemia religiosa, dos processos de negociação e de resistência e da dinâmica política nacional, sobretudo entre os séculos XVI e XIX.

CHHI3MOA047. Interpretar criticamente os contextos ideológicos e políticos que envolveram diferentes concepções religiosas presentes no Brasil e no mundo: Islamismo, Judaísmo, Cristianismo, Hinduísmo e Budismo, entre os séculos XIX e XXI.

CHHI3MOA051. Compreender conflitos de natureza política, religioso e identitária nos cenários europeus e asiáticos contemporâneos, tais como terrorismos, guerras religiosas, migrações e extermínios em massa, considerando os contextos históricos desses conflitos.¹¹⁴

A partir das habilidades mencionadas, a compreensão e o debate sobre as diversas formas religiosas, seus conflitos enraizados na política e na cultura ao longo da história que permanecem até os dias atuais, possibilitam que os alunos desenvolvam um posicionamento crítico e tolerante frente a diversidade religiosa, mesmo diante de suas próprias convicções e das convicções de seus familiares, uma vez que a religião é uma parte incindível da história da humanidade.

Considerando-se, o currículo do ensino médio, principalmente na versão final do documento, essas perspectivas continuam presentes no currículo, porém, de maneira mais abrangente, abordando as rupturas e continuidades na história na relação entre o passado e acontecimentos no presente de forma cronológica. A linguagem utilizada torna-se mais conteudista, considerando que essa etapa da educação básica está voltada principalmente para a formação acadêmica e o êxito em provas e vestibulares, alinhando-se aos objetivos do Estado apoiado no liberalismo econômico, concomitante o mercado de trabalho. Isso reflete a influência dos interesses do Estado e da elite no currículo escolar.

Na primeira versão da BNCC, ainda é evidente no currículo das demais ciências humanas que complementam o processo de ensino e aprendizagem histórica, e são também alvos de crítica pelo MESP, dimensões sobre as múltiplas formações de identidades políticas e culturais. Isso se manifesta claramente em algumas habilidades do currículo de sociologia para o 2º e 3º ano do ensino médio, conforme destacado abaixo:

CHSO2MOA002. Compreender a perspectiva socioantropológica sobre sexo, sexualidade e gênero.

¹¹⁴ BRASIL. Ministério da Educação. **BNCC**. 2015. *loc. cit.*, p. 260 e 265.

CHSO2MOA003. Identificar e problematizar as diferentes formas de preconceito, discriminação, intolerância e estigma.

CHSO2MOA004. Conhecer e problematizar as ações coletivas, os movimentos sociais e as diferentes formas de manifestações sociais, diferenciando-as no tempo e no espaço como processos sociais complexos que se ligam a projetos de conservação ou de mudanças sociais e políticas

CHSO2MOA005 Refletir a respeito dos movimentos sociais contemporâneos, tais como movimentos sociais baseados em classes sociais, como os operários e trabalhistas, movimentos sociais baseados em processos de reconhecimento identitários ou os "novos" movimentos sociais, tais como o feminista, os que militam pela igualdade racial, pelos direitos dos homossexuais, o ambientalista, entre outros.

CHSO3MOA009. Problematicar a divisão de classes no modo de produção capitalista, a divisão de trabalho segundo o sexo e as implicações para as relações de gênero e divisão de trabalho segundo cor, raça ou etnia.¹¹⁵

Na versão final do documento, contudo, os termos “sexualidade” e “gênero” são retirados das diretrizes de ciências humanas. O debate proposto na primeira versão sobre os diversos tipos de violência de gênero, a intolerância e discriminação é englobado numa totalidade de pluralidades, sem a separação destes tipos de violência e nem de seus movimentos sociais e históricos. Mesmo nas análises das relações de produção cultural e econômica, as problemáticas relacionadas a gêneros são apagadas em seus termos específicos, sendo abordadas apenas numa perspectiva geral em favor dos direitos humanos, como evidenciado na habilidade a seguir: “(EM13CHS403)¹¹⁶ Caracterizar e analisar os impactos das transformações tecnológicas nas relações sociais e de trabalho próprias da contemporaneidade, promovendo ações voltadas à superação das desigualdades sociais, da opressão e da violação dos Direitos Humanos.”¹¹⁷

O novo texto faz apenas uma referência à homossexualidade, presente em uma habilidade do 9º ano, inserida na temática “Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946” na qual expõe: “(EF09HI26) Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.), com o objetivo de promover a conscientização e construir uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas”.¹¹⁸ No entanto, ainda se

¹¹⁵ BRASIL. Ministério da Educação. **BNCC**. 2015. *loc. cit.*, p. 300-301.

¹¹⁶ O código alfanumérico da versão final da BNCC se estabelece em: etapa de ensino: (EM) – Ensino Médio, o número (13) indica que as habilidades descritas podem ser desenvolvidas em qualquer série do ensino médio, conforme definição dos currículos, (CHS) se refere ao componente curricular das Ciências Humanas e Sociais Aplicada, e a sequência final de números (403), indica a competência específica à qual se relaciona a habilidade. Para a etapa do ensino fundamental utiliza-se (EF), e os componentes continuam sendo colocados conforme as disciplinas, exemplo: história (HI).

¹¹⁷ BRASIL. Ministério da Educação. **BNCC**. 2018. *loc. cit.*, p. 576.

¹¹⁸ BRASIL. Ministério da Educação. **BNCC**. 2018. *loc. cit.*, p. 431.

esclarece como um debate generalizado, e pouco debatido em sala de aula, visto a formação do professor também deficiente.

Com a divulgação da primeira versão em 2016, o MEC lançou uma consulta pública, permitindo que representantes de universidades, movimentos sociais, professores da educação básica e membros da sociedade civil analisassem o documento. Após esta etapa, o MEC disponibilizou um relatório sintetizando as análises realizadas em cada estado brasileiro. Observe abaixo alguns trechos retirados deste relatório:

SP avalia que, embora os direitos políticos prevejam o respeito à diversidade de “origem, etnia, gênero, orientação sexual, idade, convicção religiosa e quaisquer outras formas de discriminação” (pg 35), falta destacar – supõe-se que com maior ênfase - que se trata do respeito à identidade de gênero, não meramente ao gênero. [...] Um Estado pede que se agreguem aos princípios éticos os conceitos de “sustentabilidade, cidadania, laicidade e diversidades étnico-raciais, religiosas, de gênero e sexualidade”.¹¹⁹

Neste trecho do relatório, observa-se que alguns estados manifestaram a necessidade de maior ênfase nas temáticas de diversidade cultural e nas discussões sobre questões de gênero, relacionadas à construção da cidadania. No que diz respeito ao componente curricular de história, as observações detalhadas a seguir revelam que:

Pelos objetivos propostos não há linearidade com os conteúdos. Os objetivos em alguns momentos são repetidos, descontextualizados, constituem uma lista de conteúdos, aos quais foram agregados verbos aleatoriamente. Regiões extra europeias, como África, Ásia e América só aparecem em função das ações dos europeus. Há pouco objetivos procedimentais e nenhum atitudinal, o que reforça a falta de conexão entre a proposta e as necessidades de formação para cidadania. A proposta não parece refletir nenhuma das transformações historiográficas dos últimos 40 anos, ignorando a discussão de gênero, história das mentalidades, etc.¹²⁰

Podemos concluir que, de modo geral, ainda havia uma lacuna nos objetivos do ensino de história essenciais para a formação cidadã, o documento já começava a negligenciar questões de gênero, entre outros aspectos da humanidade, como família, religião em um sentido mais diversificado, amor, entre particularidades ou em grupos histórico, aspectos estes que nasceram com a história das mentalidades. É importante destacar que, ao analisar o documento, identifica-se uma ausência de objeções ou propostas para a remoção de habilidades e componentes do conhecimento que promoviam discussões sobre gênero, sexualidade e diversidade sexual.

¹¹⁹ BRASIL. Ministério da Educação. **SÍNTESE DA CONTRIBUIÇÃO DOS ESTADOS**. Brasília, 2016. p. 3. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/Relatorios-Sintese%20dos%20Estados.pdf>. Acesso em: 25 de abr. 2024.

¹²⁰ BRASIL. Ministério da Educação. **SÍNTESE DA CONTRIBUIÇÃO DOS ESTADOS**. *ibid.*, p. 27.

Essa exclusão de termos e temáticas foi resultante de uma verticalização política inserida no aprimoramento para a versão final do documento, elas atenderam principalmente as demandas dos intelectuais e parlamentares da extrema-direita integrantes do MESP, que se mobilizaram principalmente frente as comissões de educação entre os anos de 2015 e 2016.

A construção da BNCC, que nas suas primeiras versões sinalizavam uma virada na forma como as questões de gênero e sexualidades seriam tratadas nos documentos oficiais da educação brasileira, acabou repetindo e legitimando esse fenômeno já existente nas escolas, de silenciamento e invisibilização as questões de gênero e sexualidade e consequente violência à pessoas LGBT.¹²¹

Conforme observado pela autora na citação anterior, as primeiras versões da BNCC propuseram uma mudança positiva em direção a um ensino mais pluralizado, fundamentado na formação de cidadãos democráticos e tolerantes diante das diferenças presentes em um país tão miscigenado. No entanto, essa agenda de respeito a diversidade, não era prioridade entre os principais líderes da nação, dentre eles apoiadores do MESP. Eles recorreram a ferramentas inconstitucionais e discursos manipuladores para alcançarem seus objetivos em relação à legislação e a normatização curricular.

Estas ferramentas utilizadas nos projetos de lei do MESP são consideradas inconstitucionais, como exemplo a mencionada Lei da Escola Livre em Alagoas, que se fundamenta no Escola Sem Partido, pois como já discutido anteriormente, tais iniciativas confrontam a LDB e a Constituição Federal em aspectos desfavoráveis à pluralidade de ideias, concepções pedagógicas e à liberdade de aprender do aluno.

As mencionadas ações de controle de constitucionalidade impugnaram a lei alagoana sob diferentes perspectivas: sob o aspecto formal, foi alegada violação da competência privativa da União para dispor sobre diretrizes e bases da educação, configurando-se vício de iniciativa legislativa; já sob o aspecto material, sustentou-se ofensa à dignidade da pessoa humana, aos valores sociais do trabalho, ao pluralismo político, à sociedade livre, justa e solidária, ao direito à livre manifestação de pensamento e da atividade intelectual, bem como ao preparo para o exercício da cidadania, à liberdade de ensinar e aprender, ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, a valorização dos profissionais da educação escolar, a gestão democrática do ensino público, o padrão da qualidade social do ensino e a autonomia didático-científica das universidades.¹²²

¹²¹ SILVA, Elder Luan dos Santos. Pânico moral e as questões de gênero e sexualidade na BNCC. **História, histórias**, v. 8, n. 16, p. 138, jul./dez, 2020. p. 157. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.26512/rhh.v8i16.31928>. Acesso em: 22 de fev. 2024.

¹²² COELHO, Marcus Vinicius Furtado. O STF e a inconstitucionalidade do "Escola Sem Partido". **Consultor Jurídico**. Brasília, 20 de junho de 2021. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2021-jun-20/constituicao-stf-inconstitucionalidade-escola-partido/#_ftnref11. Acesso em: 22 de fev. 2014.

A partir das perspectivas acima, todas as ações de controle promovidas nos projetos do MESP se tornam inconstitucionais, no aspecto formal e jurídico, pois todos os projetos estabelecem um vício a iniciativa legislativa, ou seja, eles se estabelecem como uma questão legislativa, manifestada por um projeto de lei proposto por legisladores que não detém a competência constitucional e intelectual para tal elaboração. A Constituição estabelece claramente quais órgãos ou autoridades têm a prerrogativa de iniciar determinadas categorias de leis.

Conforme o STF, os projetos propostos pelo MESP foram originados por órgãos e pessoas que não estavam inseridos à categoria educacional, o que caracterizou um vício de iniciativa legislativa e gerou questionamentos sobre a constitucionalidade dessas propostas. Ademais, a generalização utilizada nos Projetos de Lei para conceituarem a doutrinação ideológica carece de critérios científicos definidos. Conforme Coêlho¹²³, essa generalização leiga pode acarretar dificuldades na possível aplicação de medidas legais aos professores, visto que nas propostas, a criminalização da doutrinação não é bem definida e nem caracterizado conforme as leis nacionais vigentes.

Uma compreensão mais aprofundada sobre a criminalização proposta pelo MESP aos professores que supostamente doutrinam pode ser fundamentada na ideia de que qualquer discordância no conteúdo, em relação à visão predominante da família do aluno, ou da escola, poderia ser considerada motivo para criminalização de sua conduta. Essa perspectiva ressalta a inconstitucionalidade dos projetos de lei em seu conteúdo material. Afinal, ao restringir a liberdade de expressão e o livre exercício da atividade docente, tais propostas ferem princípios fundamentais garantidos pela Constituição.

Durante o julgamento da “Lei da Escola Livre”, o Plenário declarou, por unanimidade, a inconstitucionalidade de alguns trechos de mais três leis municipais, localizadas em Paranaguá (PR), Palmas (TO) e em Londrina (PR). Essas leis municipais proibiam expressamente o debate sobre gênero e orientação sexual em sala de aula. O relator das ações, Ministro Luís Roberto Barroso, que já havia suspenso liminarmente os dispositivos dessas leis, destacou que as normas comprometiam o acesso de crianças, adolescentes e jovens a conteúdos relevantes e pertinentes à sua vida individual e sua socialização. Além disso, ressaltou que tais restrições iam de encontro à doutrina da proteção integral, que preconiza a garantia dos direitos fundamentais desses grupos etários.¹²⁴

¹²³ COÊLHO, Marcus Vinicius Furtado. *loc.cit.*

¹²⁴ Veja o parecer sobre o julgamento em: FEDERAL, Supremo Tribunal. **Julgadas inconstitucionais leis sobre Escola Livre e proibição de ensino de sexualidade**. Brasília, 26 de agosto de 2020. Notícias.

Assim como a historiadora Maria Auxiliadora Schmidt, corrobora com a visão de um ensino de história dialógico pautada nas diversas vivências dos alunos e de toda a comunidade escolar, a Procuradoria-Geral da República em consonância com os princípios estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 afirma sobre o ato de educar que:

[...] A atividade de ensino não é via de mão única, a rotina em sala de aula é essencialmente dialógica, havendo espaço para os mais diferentes e variados tipos de dúvidas e inquietudes, muitas vezes até no nível pessoal ou envolvendo as temáticas de religião e política, para as quais não há respostas necessariamente fechadas ou definitivas.¹²⁵

Os documentos mencionados anteriormente são frequentemente invocados como fundamentação e justificativa para a constitucionalidade dos projetos de lei do MESP pelos seus colaboradores. Em um parecer sobre a constitucionalidade do projeto de lei 246/2019, disponível em uma seção do arquivo virtual do site oficial¹²⁶, é destacado que o Art. 1º da referida lei: “institui, no âmbito do sistema municipal de ensino, com fundamento nos artigos 23, inciso I, 30, incisos I e II, e 227, *caput*, da Constituição Federal, o “Programa Escola sem Partido”, em consonância com os seguintes princípios”.

No entanto, os incisos I e II do Art. 30, apenas é reforçado a autonomia legislativa para legislar conforme os interesses locais. Contudo, como já discutido, esse direito à autonomia legislativa carrega consigo riscos e consequências, como o vício legislativo mencionado anteriormente e a exclusão de direitos já estabelecidos na própria Constituição. O art. 227, consta em lei que:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.¹²⁷

Os participantes do MESP utilizam desta lei, que também faz parte da LDB (Art. 2º), para legitimar um poder soberano das famílias sobre seus filhos. Da mesma forma

Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=450392&ori=1>. Acesso em: 22 de fev. 2024.

¹²⁵ COELHO, Marcus Vinicius Furtado. *loc. cit.*

¹²⁶ ESCOLA SEM PARTIDO. **Parecer sobre a Constitucionalidade**. 2019. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20230330075337/http://escolasempartido.org/constitucionalidade-parecer/>. Acesso em: 22 de fev. 2024.

¹²⁷ BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. *loc. cit.*, Cap. VII - Art. 227.

que os documentos mencionados anteriormente são invocados, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos também é, a partir de alguns fundamentos evidenciados abaixo:

Artigo 12. Ninguém será sujeito à interferência na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataque à sua honra e reputação. Todo ser humano tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.

Artigo 26 — 3º. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.¹²⁸

A base de todos os projetos e mecanismos de estabelecerem o MESP como constitucional, está fundamentada nestes incisos. No entanto, é crucial analisar que o movimento utiliza discursos que denotam a proteção às crianças e jovens para encobrir seus verdadeiros objetivos. Eles propagam a ideia de uma suposta doutrinação prejudicial às famílias, mas, na prática, buscam impor a ideologia de seus próprios partidários e perseguir aqueles que discordam dela.

Certamente, a instituição familiar detém uma prioridade inegável na vida de seus filhos. No entanto, é fundamental destacar que essa prioridade não deve se opor ao processo de formação cidadã de seus filhos, pois tal postura é contrária a própria Constituição Federal, no artigo mencionada anteriormente. Nessa perspectiva, a obrigatoriedade de matricular os filhos na escola, presente no ECA, não existiria, os pais poderiam ensiná-los apenas de acordo com suas perspectivas educacionais em casa:

[...] Trata-se de uma interpretação equivocada da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, que garante aos pais o direito de que seus filhos recebam educação moral e religiosa de acordo com as suas convicções no espaço privado da família, vedando ao Estado qualquer medida restritiva que limite a sua liberdade de mudar ou conservar sua religião ou suas crenças (artigo 12). Os professores realmente não têm o direito de coagir os alunos a mudarem as suas crenças, mas os alunos e seus pais tampouco têm o direito de se negarem a dialogar com outros valores no espaço público da escola. Ao tentar tornar a educação uma questão privada, responsabilidade exclusiva das famílias, o movimento “Escola sem partido” contraria diretamente a Constituição brasileira, que em seu artigo 205.¹²⁹

Quando em entrevista ao jornal de referência para a política de direita *O Antagonista*, Miguel Nagib afirma que o professor confunde possuir liberdade de expressão com liberdade de ensino¹³⁰, a partir da perspectiva de que se o professor tem

¹²⁸ COMITÊ DE REDAÇÃO. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Assembleia Geral das Nações Unidas, resolução 217 A III, 10 de dezembro 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 22 de fev. 2024.

¹²⁹ BARROS, Neide Célia Ferreira. *loc. cit.*, p. 159.

¹³⁰ O ANTAGONISTA. **"Confunde-se liberdade de ensinar com liberdade de expressão" diz fundador do Escola Sem Partido**. 23 de fevereiro de 2018. YouTube. Disponível em: <https://youtu.be/p2gxaofjlaY>. Acesso em: 22 de fev. 2024.

liberdade de expressão em sala de aula, ele não terá a obrigação de passar o conteúdo programado e poderá expressar o que bem entender, legitimando a doutrinação, podendo cercear a liberdade de consciência e crença dos estudantes. Segundo a interpretação do MESP, o historiador Fernando de Araújo Penna¹³¹ nos lembra que o trabalho do professor seria a única profissão no Brasil que não possuiria liberdade de expressão no exercício da sua atividade profissional. E ainda esclarece essa proposta como inconstitucional, pois:

Para desconstruir essa falácia, usarei a mesma referência que eles usam: a Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Essa convenção foi assinada pelo Brasil e outros países da América. No artigo 13, “liberdade de pensamento e expressão”, inciso II, está dito o seguinte: “o exercício do direito previsto no inciso precedente [a liberdade de pensamento e expressão] não pode estar sujeito a censura prévia, mas a responsabilidades ulteriores, que devem ser expressamente fixadas nas leis necessárias para assegurar...” e continua. [...] Nós temos a liberdade de expressão, nós falamos, mas temos que ser responsabilizados pelo que nós dizemos. Então se eu ofender alguém em sala de aula, posso ser responsabilizado. Se eu coagir alguém a abandonar sua crença, posso ser responsabilizado. Se eu não falar da matéria, devo ser responsabilizado pela escola. Mas dizer que o professor não tem liberdade de expressão para mim é uma agressão muito grande a todos nós, a todos os professores.¹³²

Assim como nos currículos e, na prática educacional do professor, o MESP também pretendia interferir em uma reforma dos livros didáticos, a partir da instituição que normatiza tais materiais, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), criado em 1985 pelo MEC, destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e também às instituições de educação infantil comunitárias conveniadas com o Poder Público.¹³³

O MESP, por meio de suas plataformas de mídia social, compartilha diversas publicações que destacam passagens de livros didáticos, atividades impressas, avaliações escolares e até mesmo trechos de provas de vestibulares nacionais, principalmente do ENEM. Essas publicações frequentemente apontam elementos considerados desnecessários e ofensivos pelos membros do movimento. Um exemplo recente dessa prática pode ser observado na publicação abaixo, datada de 2023:

¹³¹ PENNA, Fernando de Araújo. **O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LLP. 2017. p. 41.

¹³² *Ibid.*, p. 42.

¹³³ Veja em: BRASIL. Ministério da Educação. **Página Inicial: PNLD**. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld>. Acesso em: 22 de fev. 2024.

Imagem 7 – Capa e Legenda



Fonte: (Instagram: Escola Sem Partido Oficial, 2023)¹³⁴

Imagem 8 – O Livro por Dentro



Fonte: (Instagram: Escola Sem Partido Oficial, 2023)¹³⁵

Duas perspectivas podem ser observadas nesta publicação: a definição e degradação de uma temática cuja finalidade é promover o respeito as diversas conjunturas de famílias, apropriada a idade e nível de alunos do 1º ano do ensino fundamental, no

¹³⁴ OFICIAL, Escola Sem Partido. **Detalhe: a etiqueta “PNLD 2023” significa que esse livro didático foi aprovado e distribuído pelo MEC do governo Bolsonaro.** 08 de abril de 2023. Instagram. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Cqx-Yggr-HJ/?img_index=1. Acesso em: 22 de fev. 2024.

¹³⁵ *Ibid.*

entanto, para eles se configura como doutrinação ideológica de gênero. A outra perspectiva é o conteúdo presente na legenda.

Diante do que foi proposto neste trabalho, podemos afirmar sem dúvidas que o MESP não é um movimento apartidário, muito menos apolítico. Seus objetivos envolvem exercer influência em diversas camadas institucionais brasileiras, abrangendo o legislativo, judiciário e os setores educacionais, visando realizar suas metas conservadoras, fundamentadas em uma única perspectiva religiosa, moral e ética. Isso fica evidente na intenção por trás da publicação dos trechos do livro didático posto anteriormente. As famílias retratadas na atividade e no texto de apoio do livro didático apresentado acima, levantam a ideia da diversidade social, a pluralidade cultural e a diversidade de gênero, princípios esses alinhados com o que está previsto na Constituição Federal, no entanto, são tratados como prejudiciais pelo MESP, pois para eles, podem entrar em contradição com os valores éticos e morais da família do aluno.

O que é frequentemente negligenciado é que, embora a família tenha o direito de orientar seus filhos de acordo com sua religião e ideologias, se essas ideias resultarem em conflitos, desrespeito e problemas na sala de aula e em todo ambiente escolar, elas devem permanecer no âmbito privado da casa e da família. A escola é um espaço público e diverso, e deve respeitar a lei da pluralidade nacional.

É importante destacar que a defesa destas pautas não é exclusiva de parlamentares e cidadãos que se alinham à esquerda, como alguns integrantes do MESP defendem. Embora esses princípios possam ter sido apropriados por alguns partidários deste grupo, é crucial compreender que o processo de ensino, especialmente no contexto da disciplina de história, pretende humanizar e promover a democracia, bem como fomentar o respeito mútuo entre os indivíduos e suas diferenças, indo além das perspectivas parlamentares de direita e esquerda.

Sobre a perspectiva que podemos observar na legenda da publicação, podemos entender que o MESP abandonou suas alianças com o governo da extrema-direita de Jair Bolsonaro, e a tão defendida postura apartidária começou a se tornar um pouco evidente, culpando a aprovação do livro didático com a suposta “doutrinação ideológica” ao governo anterior e sua administração no MEC.

No entanto, esta mudança partidária não ocorreu repentinamente, e o movimento não transformou bruscamente seu alinhamento político nem suas principais ideias. Um dia após o STF declarar a inconstitucionalidade da lei de Alagoas, Miguel Nagib, o fundador do MESP, anunciou o fim de sua participação no movimento, na página inicial do site oficial, acessado no arquivo virtual, podemos observar um aviso de sua despedida:

O adeus do fundador

Anuncio com tristeza o fim da minha participação no Movimento Escola sem Partido. Cessa, a partir de hoje, a atividade dos canais do ESP sob minha responsabilidade.

Brasília, 22 de agosto de 2020.

Miguel Nagib.¹³⁶

Junto ao aviso, encontra-se um vídeo que consiste em uma entrevista de Miguel Nagib à *Rádio Guaíba*, do Rio Grande do Sul, na qual ele esclarece as razões que o levaram a se desvincular do movimento, e declara que:

[...] o Escola Sem Partido, exigia uma mobilização muito grande. E só as grandes lideranças políticas, [...] é que tem o poder de mobilização. Nós, em algum momento, tivemos esse apoio dessas lideranças. O Escola Sem Partido, para você ter uma ideia, chegou a pautar as eleições de 2018. A imprensa, quando entrevistava os candidatos à presidência da República, perguntava se eles eram a favor ou contra o Escola Sem Partido. Então nós chegamos bastante longe nesse esforço de demonstrar à sociedade brasileira a importância do problema que a gente chama genericamente de doutrinação nas escolas e universidades. Mas de lá pra cá, de novembro de 2018, desde que as eleições acabaram, desde que o Bolsonaro foi eleito pra cá, esse assunto começou a cair no esquecimento. E isso é bastante perceptível nas redes sociais, E nós notamos em algum momento que nós não teríamos mais o apoio necessário para permanecer nessa luta, que é uma luta e que eu venho trabalhando já há 16 anos. [...] quando você atinge um determinado patamar, como foi o nosso caso, final de 2018 e depois começa a cair, esse é um mau sinal, né? É um sinal que você, na verdade, não terá a força necessária pra atingir o seu objetivo. Foi basicamente isso que aconteceu, eu me dei conta disso.¹³⁷

Com base nos esclarecimentos de Nagib, torna-se claro que a principal motivação para sua saída foi a falta de apoio do governo do presidente Jair Bolsonaro, que se comprometeu a impulsionar o avanço do Movimento Escola Sem Partido. Desde o último projeto protocolado na Câmara dos Deputados em 2019 e, posteriormente, em meio à crise nacional desencadeada pela pandemia da COVID-19 em 2020, os projetos legislativos foram negligenciados por seus apoiadores e pela plenário, resultando em uma espécie de ostracismo para o movimento.

Ademais, o MESP também perdeu o apoio político de Olavo de Carvalho, um grande intelectual e a principal influência para o movimento, que alterou algumas de suas ideias frente as ações do movimento. Em novembro de 2018, Olavo publicou em seu canal no *YouTube* um vídeo chamado “Aviso ao Escola Sem Partido”, no qual declarou:

¹³⁶ ESCOLA SEM PARTIDO. **Home: O Adeus do fundador.** Disponível em: <https://web.archive.org/web/20220927122502/http://escolasempartido.org/>. Acesso em: 22 de fev. 2024.

¹³⁷ PARTIDO, Escola Sem. **Fundador do ESP explica por que se desligou do Movimento.** Youtube. 26 de agosto de 2020. Disponível em: <https://youtu.be/uwSpMNIWRjg>. Acesso em: 22 de fev. 2024.

[...] pelo amor de Deus, não se lança um projeto de lei, [...] para resolver um problema que a maioria nem conhece e que os maiores interessados vão negar que exista. Então, primeiro tem que ter a discussão na esfera intelectual, que é a simplesmente a investigação do fato e a organização da prova de forma científica [...] ora, se não tem sequer a prova, o que adianta você dizer, ah, vou fazer um projeto que vai grudar aqui? Um cartaz, isso não vai fazer absolutamente nada, né? Porque você está expondo esse cartaz a pessoa que já estão predispostas contra ele. [...] quem foi que os ajudou a fazer? foi você turminha da escola sem partido. [...] vocês não entendem coisa nenhuma de combate cultural e eu, que estudo o assunto há 50 anos, tento lhes oferecer uma ajuda, uma orientação, e vocês passam por cima e insistem no erro. Agora há mais de 2 anos atrás, eu disse, escola sem partido não faz sentido. [...] eu, no começo, eu disse, não pode ser a escola sem partido, o nome já tem que mudar, tem que ser escola sem censura. Porque o problema não é a opinião que o professor expressa a opinião, é a opinião que ele suprime, ele suprime primeiro, assim, não menciona, [...] se alguém levanta a pressão, aí começa o boicote, começa, a censura começa a, vamos dizer, a discriminação. [...] O que o pessoal do PT lançou? A campanha escola sem censura, que eu sugeri a vocês seus burros 2 anos atrás, né? Então vocês vão perder, e se vocês ganharem, vocês vão ganhar pela força, sem ter convencido ninguém, e vão criar ódio, ódio não só a vocês, vão criar ódio, um ódio injusto ao governo Bolsonaro e um ódio injusto a mim, porque muitos estão fazendo isso usando o meu nome, então eu estou aqui desautorizando, ou vocês mudam radicalmente essa estratégia do escola sem partido ou não contem com o meu apoio. [...] você tem o meu apoio no intuito central da campanha, que é combater a manipulação de comportamento e o sistema hegemônico instaurado nas escolas, isso eu tô cem por cento a favor, mas os meios pelos quais vocês estão fazendo isso eu não apoio e nem aprovo de maneira alguma.

138

Na declaração acima, quando Olavo de Carvalho pergunta “quem foi que os ajudou a fazer?”, ele está se referindo aos próprios alunos já doutrinados e que se opõem às ideias do MESP. Segundo ele, a alienação cultural já está implantada nas escolas e universidades públicas, impedindo que a ideologia de direita também se estabeleça intelectualmente. De acordo com ele, sua retirada como apoiador do MESP se deu à ineficácia intelectual e soberba do movimento, que buscava acabar com a hegemonia da esquerda por meio de projetos legislativos promovendo ideias conservadoras sem embasamento científico e sem provas criminais acumuladas visto a “doutrinação ideológica”, que conforme o autor, é um conceito utilizado abruptamente concomitante a um conceito estabelecidos pela pequena “burguesia inculta brasileira”, que observa a política presente apenas no processo partidário. Isso não elimina o fato de Olavo de Carvalho continuar sendo um apoiador da extrema-direita e um intelectual conservador, embora mais estudado do que os demais integrantes do MESP.

¹³⁸ CARVALHO, Olavo de. **Aviso ao Escola Sem Partido**. 15 de novembro de 2020. YouTube. Disponível em: <https://youtu.be/qySuenfRkDk?list=PLJqit7CEDYMXZFeDgtr3677kt-VVDPSTv>. Acesso em: 22 de fev. 2024.

No ano seguinte, Nagib em uma entrevista ao portal de notícias *Metrópoles*, quando questionado sobre a influência e o papel de Olavo na educação brasileira durante o governo de Bolsonaro, ele afirma que:

[...] no ambiente cultural e político no Brasil, eu acho que o Olavo, ele foi assim, o quebra-gelo da hegemonia esquerdista no Brasil. [...] e eu sou admirador do Olavo, [...] agora inacreditavelmente, o Olavo está contra a escola sem partido. Ele acha que nós não podemos, que nós, que havia uma doutrinação comunista e que agora precisa haver uma pregação anticomunista dentro das universidades, dentro das escolas. Eu sou absolutamente contra isso. [...] Olavo sempre foi um apoiador do nosso movimento. Mas de um de uns tempos para cá, ele começou a se colocar a conta, chamou a gente de burro, nos ofendeu, inclusive, foi bastante chato isso e dizendo que não, que agora ele acaba dizendo a mesma coisa que o Paulo Freire disse que não existe neutralidade. Ou você está de um lado ou você está do outro. Então, agora nós vamos ter que fazer uma pregação anticomunista. Eu não quero isso de jeito nenhum. Eu não quero substituir a opressão da esquerda, uma opressão comunista, por uma opressão anticomunista. Nós devemos buscar nas escolas e nas universidades, tendo que buscar o conhecimento, a verdade, e deixar isso para outros, para as redes sociais, para as igrejas, para o parlamento, e, enfim, para a guerra cultural. Mas vamos preservar o sistema de ensino, principalmente as crianças e os adolescentes, né? Na universidade, todo mundo tem um pouco mais de liberdade, porque são pessoas adultas que estão ali. Mas no ensino fundamental e médio, nós precisamos proteger a parte vulnerável. E tá todo mundo querendo fazer a cabeça dessas crianças e dos adolescentes. É nós precisamos fazer com que eles tenham o direito de aprender português, de saber escrever bem, de saber falar bem, aprender matemática, de saber fazer conta, de poder amanhã ser um engenheiro.¹³⁹

Apesar de Nagib declarar, que não deseja um discurso de anti-comunista nas escolas públicas, ao analisarmos as publicações nas redes sociais e os projetos de leis propostos, percebemos que o movimento, de certa forma, busca um alinhamento de suas ideias contrárias a qualquer ideia ou suposição comunista no sistema educacional. Na última parte da declaração, sobre ensino domiciliar, Nagib afirma que o pai tem o direito de doutrinar o seu filho. Isso levanta uma questão crítica: até que ponto o direito da família à educação de seus filhos, pode ser interpretado como o direito de impor qualquer opinião ou ação ao filho? E se esse direito partir da transmissão de valores, que se configuram como crimes de racismo, homofobia, feminicídio, entre outros, esse direito não deveria ser questionado?

¹³⁹ WALTENBERG, Guilherme. SILVA, Eumano. “Não quero pregação anticomunista” diz Nagib, do Escola Sem Partido. **JORNAL METRÓPOLES**. Política. Brasília, DF, 06 de junho de 2019. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/nao-quero-pregacao-anticomunista-diz-nagib-do-escola-sem-partido>. Acesso em: 22 de fev. 2024.

Sugere-se então a possibilidade de que, sob a alegação do direito a educação de seus filhos, pais poderiam impor qualquer perspectiva, inclusive aquelas contrárias a própria constituição, violando leis estabelecidas para garantir o bem-estar e os direitos das crianças, incluindo o direito à liberdade de pensamento, consciência e religião à medida que ela se desenvolve como indivíduo em sociedade. Esses limites estabelecidos para a liberdade de ensino da família e da escola são fundamentais para garantir um processo educacional que promova valores positivos a esses jovens.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a elaboração desta pesquisa, deparei-me com a notável ascensão de ideias contrárias à promoção de uma escola democrática. Essas perspectivas não apenas emanavam de indivíduos isolados, mas também se articulavam por meio de grupos influentes, tornando-se uma tarefa difícil para qualquer tentativa de oposição consolidada. Esta resistência, proveniente de setores diversos, demanda uma análise minuciosa e uma abordagem cuidadosa para promover o entendimento mútuo e explorar possíveis caminhos para a construção de consenso no contexto educacional.

Apesar disso, existe oposição ao Movimento Escola Sem Partido. A partir da análise das assembleias na Câmara dos Deputados, essa oposição expressou-se contrariamente a essas ideias reacionárias. Os argumentos contrários foram fundamentados em discursos que se baseiam na Constituição vigente e em interpretações convenientes à defesa da pluralidade intelectual. Além disso, em segmentos da educação básica e das universidades, alguns professores contrários ao MESP, deram origem à iniciativa “Professores Contra o Escola sem Partido”.¹⁴⁰

Esse contra movimento iniciou-se como uma página na rede social *Facebook*, de reuniões virtuais e divulgação de notícias relativas aos avanços do MESP. Ele se esclarece como um observatório de professores e pesquisadoras da educação, que estudam mecanismos para combater as estratégias de censura na educação, além de buscar nas produções acadêmicas dos colaboradores, informar e produzir conteúdo de análise sobre o avanço da censura ultraconservadora, além do site, o movimento possui páginas no *Instagram*, *(X) Twitter*¹⁴¹, *Facebook* e *YouTube*. Um dos participantes desse movimento é o já mencionado historiador Fernando Penna, que travou uma grande batalha contra o MESP e a criminalização da docência.

¹⁴⁰ Veja em: **Professores Contra o Escola Sem Partido**. 2019. Disponível em: <https://profscontraoesp.org/>. Acesso em: 23 de fev. 2024.

¹⁴¹ O X entre parênteses se refere a nova nomenclatura da rede social, a mudança ocorreu em agosto de 2023, no entanto, a rede ainda é popularmente conhecida pelo nome antigo, “Twitter”.

Dentre as ações promovidas pelo movimento, destaca-se a criação de dois manuais de defesa contra a censura, um em 2018 e outro em 2022. O movimento defende a ideia da Escola Sem Censura, termo que Olavo de Carvalho diz ter sugerido ao MESP, sendo renegado pelo mesmo. O recente manual segue os princípios previstos na Constituição Federal. No entanto, também aborda a concepção de direitos civis, o Estatuto da Criança e do Adolescente, e as questões relacionadas à diversidade de gênero em sala de aula, especialmente para alunos inseridos a algumas identidades mais afetadas socialmente.

No âmbito do poder legislativo, o MESP também enfrentou oposição que se manifestou contrária a eles, notadamente em relação ao recente projeto de lei da deputada federal Bia Kicis, o PL 246/2019. Em oposição a essa proposta, a deputada federal Talíria Petrone¹⁴², junto a outros parlamentares do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) na Câmara Federal, protocolou dois dias depois, o Projeto de Lei n.º 502/2019¹⁴³, que instituiria o programa “Escola Sem Mordaza” em todo o território nacional. Os objetivos deste projeto eram: “os princípios de livre manifestação do pensamento, da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, ler, publicar e divulgar por todos os meios a cultura, o conhecimento, o pensamento, as artes e o saber, sem qualquer tipo de censura ou repressão, e do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, bem como da laicidade e do respeito pela liberdade religiosa, de crença e de não-crença”. Ratificando e democratizando as leis contidas na Constituição Federal e na LDB.

Os dois projetos mencionados foram apenas despachados e apresentados à Câmara. Vale ressaltar que no ano subsequente, um cenário pandêmico se disseminou no mundo inteiro, e principalmente no Brasil, por conta da inadequada gestão em frente a pandemia, o que resultou no trancamento de todas as comissões legislativas propostas que estavam em andamento no poder legislativo.

Com base nas análises realizadas ao longo do texto, meu propósito não foi posicionar-me exclusivamente a favor das políticas de esquerda, tampouco criticar indiscriminadamente todas as políticas e posturas da direita. Em vez disso, apresentei o MESP como um influente ator na manipulação de ideias inseridos nos grupos que detêm poder político e econômico no Brasil, destacando serem esses grupos que exercem

¹⁴² Natural do Rio de Janeiro (1985), começou seu mandato em 2019, tendo vigência até 2027, foi vereadora até 2019, é professora de história e possui mestrado em Serviço Social. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/204464/biografia>. Milita pelos direitos da população negra, feminista, identidades de gênero e setores populares, foi eleita a vereadora mais votada da cidade e, por mais de um ano, era a única mulher na Câmara Municipal. Disponível em: <https://taliriapetrone.com.br/>.

¹⁴³ BRASIL, Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n.º 502/2019, de 06 de fevereiro de 2019**. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1708313&filename=PL%20502/2019. Acesso em: 23 de fev. 2024.

significativa influência sobre o sistema educacional. Diante do rigor científico empregado nesta pesquisa, a concepção de compreender, respeitar e debater em sala de aula ideia oriunda da extrema-direita deve ser considerada inerente ao papel do professor de história. Isso se alinha com a busca por uma pluralidade intelectual que contemple os conhecimentos acerca de temáticas conservadores e suas origens.

Com base na análise realizada neste trabalho, percebemos um forte negacionismo por parte do MESP em relação às ciências humanas, especialmente à história, tanto como ciência quanto como disciplina curricular, eles negam a importância da história, como uma área crucial para o processo de formação cidadã. Além da ampla disseminação de informações, verídicas ou totalmente distorcidas, que dificultam a compreensão e a validação da história como ciência social. Isso ocorre em um mundo globalizado e altamente virtual, onde tudo ocorre em questão de segundos, inclusive o processo de ensino e aprendizagem. Nesse contexto, há uma promoção de uma educação voltada para a lógica do mercado, visando a formação de mão de obra que prioriza características como rapidez, mais tempo de trabalho, em detrimento, por vezes, do desenvolvimento intelectual e afastando o trabalhador do desejo por transformações de sua própria realidade.

Agora consideremos quem redigiu o último projeto de lei, a deputada Bia Kicis, ela preconiza esse negacionismo. A deputada foi alvo de investigações por disseminação de *fakenews*¹⁴⁴, acusada de contratar serviços de mídias sociais de apoiadores do governo Bolsonaro para propagar desinformações sobre medidas sanitárias e profiláticas sobre à COVID-19, além de informações contra adversários políticos do ex-presidente Jair Bolsonaro nas últimas eleições presidenciais. Ademais, ela participou da convocação de pessoas para manifestações antidemocráticas e anti-isolamento social, sendo alvo de investigações pelo STF.¹⁴⁵ É importante ressaltar que esses serviços foram pagos com verba parlamentar, ou seja, dinheiro público.

A pandemia foi um fato recente em nossa história que inflou os sites de notícias e as redes sociais com desinformações, contribuindo para o atraso e a dificuldade no combate à doença. Da mesma forma, assim como o ex-presidente mencionado anteriormente negou a inegável culpa da Europa no processo desumano de escravização

¹⁴⁴ *Fakenews* é uma palavra em inglês que se refere a notícias falsas ou informações deliberadamente enganosas, muitas vezes disseminadas com o intuito de manipular ou influenciar o público. No Brasil, o termo ficou bastante conhecido, por sua extensa disseminação nas redes sociais.

¹⁴⁵ MACIEL, Alice; RUDNITZKI, Ethel. Investigada por fake news, Kicis contratou serviços de mídias sociais de apoiadores do governo. **Agência Pública**. 2 de junho de 2020. Reportagem. Disponível em: <https://apublica.org/2020/06/investigada-por-fake-news-kicis-contratou-servicos-de-midias-sociais-de-apoiadores-do-governo/?amp>. Acesso em: 23 de fev. 2024.

de pessoas no continente africano e defendeu a visão de que a ditadura militar não foi uma ditadura, a deputada mencionada acima dissemina opiniões embasadas em seus conhecimentos leigos ao abordar o combate a uma doença nova, provocando mais problemas frente a uma crise mundial.

O MESP preconiza que o professor de história está doutrinando os alunos quando fala sobre o inegável imperialismo explorador do século XX, a brutalidade da escravidão, a censura na ditadura militar de 64, o negacionismo diante de doenças que afetam principalmente parte da população mais pobre, o MESP nega a importância do debate, incluindo também o outro lado da moeda, que eles consideram que não é debatido, como os processos brutais da Rússia stalinista e de Che Guevara em nome de uma suposta revolução comunista.

Apesar de ter renunciado à liderança e interrompido suas atividades no MESP oficialmente, Miguel Nagib continua a expressar apoio ao movimento, especialmente nas redes sociais, como no (X)Twitter¹⁴⁶ e *Instagram*, disseminando as mesmas ideias que persistem há uma década, incluindo ofensas direcionadas às reuniões da Conferência Nacional de Educação (CONAE) - 2024, realizada no final de janeiro deste ano. Nagib sustenta a perspectiva de que a suposta alienação do marxismo cultural persiste dentro dessas assembleias, e que a volta da esquerda ao poder apenas legitima cada vez mais, no entanto, volta e meia culpa a direita pelo fiasco legislativo e intelectual do MESP.

Os projetos de lei do MESP não foram aprovados, no entanto, suas ideias persistem, o que sinaliza uma ameaça iminente à integridade do sistema educacional e ao ensino de história, sendo este último, como observamos frequentemente utilizado como alvo das críticas do movimento.

Além disso, o cenário educacional observa o surgimento de projetos paralelos a essas orientações conservadoras e reacionárias, como o projeto *homeschooling*, o conceituado ensino domiciliar, entre outros projetos espalhados no mundo, como na Argentina, com a recente proposta do presidente Javier Milei, de modificar artigos da Lei de Educação do país, visando extinguir a doutrinação de gênero, assim como no Brasil.

Diante destas tendências, é de extrema importância continuar os estudos acadêmicos, especialmente no que diz respeito ao ensino da história, e persistir nas reivindicações por melhorias estruturais na educação básica. Sendo fundamental refletir sobre estas ramificações ideológicas no ambiente educacional e consequentemente na sociedade.

¹⁴⁶ **Escola Sem Partido.** Agosto, 2009. (X) Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/escolasempartid>. Acesso em: 23 de fev. 2024.

REFERÊNCIAS

Fontes Bibliográficas:

- ARAÚJO, Fátima Maria Leitão; PINHEIRO, Francisco Felipe de Aguiar; SOUSA, Joilson Silva de. O projeto “Escola sem partido” e o ensino de história no Brasil: inquietações do tempo presente. **Educação & Formação**, v. 3, n. 9, p. 141-158, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.25053/redufor.v3i9.860>. Acesso em: 08 de fev. 2024.
- BARROS, Neide Célia Ferreira. O Movimento Escola Sem Partido e a popularização do ódio aos docentes. **Revista Em Tese**, v. 18, n. 2, p. 142-167, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1806-5023.2021.e78349>. Acesso em: 20 de fev. 2024.
- BRANDÃO, Raquel Araújo Monteiro. **Escola sem partido e o ataque à liberdade de ensino**: a expressão do pensamento reacionário da extrema direita na educação. Tese de Doutorado, Núcleo de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, 2021.
- CARVALHO, Olavo de. **A Nova Era e a revolução cultural**. 4ª edição. São Paulo: Vide Editorial, 2014.
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998. Título original: Die Deutsche Ideologie (Erster teil).
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Textos sobre Educação e Ensino**. Campinas, SP: Navegando, 2011.
- ESPINOSA, Betty R. Solano; QUEIROZ, Felipe B. Campanuci. **Breve análise sobre as redes do Escola sem Partido**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LLP. 2017.
- FERRARI, Dener Gabriel; SANTOS, Márcia Andrea dos. O movimento/projeto Escola Sem Partido: reflexões a partir do projeto de lei 246/2019. **Signo y seña**, n. 36, p. 148-160, 2019. p. 150. Disponível em: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/sys/article/view/6587>. Acesso em: 15 de out. 2023.
- FRANCISCO, Marcos Vinicius; FÁTIMA PONCE, Rosiane de. Doutrina ideológica ou falsa neutralidade no processo de formação inicial de professores? Interloquções com o materialismo histórico-dialético. **Nuances: Estudos sobre Educação**, p. 60-77, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/8283>. Acesso em: 19 de fev. 2024.
- FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**, uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes, 1980.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra – Coleção Leitura, 1996.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **A gênese das teses do Escola sem Partido**: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LLP. 2017.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, RJ: 2. Ed. - Civilização Brasileira, 1978.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A “ideologia de gênero” existe, mas não é aquilo que você pensa que é. In: CÁSSIO, Fernando (Org.). Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar, v. 1, p. 135-140, São Paulo: Boitempo, 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. **Tendências pedagógicas na prática escolar**. In: Democratização da Escola Pública – a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1992.

MARRACH, Sonia Alem. **Neoliberalismo e Educação**. In: GUIRALDELLI JUNIOR, P. (Org.). Infância, Educação e Neoliberalismo. p. 42-56. São Paulo: Cortez, 1996.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordida no parlamento brasileiro. **Revista Direito e práxis**, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25163>. Acesso em: 07 de fev. 2024.

MOREIRA, Armindo. **Professor não é educador**. Toledo, PR: Indicto, 2012.

MOTTER, Maria Lourdes. **Ficção e História: imprensa e construção da realidade**. São Paulo: Arte & Ciência – Villipress, 2001.

NAPOLITANO, Marcos. **Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI**. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. Novos combates pela História: desafios, ensino. São Paulo: Contexto, 2021.

PENNA, Fernando de Araújo. **O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LLP. 2017.

PENNA, Fernando de Araújo; SILVA, Renata da C. A. da. **As operações que tornam a história pública**. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (Org.). História pública no Brasil: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 177.

PEREIRA, Ana Carolina de Oliveira Nunes; SOUZA LIRA, Jailton de. Educação e controle de constitucionalidade: O projeto “escola livre” em Alagoas. **Retratos da Escola**, v. 13, n. 27, p. 715-727, 2019.

PINHEIRO, Francisco Felipe de Aguiar. **O ensino de História no Ceará durante a ditadura militar: entre o prescrito e a memória de práticas docentes**. 2017. 171 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **Por uma história prazerosa e consequente**. In: KARNAL, Leandro (Org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: 5.ed. – Contexto, 2007.

SANTOS, Marina Silveira Bonacazata *et al.* Escola sem Partido e as discussões de gênero e sexualidade: impactos curriculares. **Linhas Críticas**, v. 27, 2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-04312021000100134&script=sci_arttext. Acesso em: 21 de fev. 2024.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. Didática Reconstitutivista da História e a formação da consciência histórica dialógica. **Revista Territórios e**

Fronteiras, v. 14, n. 2, p. 166-184, 2021. Disponível em:
<https://doi.org/10.22228/rtf.v14i2.1149>. Acesso em: 21 de fev. 2024.

SILVA, Elder Luan dos Santos. Pânico moral e as questões de gênero e sexualidade na BNCC. **História, histórias**, v. 8, n. 16, p. 138, jul./dez, 2020. Disponível em:
<http://dx.doi.org/10.26512/rhh.v8i16.31928>. Acesso em: 22 de fev. 2024.

SILVA, Michel Goulart da. Reflexões sobre o “marxismo cultural”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 1, n. 3, p. 77-82, 2020. Disponível em:
<https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/165/168>. Acesso em: 19 de fev. 2024.

SILVA, Patrícia Nogueira. **História, uma Disciplina sob Suspeita: Objetividade e Imparcialidade em Tempos de Escola Sem Partido e em Outros Tempos**. ANPUH - Brasil - 30º Simpósio Nacional de História. Recife, 2019.

Fontes Digitais:

ALAGOAS. Assembleia Legislativa de Alagoas. **RICARDO NEZINHO**. Disponível em: <https://sapl.al.al.leg.br/parlamentar/21>. Acesso em: 20 de out. 2024.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **TALÍRIA PETRONE – BIOGRAFIA**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/204464/biografia>. Acesso em: 23 de fev. 2024.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **BIA KICIS – BIOGRAFIA**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/204374/biografia>. Acesso em: 21 de out. 2024.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **ERIVELTON SANTANA – BIOGRAFIA**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/99654/biografia>. Acesso em: 21 de out. 2024.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **IZALCI LUCAS – BIOGRAFIA**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/4931/biografia>. Acesso em: 19 de out. 2024.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **LINCOLN PORTELA – BIOGRAFIA**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/74585/biografia>. Acesso em: 08 de fev. 2024.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **PR. MARCO FELICIANO – BIOGRAFIA**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/160601/biografia>. Acesso em: 08 de fev. 2024.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **ROGÉRIO MARINHO – BIOGRAFIA**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/141535/biografia>. Acesso em: 19 de out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Página Inicial: PNLD**. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld>. Acesso em: 22 de fev. 2024.

CARVALHO, Olavo de. **Do Marxismo Cultural**. **O Globo**, 8 de junho de 2002. SAPIENTIAM AUTEM NON VINCIT MALITIA. 2020. Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/do-marxismo-cultural/>. Acesso em: 19 de fev. 2024.

CONSTANTINO, Rodrigo. **Plano Nacional de Educação: uma ameaça à liberdade**. Escola Sem Partido, 15 de abril de 2014. Internet Archive. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20201023103855/http://escolasempartido.org/blog/plano-nacional-de-educacao-uma-ameaca-a-liberdade/>. Acesso em: 21 de fev. 2024.

DEBATE. **Escola Sem Partido - Sala Debate – Canal Futura**. 19 de julho de 2016. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=J2v7PA1RNqk>. Acesso em: 24 de out. 2023.

DEPUTADOS, Câmara dos. **PL 7180/14 - ESCOLA SEM PARTIDO - Audiência Pública**. Brasília, 15 de fevereiro de 2017. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vRRiUbWKGyQ>. Acesso em: 08 de fev. 2023.

DEPUTADOS, Câmara dos. **PL 7180/14 – ESCOLA SEM PARTIDO – Votação do Relatório**. Brasília, 11 de dezembro de 2018. YouTube. Disponível em: <https://youtu.be/gQ1QnMf-S3E>. Acesso em: 21 de out. 2023.

E biografia. **Flávio Bolsonaro**. 12 de fevereiro de 2021. E biografia. Disponível em: https://www.ebiografia.com/flavio_bolsonaro/. Acesso em: 20 de out. 2024.

Escola Sem Partido Oficial. Dezembro, 2016. Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/escolasempartidooficial/>. Acesso em: 19 de out. 2023.

Escola Sem Partido. Agosto, 2009. (X) Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/escolasempartid>. Acesso em: 23 de fev. 2024.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Apresentação “Biblioteca Politicamente Incorreta.”** Setembro de 2014. Internet Archive. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20140911025945/http://www.escolasempartido.org:80/artigos?start=3>. Acesso em: 09 de fev. 2024.

ESCOLA SEM PARTIDO. Atualizado em 2019. Disponível em: <http://escolasempartido.org/>. Acesso em: 19 de out. 2023.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Home: O Adeus do fundador**. Internet Archive. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20220927122502/http://escolasempartido.org/>. Acesso em: 22 de fev. 2024.

Escola sem Partido. Outubro, 2011. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/@escolasempartido8933>. Acesso em: 19 out. 2023.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Parecer sobre a Constitucionalidade**. 2019. Internet Archive. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20230330075337/http://escolasempartido.org/constitucionalidade-parecer/>. Acesso em: 22 de fev. 2024.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Perguntas frequentes**. Atualizado em 2019. Internet Archive. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20240420070227/http://www.escolasempartido.org/perguntas-e-respostas/>. Acesso em: 20 de fev. 2024.

FRAZÃO, Dilva. **Olavo de Carvalho**. 26 de maio de 2022. E biografia. Disponível em: https://www.ebiografia.com/olavo_de_carvalho/. Acesso em: 19 de fev. 2024.

GOOGLE LIVROS. **Pensadores da liberdade**. 2021. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Pensadores_da_liberdade.html?id=YOf4zwEACAAJ&source=kp_author_description&redir_esc=y. Acesso em: 21 de fev. 2024.

Igreja Batista Solidária. **Quem Somos**. 2019. Internet Archive. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20190722033652/http://igrejabatistasolidaria.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 08 de fev. 2024.

JORNALISMO, Band. **Bolsonaro: Período militar não foi ditadura**. 29 de outubro de 2018. YouTube. Disponível em: <https://youtu.be/IMJPNlOqQTI>. Acesso em: 20 de fev. 2024.

MARINHO, Rogério. **Rogério Marinho debate assédio ideológico nas escolas do país**. 06 de outubro de 2016. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QCNQWqLdeug>. Acesso em: 20 de out. 2023.

Miguel Nagib. 2014. Facebook. Disponível em: https://www.facebook.com/miguel.nagib.9/photos?locale=pt_BR. Acesso em: 19 de out. 2023.

Miguel Nagib. Março, 2018. (X) Twitter. Disponível em: https://twitter.com/miguel_nagib. Acesso em: 06 de fev. 2024.

MOREIRA, Francisco. **Professor não é Educador - Resenha do Livro**. InfoEscola. 06 de março de 2014. Disponível em: <https://www.infoescola.com/educacao/professor-nao-e-educador/>. Acesso em: 09 de fev. 2023.

NAGIB, Miguel. **Conde Gramsci, o vampiro que vampiriza a educação brasileira, com a ajuda de Paulo Nosferatu Freire, pode estar com seus dias contados**. 30 de agosto de 2015. Facebook. Disponível em: https://www.facebook.com/photo.php?fbid=425336157671680&set=pb.100005858980838.-2207520000&type=3&locale=pt_BR. Acesso em: 06 de fev. 2024.

NAGIB, Miguel. **Pra quem não conhece, esse é o famoso Carrapato Estrela (“Carrapatus paulofreirii”), o parasita ideológico da educação brasileira**. 24 de maio de 2021. Facebook. Disponível em: https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1598219573716660&set=pb.100005858980838.-2207520000&type=3&locale=pt_BR. Acesso em: 06 de fev. 2024.

NAGIB, Miguel. **Sem Legenda**. 17 de janeiro de 2016. Facebook. Disponível em: https://www.facebook.com/photo/?fbid=459518404253455&set=pb.100005858980838.-2207520000&locale=pt_BR. Acesso em: 07 de fev. 2024.

NEWS, Jovem Pan. **Marxismo cultural ‘faz mal à saúde’, diz Vélez Rodríguez após assumir o MEC**. 3 de janeiro de 2019. YouTube. Disponível em: <https://youtu.be/M7MHMv8MQPI>. Acesso em: 19 de fev. 2024.

O ANTAGONISTA. **"Confunde-se liberdade de ensinar com liberdade de expressão" diz fundador do Escola Sem Partido**. 23 de fevereiro de 2018. YouTube. Disponível em: <https://youtu.be/p2gxaofjlaY>. Acesso em: 22 de fev. 2024.

OFICIAL, Escola Sem Partido. **#escolasempartidoja #escolasempartido**. 28 de agosto de 2017. Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BYV5TT3Fddq/>. Acesso em: 19 de fev. 2024.

OFICIAL, Escola Sem Partido. **[Policiais] são agentes da classe “opressora”, logo devem ser filmados e denunciados. [Professores] são agentes de conscientização e emancipação da classe dos “oprimidos”, logo devem ter o direito à privacidade no exercício da sua pregação revolucionária. [Apontando] Assim funciona a mente de**

um esquerdista. 24 de fevereiro de 2020. Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B89AQPmJ8Ga/>. Acesso em: 06 de fev. 2024.

OFICIAL, Escola Sem Partido. **Detalhe: a etiqueta “PNLD 2023” significa que esse livro didático foi aprovado e distribuído pelo MEC do governo Bolsonaro.** 08 de abril de 2023. Instagram. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Cqx-Yggr-HJ/?img_index=1. Acesso em: 22 de fev. 2024.

OFICIAL, Escola Sem Partido. **Diga não à ideologia de gênero nas escolas.** 13 de setembro de 2017. Instagram. Disponível em: [Captura de Tela - Doutrinação de Gênero nas Escolas - Instagram .png](#). Acesso em: 17 de jan. 2024.

Olavo de Carvalho. **Aviso ao Escola Sem Partido.** 15 de novembro de 2020. YouTube. Disponível em: <https://youtu.be/qySuenfRkDk?list=PLJqit7CEDYMXZFeDgtr3677kt-VVDPSTv>. Acesso em: 22 de fev. 2024.

PARTIDO, Escola Sem. **Fundador do ESP explica por que se desligou do Movimento.** 26 de agosto de 2020. Youtube. Disponível em: <https://youtu.be/uwSpMNIWRjg>. Acesso em: 22 de fev. 2024.

Professores Contra o Escola Sem Partido. 2019. Disponível em: <https://profscontraoesp.org/>. Acesso em: 23 de fev. 2024.

Talíria Petrone. 2018. Disponível em: <https://taliriapetrone.com.br/>. Acesso em: 23 de fev. 2024.

TVPUC. **Escola Democrática Versus “Escola sem Partido” - Manhã.** 24 de junho de 2016. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LJwctZu46jY>. Acesso em: 23 de out. 2023.

UOL. **Bolsonaro elogia Ustra e diz que citação no impeachment de Dilma foi por “dever de consciência”.** 27 de março de 2022. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6KVcjNqAXjw&t=56s>. Acesso em: 08 de fev. 2023.

VIVA, Roda. **Roda Viva | Jair Bolsonaro.** 30 de julho de 2018. YouTube. Disponível em: <https://youtu.be/IDL59dkeTi0>. Acesso em: 20 de fev. 2024.

Fontes Documentais:

ALAGOAS. Assembleia Legislativa de Alagoas. **Projeto de Lei n.º 7.800/2016, de 05 de maio de 2016.** Alagoas, 2016. Disponível em: <https://sapl.al.al.leg.br/norma/1195>. Acesso em: 20 de out. 2023.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n.º 502/2019, de 06 de fevereiro de 2019.** Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1708313&filename=PL%20502/2019. Acesso em: 23 de fev. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Comissão de Educação:** Relatório de Atividades. Brasília, dezembro de 2015. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ce/relatorios-de-atividades/relatorio-preliminar-da-comissao-de-educacao-2015/view>. Acesso em: 24 de abr. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n.º 1859/2015, de 10 de junho de 2015.** Brasília, 2015. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1302894>. Acesso em: 21 de fev. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n.º 246/2019, de 04 de fevereiro de 2019**. Brasília, 2019. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1707037&filenome=PL%20246/2019. Acesso em: 21 de out. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 7180/2014, de 24 de fevereiro de 2014**. Brasília, 2014. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1230836&filenome=PL%207180/2014. Acesso em: 21 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Primeira Edição. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2015. Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico>. Acesso em: 21 de fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base**. Edição Final. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 21 de fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. LEI FEDERAL Nº 13.005/2014. DF, Brasília: MEC, 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>.

Acesso em: 21 de fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **SÍNTESE DA CONTRIBUIÇÃO DOS ESTADOS**. Brasília, 2016. Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/Relatorios-Sintese%20dos%20Estados.pdf>. Acesso em: 25 de abr. 2024.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. DF, Brasília, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p. Disponível em:

<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/legislacao/constituicao-federal>. Acesso em: 20 de out. 2023.

BRASIL. Senado Federal. **LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional**.

Contendo as Leis Federais 9.394/1996 e Lei no 4.024/1961. DF, Brasília, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p. Disponível em:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acesso em: 20 de out. 2023.

COMITÊ DE REDAÇÃO. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Assembleia Geral das Nações Unidas, resolução 217 A III, 10 de dezembro 1948. Disponível em:

<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 22 de fev. 2024.

MEC. **Caderno “Escola Sem Homofobia”**. DF, Brasília. 2009. Disponível em:

<https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/bGjtqbyAxV88KSj5FGExAhHNjzPvYs2V8ZuQd3TMGj2hHeySJ6cuAr5ggvfw/escola-sem-homofobia-mec.pdf>. Acesso em: 07 de fev. 2024.

RIO DE JANEIRO. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. **Projeto de Lei. n.º 2974/2014, de 13 de maio de 2014**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em:

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1115.nsf/e4bb858a5b3d42e383256cee006ab66a/45741a7e2ccdc50a83257c980062a2c2>. Acesso em: 20 de out. 2023.

Fontes Estatísticas:

TEIXEIRA, Anísio; ESTATÍSTICAS, Diretoria de. **Censo da Educação Superior 2004 - Resumo Técnico**. Brasília: INEP, 2009. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2009/resumo_tecnico_2009.pdf. Acesso em: 15 de out. 2023.

Fontes Hemerográficas:

BRASIL, Ministério da Educação. **Em três anos, Lei de Cotas tem metas atingidas antes do prazo**. Todas as notícias, Educação Superior. 28 de agosto de 2015. Brasília, MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/30301-em-tres-anos-lei-de-cotas-tem-metas-atingidas-antes-do-prazo>. Acesso em: 16 de out. 2024.

COÊLHO, Marcus Vinicius Furtado. O STF e a inconstitucionalidade do "Escola Sem Partido". **Consultor Jurídico**. Brasília, 20 de junho de 2021. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2021-jun-20/constituicao-stf-inconstitucionalidade-escola-partido/#_ftnref11. Acesso em: 22 de fev. 2014.

CONTEÚDO, Estadão. Supremo derruba lei de Alagoas inspirada no 'Escola Sem Partido'. **Estado de Minas**. 22 de agosto. 2020. Política. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/08/22/interna_politica,1178514/supremo-derruba-lei-de-alagoas-inspirada-no-escola-sem-partido.shtml. Acesso em: 16 out. 2023.

FEDERAL, Supremo Tribunal. **Julgadas inconstitucionais leis sobre Escola Livre e proibição de ensino de sexualidade**. Brasília, 26 de agosto de 2020. Notícias. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=450392&ori=1>. Acesso em: 22 de fev. 2024.

FLECK, Giovana. O Escola Sem Partido não foi aprovado, mas suas ideias estão no cotidiano. **Brasil de Fato**. Rio Grande do Sul. 24 de dezembro 2018. SUL 21. Educação. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/12/24/o-escola-sem-partido-nao-foi-aprovado-mas-suas-ideias-estao-no-cotidiano>. Acesso em: 21 de out. 2023.

MACHADO, Katia. Escola sem partido X Escola sem mordaca. **EPSJV/Fiocruz**. Rio de Janeiro, atualizado em 01 julho de 2022. Reportagem. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/escola-sem-partido-x-escola-sem-mordaca>. Acesso em: 24 de out. 2023.

MACIEL, Alice; RUDNITZKI, Ethel. Investigada por fake news, Kicis contratou serviços de mídias sociais de apoiadores do governo. **Agência Pública**. 2 de junho de 2020. Reportagem. Disponível em: <https://apublica.org/2020/06/investigada-por-fake-news-kicis-contratou-servicos-de-midias-sociais-de-apoiadores-do-governo/?amp>. Acesso em: 23 de fev. 2024.

MATUOKA, Ingrid. Por que o Escola sem Partido Vai Contra o Papel da escola. **Centro de Referência em Educação Integral**. 24 de maio de 2018. Notícias-

Reportagens. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/por-que-o-escola-sem-partido-vai-contr-o-papel-da-escola/>. Acesso em: 21 de out. 2023.

NAGIB, Miguel. Quem deve aprovar a BNCC? **Gazeta do Povo**, 16 de janeiro de 2016. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/opinio/artigos/quem-deve-aprovar-a-bncc-462lhgu7ev4ytnvq6r2vc0lio/>. Acesso em: 21 de fev. 2024.

ROLLEMBERG, Marcello. Caminhos e descaminhos da Educação no Brasil. **Jornal da USP**. São Paulo, 14 de abril de 2022. Atualidades/Cultura. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/caminhos-e-descaminhos-da-educacao-no-brasil/>. Acesso em: 17 de out. 2023.

T.B. Movimento Escola Sem Partido, “O professor da minha filha comparou Che Guevara a São Francisco de Assis”. **El País Brasil**, São Paulo, 25 de junho de 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/23/politica/1466654550_367696.html. Acesso em: 15 de out. 2023.

WALTENBERG, Guilherme; SILVA, Eumano. “Não quero pregação anticomunista” diz Nagib, do Escola Sem Partido. **JORNAL METRÓPOLES**. Política. Brasília, DF, 06 de junho de 2019. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/nao-quero-pregacao-anticomunista-diz-nagib-do-escola-sem-partido>. Acesso em: 22 de fev. 2024.

Fontes Iconográficas:

SOCIEDADE dos Poetas Mortos. Direção: Peter Weir. Produção de Touchstone Pictures & Silver Screen Partners IV. Estados Unidos: Walt Disney Pictures, 1990. Star Plus.